



Contributos para a (I)Literacia Financeira: A Importância da Formação para Jovens na Cidade do Porto

por

Sandra Patrícia Freitas Campos

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia pela Faculdade
de Economia do Porto

Orientada por:

Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

Setembro, 2017

Nota biográfica

Sandra Patrícia Freitas Campos nasceu a 19 de Maio de 1987 e é natural da Lapa, em Lisboa.

Licenciada em Economia, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 2008, no mesmo ano em que é admitida no Mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. E ao qual reingressa em 2012 e 2016, devido a questões profissionais.

Inicia o seu percurso/atividade profissional em 2009, no BANIF - Banco Internacional do Funchal S.A., na função de Assistente Comercial. Regressa ao setor bancário, em 2013, na CGD – Caixa Geral de Depósitos S.A., na função de Assistente Administrativa. No primeiro semestre de 2015, integra a equipa do Departamento de Gestão Financeira, na qualidade de Técnica Superior, no ACES - Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega. Regressando posteriormente à CGD até Junho de 2016, no desempenho da mesma função.

Agradecimentos

Esta dissertação nasceu no dia 21 de Setembro de 2016, numa quarta-feira passada na companhia de amigas, sinónimo de gargalhadas e energias positivas. E foi ali, na Tasquinha de Sto. António, com a Torre dos Clérigos como cenário de fundo, entre confidências e partilhas que senti coragem e motivação para tirar da “gaveta” este sonho e realiza-lo. Diz-se que a vida é feita de momentos, momentos de impacto, daqueles que viram as nossas vidas do avesso e definem quem somos e é ao recordar este momento que começo os meus agradecimentos pela importância que teve nesta dissertação, e pelas repercussões que essa decisão teve na minha vida e por tudo o que me acrescentou intelectual e emocionalmente. O processo de investigação é muito solitário, mas foram vários os contributos que merecem ser aqui mencionados, pessoas que direta ou indiretamente foram fundamentais. Começo por agradecer à minha orientadora, a Prof.^a Doutora Maria Conceição Ramos pela prontidão com que aceitou orientar esta dissertação e pelo interesse e entusiasmo demonstrado pelo tema. Também à D. Manuela Moreira pelas “dicas” na utilização dos recursos eletrónicos e pesquisa bibliográfica, ao Mário Lucena pelo apoio técnico na instalação do *software* essencial à aplicação da metodologia e ao Prof. Dr. Hélder Alves pela atenção e disponibilidade demonstrada numa situação de impasse, numa conversa curta mas muito importante e necessária à continuação do estudo empírico. Um profundo e sentido obrigada à Geni Ribeiro porque a distância não a impede de estar presente e por me fazer sentir capaz de conquistar o mundo, à Mafalda Costa por me tornar na melhor versão de mim mesma, à Iolanda Magalhães e a Prof.^a Amélia Fonseca pelo carinho com que sempre me responderam que sim, à Vera Fraga pelo exemplo de garra e ousadia, à família, amigos e todas as pessoas que de alguma forma apoiaram e acompanharam este percurso.

Ainda e em especial, ao meu namorado, Pedro Santos, pelo abraço apertado que acalma e significa “vai correr tudo bem”, pelo amor e confiança que me demonstra sempre e por fazer dos meus, os nossos objetivos. Por fim, mas nunca em último, aos meus pais. Ao Artur Campos pelos valores, pela educação e por me acompanhar e apoiar em todas as etapas da vida e à Domitila Freitas por ser a minha heroína da vida real, a minha força, coragem e resiliência. Às minhas pessoas, por todo o amor e por tudo o que representam na minha vida, esta dissertação também é vossa.

Resumo

A (I)literacia Financeira assume grande destaque na atualidade, na medida em que condiciona o comportamento financeiro e é fundamental na tomada de decisões. As decisões financeiras são tomadas cada vez mais cedo e a sofisticação dos mercados financeiros confere uma maior responsabilidade e risco a essas decisões que têm impacto tanto a nível individual, como de crescimento económico. Daí a importância da educação financeira dos jovens, para que sejam capazes de gerir o seu orçamento, de escolherem as melhores opções de poupança ou investimento e garantirem rendimentos para a reforma, e reduzirem o risco de fraude ou endividamento. O capital humano tem o potencial de influenciar o comportamento financeiro, mas a literacia financeira vai mais além porque a par do conhecimento financeiro importa a habilidade e a confiança de o aplicar (OECD, 2006b; Lusardi *et al*, 2010; Huston, 2012). Neste sentido, esta dissertação tem como objetivos: a avaliação da (i)literacia financeira dos jovens portugueses através da análise da inclusão financeira, da escolha de produtos bancários, dos seus comportamentos de consumo, dos hábitos de poupança e da compreensão financeira de conceitos como taxa de juro, inflação e diversificação do risco; e identificar os fatores que determinam o nível de literacia financeira considerando as características sociodemográficas e familiares dos jovens.

Para o efeito, a recolha de dados foi efetuada através da realização de um inquérito à literacia financeira dos jovens portugueses, a caracterização da amostra e análise de dados com recurso à estatística descritiva e inferimos sobre os resultados aplicando o Teste de Independência do Qui-quadrado. Deste estudo, na análise global dos resultados, concluímos que é reduzido o nível de literacia financeira dos jovens considerando todas as dimensões analisadas e que as habilitações literárias, a área de estudos e família (como a composição do agregado familiar e nível de escolaridade dos pais) dos jovens influenciam positivamente a sua literacia financeira.

Códigos-JEL: D14, D31, E21, G11, I22

Palavras-chave: literacia financeira, educação financeira, capital humano, conhecimento financeiro, comportamento financeiro, jovens

Abstract

Financial (i)literacy has assumed a highlight in current events as it conditions financial behavior and is crucial in decision making. Financial decisions are being made sooner, and the financial markets sophistication contributes to a major responsibility and risk of those decisions, which have an impact in individual's welfare as well as in economic development. That's why it's so important providing youth with financial education, since it will give them the ability to manage their budget, to make better choices concerning savings or investments, not only to ensure the income for their retirement, but also to reduce the risk of incurring in fraud or debt. Human capital has the potential to influence financial behavior, but financial literacy goes beyond that because, along with financial knowledge, there's also skill and confidence to apply it. (OECD, 2006b; Lusardi *et al.*, 2010; Huston 2012). With this concern, this dissertation aims to assess the Portuguese youth's financial literacy levels, through the analysis of financial inclusion, banking products choices, consumer's behavior, saving habits as well as through the knowledge of concepts such as interest rate, inflation and risk diversification; and to identify the factors that determine financial literacy levels, taking into account young people's sociodemographic and family characteristics.

To achieve this purpose, we've collected data through a survey on Portuguese young people's financial literacy, using descriptive statistics and chi-square tests to characterize the samples and to analyze the collected data. After analyzing this study results, we have concluded that financial literacy levels are low among young people when considering all the analyzed dimensions and that their education level, study areas, and family (such as household composition and parents' education), influenced their financial literacy in a positive way.

JEL-codes: D14, D31, E21, G11, I22

Key-words: financial literacy, financial education, human capital, financial knowledge, financial behaviour, young people

Índice

Nota biográfica	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de quadros	vii
Índice de figuras.....	ix
Introdução	11
1. Apresentação dos Conceitos-Chave.....	15
1.1 Literacia Financeira	15
1.2 Educação Financeira	16
1.3 Capital Humano	16
2. Revisão da Literatura	18
2.1 Importância da Literacia Financeira	18
2.1.1 Causas que justificam a preocupação com a Literacia Financeira.....	22
2.1.2 Riscos associados à Iliteracia Financeira.....	26
2.2 Porquê a necessidade de Educação Financeira?	28
2.2.1 A (in)eficácia dos programas de Formação Financeira	30
2.3 Literacia Financeira no Mundo.....	32
2.4 Literacia Financeira em Portugal	37
2.5 (I)Literacia Financeira e os Jovens	44
3. Objetivo de Investigação	48
4. Metodologia	50
4.1 Apresentação da Metodologia	50
4.1.1 Identificação das Variáveis	50
4.1.2 Medidas de Tendência Central	51
4.1.3 Medidas de Associação.....	51
4.1.4 Teste de Independência do Qui-quadrado	53
4.2 Recolha de Dados	56
4.2.1 Apresentação do Inquérito	57
4.2.2 Caracterização da Amostra	58

4.3 Análise de Dados	65
4.4 Análise das Dimensões da Literacia Financeira	83
4.4.1 Inclusão Financeira	83
4.4.2 Planeamento e as Poupanças.....	85
4.4.3 Escolha de Produtos Bancários.....	89
4.4.4 Gestão de Contas Bancárias.....	93
4.4.5 Compreensão financeira	98
4.5 Teste de Hipóteses	99
4.5.1 H1: Jovens com 25 anos têm níveis de literacia financeira superiores a jovens de 18 anos	100
4.5.2 H2: Jovens no sexo masculino são mais literados financeiramente que jovens do sexo feminino.....	101
4.5.3 H3: Jovens com um grau superior de habilitações literárias têm mais conhecimentos financeiros que um jovem com grau inferior.....	102
4.5.4 H4: Jovens com formação em áreas como a Economia têm níveis de literacia financeira superiores aos jovens com formação em outras áreas.	104
4.5.5 H5: Jovens estudantes têm mais conhecimentos financeiros do que jovens integrados no mercado de trabalho.	105
4.5.6 H6: O número de elementos do agregado familiar do jovem influencia o seu nível de literacia financeira.....	107
4.5.7 H7: Jovens cujos pais tenham grau superior de escolaridade são financeiramente mais literados que os restantes.....	108
5. Interpretação dos Resultados	111
Conclusão.....	114
Referências bibliográficas.....	118
Webgrafia.....	122
Anexos	123

Índice de quadros

Tabela 1 - Identificação das Variáveis e Categorias referentes às Características Sociodemográficas dos Jovens	60
Tabela 2 - Identificação das Variáveis e Categorias referentes às Características Familiares dos Jovens	61
Tabela 3 - Identificação das Variáveis e Categorias referentes à Avaliação da Literacia Financeira dos Jovens	61
Tabela 4 - Resultados da Estatística de Tendência Central referentes às Características Sociodemográficas e Familiares	62
Tabela 5 - Resultados da Estatística de Tendência Central referentes à Avaliação da Literacia Financeira	62
Tabela 6 - Resultados das Medidas de Associação entre a Taxa de Juro e as Características Sociodemográficas e Familiares.....	63
Tabela 7 - Resultados das Medidas de Associação entre a Inflação e as Características Sociodemográficas e Familiares	63
Tabela 8 - Resultados das Medidas de Associação entre a Diversificação do Risco e as Características Sociodemográficas e Familiares.....	64
Tabela 9 - Resultados das Medidas de Associação entre o Cômputo Geral e as Características Sociodemográficas e Familiares.....	64
Tabela 10 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e a Taxa de Juro	70
Tabela 11 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e a Inflação	71
Tabela 12 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e a Diversificação do Risco	72
Tabela 13 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e no Cômputo Geral.....	73
Tabela 14 - Influência das características sociodemográficas e familiares no conhecimento dos encargos e taxa de juro associados aos produtos bancários e financeiros.....	97
Tabela 15 - Grupo de jovens com maiores e menores níveis de literacia financeira.....	99

Tabela 16 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Idade	101
Tabela 17 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para o Sexo.....	102
Tabela 18 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para as Habilitações Literárias	103
Tabela 19 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Área de Estudos.....	104
Tabela 20 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Situação Profissional	105
Tabela 21 - Resultados do Teste do Qui-Quadrado por Simulação Monte Carlo para a Situação Profissional.....	106
Tabela 22 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Composição do Agregado Familiar	107
Tabela 23 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para as Habilitações Literárias dos Pais	108
Tabela 24 - Resultados do Teste do Qui-Quadrado por Simulação Monte Carlo para as Habilitações Literárias dos Pais	109

Índice de figuras

Figura 1 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Idade por Grupos Etários	66
Figura 2 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes ao Sexo	66
Figura 3 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes às Habilitações Literárias	67
Figura 4 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Área de Estudos.....	67
Figura 5 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Situação Profissional	67
Figura 6 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Composição do Agregado Familiar	68
Figura 7 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes às Habilitações Literárias dos Pais.....	68
Figura 8 - Representação gráfica da distribuição de frequências relativas (%) na Avaliação da Literacia Financeira dos Jovens.....	68
Figura 9 - Representação gráfica da distribuição de frequências relativas (%) na Avaliação da Literacia Financeira dos Jovens no Cômputo Geral	69
Figura 10 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Inclusão Financeira.....	84
Figura 11 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes à Inclusão Financeira tendo em conta as Características Sociodemográficas e Familiares.....	84
Figura 12 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes ao motivo da importância de ter uma poupança	86
Figura 13 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes à poupança mensal dos jovens	86
Figura 14 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à adesão de conta poupança	87
Figura 15 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à constituição de conta poupança.....	87

Figura 16 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à periodicidade dos reforços na conta poupança	88
Figura 17 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes a outros métodos de poupança utilizados pelos jovens	89
Figura 18 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à decisão de investimento em aplicações de risco.....	90
Figura 19 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes à escolha de produtos bancários dos jovens	91
Figura 20 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao motivo pelo qual os jovens escolhem este tipo de produtos bancários	92
Figura 21 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao motivo pelo qual os jovens não escolhem este tipo de produtos bancários.....	92
Figura 22 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao consumo mensal dos jovens	94
Figura 23 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao tipo de bens consumidos pelos jovens	95
Figura 24 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao meio de pagamento mais utilizado pelos jovens	95
Figura 25 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes ao conhecimento dos encargos associados a produtos financeiros	96
Figura 26 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes ao conhecimento da taxa de juro aplicada à conta poupança.....	96
Figura 27 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referente ao número de respostas corretas às perguntas sobre os conceitos financeiros	98

Introdução

A minha experiência profissional de cinco anos no setor bancário despertou o meu interesse em relação ao tema da literacia financeira e na forma em como esta influencia as decisões que tomamos no presente, e que por sua vez têm grande impacto no nosso futuro. Estando em permanente contato com clientes, tive a perceção de que é generalizado o conhecimento limitado de conceitos, produtos e serviços financeiros e que não se verifica na maioria dos casos um correto entendimento ou avaliação da responsabilidade, do risco ou do custo-benefício na tomada de decisões, nas escolhas e na aquisição dos produtos financeiros, quer no recurso aos vários tipos de crédito (crédito habitação, automóvel, pessoal ou para formação), quer na utilização de meios de pagamento (cartões de crédito ou cheques), quer na subscrição de poupanças, depósitos a prazo e outros investimentos a longo prazo. Existem ainda situações em que o cliente desconhece totalmente alguns dos produtos e serviços prestados pela instituição bancária, e em muitos casos, a falta de gestão ou acompanhamento das contas, a utilização indevida dos meios de pagamento, a desadequada escolha de produtos financeiros e/ou o não cumprimento de contratos conduzem a situações de incumprimento, crédito vencido, endividamento e perda de rendimento que afetam a vida do cliente e da sua família.

Segundo Atkinson e Messy (2012), a literacia financeira consiste na combinação da compreensão, conhecimento, competências, atitudes e comportamentos necessários a tomadas de decisão saudáveis que se traduzam num individual bem-estar financeiro. A crise financeira de 2008, a diversidade e complexidade dos produtos financeiros, os avanços tecnológicos e o aumento da esperança média de vida são algumas das causas que justificam a crescente preocupação com a literacia financeira (OECD, 2006b; Orton, 2007; Banco de Portugal, 2011; Lewis e Messy, 2012). A literacia financeira é por isso reconhecida como uma ferramenta essencial para os consumidores atuarem no atual e complexo panorama financeiro, o que justifica o interesse em encontrar formas eficientes de melhorar os níveis de literacia financeira da população. Essa melhoria é um passo intermédio para alcançar o verdadeiro objetivo que é a tomada de decisões financeiras adequadas e eficientes e a melhoria do comportamento financeiro. A melhoria da literacia financeira não só beneficia os indivíduos como contribui para a

estabilidade dos mercados e da economia (Hilgert *et al.*, 2003; Atkinson e Messy, 2012; Klapper *et al.*, 2012). Daí a importância da educação financeira dos jovens, para que sejam capazes de gerir o seu orçamento, de escolherem as melhores opções de poupança ou investimento e garantirem rendimentos para a reforma, e reduzirem o risco de fraude ou endividamento (OECD, 2006b; Lusardi *et al.*, 2010).

Esta dissertação propõe-se ao estudo da literacia financeira e à necessidade de educar financeiramente os jovens, melhorando assim os seus níveis de literacia financeira, para que estejam aptos a enfrentar os desafios do atual, complexo e exigente mundo financeiro. Neste contexto, pretendemos responder às seguintes questões de investigação: Porque é tão importante a educação financeira para jovens? Quais os conhecimentos e comportamentos financeiros dos jovens na atualidade? Qual o nível de literacia financeira dos jovens portugueses? Quais são os fatores que influenciam o nível de literacia financeira dos jovens?

As respostas a estas questões serão enunciadas após uma cuidada revisão da literatura existente e aplicação da metodologia. Em relação a esta, a análise dos dados recolhidos, através da realização de um inquérito à literacia financeira aos jovens portugueses, será efetuada com recurso à estatística descritiva (distribuição de frequências e medidas de associação) e posteriormente inferimos alguns desses resultados, através da estatística inferencial, com o Teste de Independência do Qui-Quadrado.

Relativamente à estrutura do presente trabalho, esta dissertação é composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste na identificação e definição dos principais conceitos no âmbito do tema em estudo, literacia financeira, educação financeira e capital humano, cuja compreensão e distinção são o ponto de partida neste trabalho.

No segundo capítulo, e no decorrer de cinco secções, contextualizamos o tema da (i)literacia financeira através de uma revisão e resumo da literatura existente. Inicialmente, referimos a importância da literacia financeira, que ainda inclui: a apresentação de outros conceitos relacionados; identificamos outros fatores, para além das características sociodemográficas e familiares, que influenciam os níveis de literacia financeira; e explicamos como e o porquê de se avaliar os níveis de literacia financeira das populações. Nesta secção, ainda apresentamos a causas que justificam a crescente preocupação com a literacia financeira e os riscos associados à iliteracia financeira. Na secção seguinte, evidenciamos a necessidade de educação financeira e a discussão sobre

a (in)eficácia dos programas de formação financeira. As duas secções que se seguem, incluem as iniciativas e práticas adotadas, assim como os resultados das avaliações à literacia financeira das populações, ao nível internacional e nacional. Na última secção deste capítulo, e sendo este o tema e objetivo principal do nosso estudo, destacamos a relação entre a (i)literacia financeira e os jovens, e a forma como esta influencia o seu futuro. Note-se que ao longo de todas estas secções, fazemos referência aos estudos, trabalhos, relatórios e outras contribuições de vários autores, OCDE e Banco de Portugal sobre esta temática.

O terceiro capítulo destaca os principais objetivos da investigação. Em primeiro lugar, pretendemos analisar os conhecimentos e comportamentos dos jovens portugueses, considerando indicadores (dimensões) como a inclusão financeira, o planeamento e poupanças, a escolha de produtos bancários, gestão de contas bancárias e compreensão financeira. Este último, vai permitir a avaliação da literacia financeira dos jovens portugueses e identificar o perfil do jovem com elevados níveis de literacia financeira. Em segundo e último lugar, queremos identificar quais os fatores, de entre características sociodemográficas e familiares, que determinam a literacia financeira dos jovens. Para este efeito, vamos estudar as seguintes hipóteses: H1: Jovens com 25 anos têm níveis de literacia financeira superiores a jovens de 18 anos; H2: Jovens no sexo masculino são mais financeiramente literados que jovens do sexo feminino; H3: Jovens com um grau superior de habilitações literárias têm mais conhecimentos financeiros que um jovem com grau inferior; H4: Jovens com formação em áreas como a Economia têm níveis de literacia financeira superiores aos jovens com formação em outras áreas; H5: Jovens estudantes têm mais conhecimentos financeiros do que jovens integrados no mercado de trabalho; H6: O número de elementos do agregado familiar do jovem influencia o seu nível de literacia financeira; e H7: Jovens cujos pais tenham um grau superior de escolaridade são financeiramente mais literados que os restantes.

O capítulo quatro expõe todo o processo estatístico utilizado durante a investigação e que inclui: a apresentação da metodologia utilizada no tratamento de dados; a apresentação do inquérito para recolha de dados e caracterização da amostra; a análise de dados e a análise das várias dimensões da literacia financeira; e por fim o teste das sete hipóteses apresentadas no capítulo anterior.

Finalmente, o último capítulo consiste na interpretação dos resultados da análise à literacia financeira dos jovens portugueses. Onde estabelecemos uma comparação entre os nossos resultados, obtidos através do inquérito realizado e após aplicação da metodologia utilizada, e o contributo dos vários autores, OCDE e Banco de Portugal nesta matéria.

1. Apresentação dos Conceitos-Chave

Neste primeiro capítulo serão apresentados os principais conceitos no âmbito do tema da dissertação. Respetivamente vamos definir Literacia Financeira, Educação Financeira e, finalmente, Capital Humano. Conceitos estes cuja compreensão e distinção são o ponto de partida neste estudo.

1.1 Literacia Financeira

Ao longo dos anos, foram várias as definições de autores e outras entidades sobre o conceito de literacia financeira.

Schagen (1997) (*cfr.* CNSF, 2011) define literacia financeira como a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efetivas tendo em vista a gestão do dinheiro. A organização *Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy* (1997) (*cfr.* Hastings *et al.*, 2013) define literacia financeira como a capacidade de usar os conhecimentos e competências para gerir de forma eficiente os recursos financeiros pessoais para uma segurança financeira ao longo da vida.

De acordo com Vitt *et al.* (2000) (*cfr.* CNSF, 2011), a literacia financeira define-se pela capacidade de leitura, análise, gestão e comunicação dos diversos problemas financeiros que se colocam diariamente ao nível do bem-estar material dos cidadãos. Tal inclui a aptidão para discernir sobre as diversas escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros sem qualquer desconforto, planear o futuro em termos financeiros, ou ainda responder competentemente a eventos que ocorrem no quotidiano e que afetam as decisões financeiras.

Anos mais tarde, Orton define literacia financeira como a capacidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre as condições de finanças pessoais que afetam o bem-estar. Isso inclui a capacidade de fazer escolhas financeiras cientes, conseguir falar sobre dinheiro e problemas financeiros apesar do (ou sem qualquer) desconforto, planear o futuro, e responder aptamente aos desafios que afetam as decisões financeiras do dia-a-dia (Orton, 2007). Já Mandell (2008) (*cfr.* CNSF, 2011), define literacia financeira como a capacidade de avaliar novos e complexos instrumentos financeiros e tomar decisões

informadas relativamente à seleção e utilização desses instrumentos de modo a melhor satisfazer objetivos a longo prazo.

A definição de Huston (2010) e Remund (2010) (*cfr.* Cude, 2010) sobre literacia financeira consiste na medida da compreensão dos principais conceitos financeiros e no conhecimento e aplicação de capital humano específico nas finanças pessoais. E Atkinson e Messy (2012) definem a literacia financeira como uma combinação de compreensão, conhecimento, competências, atitudes e comportamentos necessários a tomadas de decisão saudáveis que se traduzam num individual bem-estar financeiro. Resumindo, existe uma variedade de significados para a literacia financeira. Este conceito tem sido usado como referência ao conhecimento de produtos e conceitos financeiros, à existência de competências matemáticas ou numéricas para tomadas de decisões financeiras eficientes e está compreendido em certas atividades como por exemplo o planeamento financeiro (Hastings *et al.*, 2013).

1.2 Educação Financeira

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a educação financeira é o processo pela qual os consumidores financeiros melhoram a sua compreensão dos produtos e conceitos financeiros e desenvolvem capacidades e confiança para se tornarem mais atentos aos riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões refletidas, saberem onde se dirigir para obter ajuda e adotarem comportamentos que melhorem o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005).

1.3 Capital Humano

Segundo Huston (2012), o capital humano é um conjunto de conhecimentos e competências que dão aos indivíduos a capacidade de obterem resultados produtivos. No caso específico das finanças pessoais, os conhecimentos dos indivíduos sobre as suas finanças, assim como as suas capacidades são de grande importância na determinação do seu nível de literacia financeira. O capital humano tem o potencial de influenciar o comportamento financeiro do indivíduo que terá efeitos na sua situação financeira atual. Isto porque as pessoas com mais *stock* de capital humano têm mais

propensão a fazerem escolhas informadas e adequadas a si dentro do conjunto de opções existentes. Já os indivíduos com baixos níveis de capital humano são mais restritos na sua escolha entre o número de opções de crédito disponíveis. Ainda, de acordo com Huston (2012), outros fatores como a condição económica e a integração social fazem parte do capital humano. O capital humano é conseguido através da educação e da experiência. Assim, a literacia financeira acaba por ser mais do que capital humano pois para além do conhecimento financeiro importa a habilidade e a confiança de o aplicar.

2. Revisão da Literatura

Este segundo capítulo consiste num resumo e revisão da literatura existente. Começamos pela importância da literacia financeira, e consideramos as causas que justificam a crescente preocupação com este tema e referimos os riscos associados à sua ausência, ou seja, à iliteracia financeira. Durante e neste contexto, faremos referência a outros fatores e conceitos associados à (i)literacia financeira.

De seguida, evidenciamos a necessidade de educação financeira e posteriormente um enquadramento histórico e institucional. Estes pontos incluem a contribuição de vários autores sobre esta temática, o papel fundamental da OCDE nesta matéria, e a apresentação das iniciativas e práticas adotadas a nível internacional e, mas principalmente, nacional como promoção da literacia financeira que são, por conseguinte, medidas de combate à iliteracia financeira.

Finalmente, e sendo este o tema e objetivo principal do nosso estudo, destacamos a relação entre a (i)literacia financeira e os jovens, também através do contributo de autores e outras entidades que estudaram e comprovaram a influência da (i)literacia financeira no seu futuro.

2.1 Importância da Literacia Financeira

A literacia financeira é reconhecida como uma competência essencial para os consumidores atuarem no atual e complexo panorama financeiro, o que justifica o interesse em encontrar formas eficientes de melhorar os níveis de literacia financeira da população. Essa melhoria é um passo intermédio para alcançar o verdadeiro objetivo que é a tomada de decisões financeiras adequadas e eficientes e a melhoria do comportamento financeiro. A melhoria da literacia financeira não só beneficia os indivíduos como contribui para a estabilidade dos mercados e da economia. A literacia financeira representa assim um importante papel tanto no apoio às decisões do quotidiano como na tomada de decisões mais complexas, como a escolha de aplicações financeira ou a contratação de crédito a longo prazo, contribuindo assim para a prevenção do endividamento. Por isso, a literacia financeira vai mais além do conhecimento sobre conceitos e conteúdos financeiros, abrange também a forma como esse conhecimento afeta os comportamentos e as atitudes dos indivíduos. Assim

elevados níveis de literacia financeira estão associados aos melhores comportamentos financeiros. Com o crescente interesse na literacia financeira, aumentaram o número e a variedade de programas de formação financeira que incluem informação acessível e apropriada, uma vez que existe uma relação positiva entre o aumento do conhecimento e o comportamento financeiro (Braunstein e Welch, 2002; Hilgert *et al.*, 2003; Mandell, 2008; Cude, 2010; Banco de Portugal, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Klapper *et al.*, 2012; Hastings *et al.*, 2013).

Relação custo-benefício da literacia financeira

A literacia financeira oferece elevadas expectativas de retorno, mas a sua aquisição tem custos e deprecia com o tempo. Os indivíduos não começam a sua vida financeira com total conhecimento financeiro, esse conhecimento vai sendo adquirido endogenamente ao longo da vida, alguns indivíduos investem em educação e formação financeira, enquanto outros optam racionalmente por não o fazer, uma vez que essa aquisição de conhecimentos financeiros pode ser dispendiosa e nem todos beneficiam de capacidade para compreender os elevados níveis de sofisticação financeira. Essa relação entre a educação e formação adicional para aquisição de literacia financeira como investimento em capital humano é também importante para o crescimento económico. Assim, como outras formas de capital humano, a informação financeira pode ser acumulada, mas a aquisição de literacia financeira é uma escolha, e na escolha entre investir ou não, os indivíduos têm de ponderar os custos e os benefícios associados. Por um lado, o investimento em literacia financeira aumenta os retornos financeiros, mas requer dinheiro, tempo e esforço. Por outro lado, a melhoria de competências financeiras traduz-se num aumento da literacia financeira familiar e em elevados níveis de poupança e acumulação de riqueza (Lusardi *et al.*, 2011; Clark *et al.*, 2013; Jappelli e Padula, 2013).

Outros conceitos associados à literacia financeira

O conhecimento e comportamento financeiro, o capital humano e a inclusão financeira são alguns dos conceitos associados à literacia financeira.

Existe uma forte relação entre o conhecimento e o comportamento financeiro, ou seja, entre aquilo que as pessoas sabem e o que fazem. Aqueles que têm mais conhecimento,

através da família, amigos ou experiência pessoal, apresentam melhores resultados. Este padrão indica que um aumento no conhecimento e experiência conduz a melhores práticas financeiras, pelo que este tipo de conhecimento é bastante significativo. Daqui importa a distinção destes dois conceitos associados à literacia financeira. O conhecimento financeiro refere-se a uma pessoa financeiramente literada que terá alguns conhecimentos básicos dos principais conceitos financeiros, enquanto que o comportamento financeiro é a forma como a pessoa se comporta ou atua que terá um impacto significativo no seu bem-estar financeiro. O conhecimento e o comportamento financeiro são um ciclo contínuo (Hilgert *et al.*, 2003; Atkinson e Messy, 2012; OECD/INFE, 2013).

A literacia financeira é uma forma de capital humano mas implica a capacidade e a confiança do indivíduo em utilizar o seu conhecimento financeiro nas suas decisões financeiras. No que diz respeito à importância do capital humano, verifica-se que indivíduos literados financeiramente, quando expostos a uma determinada situação financeira são mais propensos, na escolha entre as várias opções disponíveis, a selecionar a melhor alternativa ou a que apresenta custos mais reduzidos (Huston, 2010; Huston 2012).

A inclusão financeira é um indicador de literacia financeira, é um processo que promove o acesso a produtos e serviços financeiros regulados e traduz na compreensão e na adequada e oportuna utilização desses produtos e serviços financeiros. A inclusão financeira está assim positivamente associada à literacia financeira. O conhecimento e compreensão destes produtos é um passo essencial para remover barreiras em relação à inclusão financeira. É importante os consumidores saberem que estes produtos existem, qual a sua finalidade, se são regulados e seguros, e onde e como ter acesso a eles, devendo ainda aquando da sua escolha ter consciência dos seus direitos enquanto consumidores e a responsabilidade que assumem ao adquirir determinados produto financeiro (OECD/INFE, 2013).

Outros fatores que influenciam a literacia financeira

Além das características sociodemográficas e familiares, existem outros fatores, externa ou internamente, relacionados com os indivíduos que também influenciam, direta ou indiretamente, os seus níveis de literacia financeira e consequentemente, os seus

comportamentos financeiros. São exemplos, as desigualdades de oportunidades, as atitudes e preferências, as características psicológicas ou de personalidade, entre outras. As desigualdades de oportunidades podem impedir os indivíduos de serem literados financeiramente, uma vez que aqueles com menores níveis de educação e de rendimentos são os que apresentam menores níveis de literacia, o que sugere que certos grupos mais vulneráveis podem ser excluídos de atividade e oportunidades de aprendizagem que aumentem o seu bem-estar financeiro. As atitudes, preferências e várias características psicológicas, como a aversão ao risco, a generosidade, o altruísmo, a compulsividade, a autoestima e a ganância desempenham um importante papel na tomada de decisões financeiras. Outras características, como o impulsivismo, os vícios ou outras externalidades podem também afetar de forma negativa as decisões financeiras (Hilgert *et al.*, 2003; Huston, 2010; Atkinson e Messy, 2012; Tang e Baker, 2016; Seuntjens *et al.*, 2016).

Porquê e como avaliação da literacia financeira?

Para avaliarmos os níveis de literacia financeira e identificar as formas de os melhorar, temos de avaliar a capacidade dos consumidores tomarem decisões financeiras eficientes. As avaliações à literacia financeira são importantes pois são indicadores ou instrumentos utilizados para identificar as deficiências no conhecimento financeiro responsáveis pelas escolhas que reduzem o bem-estar financeiro, analisar os comportamentos financeiros e identificar as necessidades de educação financeira para alcançar os resultados desejados. Na avaliação da literacia financeira importa ainda considerar a inclusão financeira, os comportamentos, as atitudes e conhecimentos da população, através de informações referentes às características sociodemográficas, ao nível do bem-estar financeiro, ao conhecimento de produtos financeiros e ao planeamento financeiro a longo prazo. Neste sentido, é importante avaliar não só a informação que a pessoa conhece, mas também se é capaz de a aplicar apropriadamente. Mas na prática é difícil identificar a forma como as pessoas processam a informação financeira e tomam decisões informadas sobre as suas finanças pessoais, por isso, na avaliação da literacia financeira, consideram-se os princípios: simplicidade, relevância, brevidade e capacidade de diferenciação. Note-se ainda que a avaliação da literacia financeira permite apenas identificar o capital humano necessário a comportamentos

financeiros responsáveis e apropriados, mas não garante que eles aconteçam (Huston, 2010; Lusardi e Mitchell, 2011; OECD/INFE, 2015).

2.1.1 Causas que justificam a preocupação com a Literacia Financeira

No decorrer do nosso estudo, identificamos várias causas que justificam a crescente preocupação com os níveis de literacia financeira da população, como a recente crise financeira, a diversidade e complexidade dos produtos financeiros, os avanços tecnológicos e inovações de mercado, as alterações no sistema de pensões e no mercado de trabalho, a geração *baby boom* e o aumento da esperança média de vida, e outras alterações demográficas.

As causas a ser enunciadas, são importantes uma vez que têm implicações e consequências tanto nos níveis de poupança e investimento, como na utilização de crédito, e até nos indivíduos que estão excluídos do sistema bancário (OECD, 2016a).

Crise financeira de 2008

A recente crise financeira tem sido “promotora” da importância da melhoria dos níveis de literacia financeira. As crises financeiras não ocorrem apenas por uma razão, são antes resultado de um conjunto de condições adversas. A crise financeira de 2008 pode ser explicada pelas decisões arriscadas e pelos comportamentos inadequados dos vários agentes económicos, onde as instituições financeiras e as entidades reguladoras detêm maior responsabilidade, mas também pela iliteracia financeira dos consumidores, em particular, em relação ao investimento e ao crédito (OECD/INFE, 2009; Lewis e Messy, 2012; Hastings *et al.*, 2013).

A recessão sucedeu à crise financeira, caracterizada pela diminuição dos níveis de riqueza, pelo endividamento excessivo, pelo aumento do desemprego e dos níveis de pobreza das famílias, pela redução significativa do acesso ao crédito, e por uma generalizada falta de confiança no sistema financeiro. Todas estas mudanças criaram incerteza e as pessoas ficaram mais recetivas à poupança, mas a diminuição da taxa de juro e o aumento da inflação conduziram a um abandono dos produtos de poupança tradicionais em função de investimentos de risco e retorno elevado, ou de outros tipos de ativos financeiros a longo prazo e mais seguros (Huston, 2010; Lewis e Messy, 2012). Estas são razões que justificam a necessidade de tomadas de decisão cientes

através do aumento dos níveis de literacia financeira. A capacidade dos indivíduos gerirem o seu dinheiro e tomarem decisões financeiras informadas é essencial para desenvolverem hábitos financeiros saudáveis, que contribuem para uma distribuição eficiente de recursos e maior estabilidade financeira. Neste sentido, indivíduos com elevados níveis de literacia financeira estão melhor preparados e mais protegidos contra choques macroeconómicos inesperados (Huston, 2010; Klapper *et al.*, 2012; Lewis e Messy, 2012). Além disso, a crise financeira também demonstrou a importância das instituições financeiras aconselharem devidamente os seus clientes, e todos os consumidores, com a adoção de boas práticas e o fornecimento de informação clara e acessível (OECD/INFE, 2009).

Complexidade dos produtos financeiros

A crescente sofisticação dos mercados financeiros significa uma maior diversidade e complexidade dos produtos financeiros disponíveis e uma generalização do seu acesso à população, o que torna as escolhas dos consumidores mais difíceis e a carecer de maior ponderação. Mas ao mesmo tempo que dificulta as decisões dos indivíduos entre os vários e complexos produtos financeiros, a responsabilidade e o risco dessas decisões têm maior impacto na sua segurança e no seu bem-estar financeiro, o que desperta o interesse em avaliar o seu nível de literacia financeira (Orton, 2007; OECD, 2006a; OECD, 2006b; Banco de Portugal, 2011; Lewis e Messy, 2012; Hastings *et al.*, 2013). Isto porque num mercado financeiro cada vez mais global e arrojado, é essencial as pessoas estarem bem preparadas, ter as competências e aptidões necessárias para avaliar os novos produtos financeiros, fazer julgamentos informados e tomar decisões financeiras adequadas, para que a escolha e utilização desses produtos favoreça os seus melhores interesses, como assegurar rendimentos para o futuro, estar menos dependentes do crédito, fazer face a despesas inesperadas ou lidar com choques económicos. Caso contrário, as consequências de decisões erradas têm um impacto negativo na vida dos indivíduos e das suas famílias. Em algumas economias, os indivíduos estão relutantes à poupança e ao investimento, apesar de conhecerem os seus benefícios, como a contribuição para atividades empreendedoras ou investimento em mais educação e formação. E é por isso necessária a literacia financeira como forma de incentivo, à poupança e investimento, e também como proteção, acompanhada de

regulação financeira, proteção ao consumidor, educação financeira e campanhas de informação (Johnston, 2005; Mandell, 2008; Lusardi e Mitchell, 2011; Lewis e Messy, 2012).

Avanços tecnológicos e inovações de mercados

Os avanços tecnológicos conduzem a mercados mais competitivos e canais de distribuição mais sofisticados. Essas inovações tecnológicas e a expansão da internet traduzem-se em novas formas de comunicação e comercialização de um vasto conjunto de produtos e serviços aos consumidores, que são fornecidos de forma mais eficiente e com mais informação disponível, o que lhes permite escolher e adquirir esses produtos e serviços sem quaisquer limitações geográficas. No caso particular dos serviços bancários a retalho, os avanços tecnológicos e as inovações de mercado, como a banca eletrónica, banca *mobile* ou os *smart cards*, e o fácil acesso a informações sobre investimentos, crédito e outros produtos financeiros através da internet, têm alterado o seu funcionamento. Mas para isso é necessário ter uma conta bancária, e como ainda existe uma grande percentagem de indivíduos que estão excluídos do sistema bancário, estas inovações podem ser uma oportunidade de terem acesso a serviços financeiros. E para beneficiarem destas inovações, os consumidores terão de ter literacia financeira, uma vez que elas acarretam alguns riscos e os consumidores podem ficar expostos a situações de fraude ou adquirirem produtos que não estejam devidamente regulados (Braunstein e Welch, 2002; Orton, 2007; Lewis e Messy, 2012).

Alterações no sistema de pensões e mercado de trabalho

Os sistemas públicos e privados de pensões enfrentam muitas pressões que podem ameaçar a sua solvência. Neste contexto, são vários os países que alteraram os seus sistemas de pensões, retirando às instituições, aos governos e às empresas o poder de decisão e o compromisso de financiar as reformas dos indivíduos. Ainda, as tendências no mercado de trabalho estão a mudar, visto que cada vez são menos os indivíduos com o chamado “emprego para a vida” em função de trabalhadores a *part-time* ou com contratos a termo certo ou incerto, e que de acordo com Vosko *et al.* (2003) (*cfr.* Orton, 2007), precisam de fazer uma gestão financeira diferente daqueles que se encontram efetivos ou a contrato sem termo. Como consequência de todas estas mudanças, as

decisões financeiras tomadas pelos trabalhadores, assumem uma maior responsabilidade, pois os indivíduos têm agora de poupar e investir de forma segura e consumir cautelosamente ao longo da vida, para garantirem rendimentos para as suas reformas. Mas esta flexibilidade de contribuições para a reforma pode contribuir para que os trabalhadores incorram em riscos, pelo que a literacia financeira é crucial na segurança da reforma (Braunstein e Welch, 2002; Johnston, 2005; OECD, 2006a; Orton, 2007; Lusardi e Mitchell, 2011).

Baby Boom e o aumento da esperança média de vida

A geração *baby boom* tem menos filhos do que a geração dos seus pais, logo quando se reformarem vão existir poucos trabalhadores que “suportem” o elevado número de reformados. A par da diminuição da taxa de natalidade, verifica-se um aumento da esperança média de vida, o que significa que a geração *baby boom* vai usufruir de mais tempo de reforma que as gerações anteriores, logo os indivíduos precisam de assegurar adequados planos de poupanças a longo prazo considerando o quanto vão precisar durante as suas reformas. A tendência demográfica de envelhecimento da população exerce mais esforço sobre o sistema de pensões pelo que a importância da poupança é reforçada pela transferência das responsabilidades e riscos na subscrição de planos de reforma e de saúde. Volpe *et al.* (2006) (*cfr.* Mandell, 2008) reconhece que esta é uma área essencial e que o conhecimento dos trabalhadores sobre estas matérias é insuficiente. E indivíduos com maiores níveis de literacia financeira reconhecem os benefícios e estão mais recetivos em subscrever planos de poupança. Inclusive, por exemplo, os planos de poupança que são fornecidos pelas entidades patronais, e que podem também contribuir para que os seus empregados adquiram algum nível de literacia financeira em virtude da sua participação neles (Orton, 2007; OECD, 2006a; Mandell, 2008; Banco de Portugal, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Hastings *et al.*, 2013).

Por outro lado, e de acordo com Clark *et al.* (2013), numa população cada vez mais envelhecida, a manutenção do crescimento económico é muito importante, por isso, e de forma a manter os seus níveis de produtividade, é essencial que os trabalhadores continuem a investir em capital humano. Mas na tomada de decisão sobre esse investimento os trabalhadores têm de compreender os seus custos e benefícios da

mesma forma que entendem a necessidade de poupar e investir para a sua reforma. Daqui a importância da literacia financeira para a tomada de decisões financeiras corretas, para a escolha dos melhores investimentos, quer na decisão de continuar ou não a investir em capital humano e manter a competitividade no emprego, quer até na decisão de investir em mais educação e formação mesmo após a reforma (Lusardi e Mitchell, 2011; Clark *et al.*, 2013; Hastings *et al.*, 2013).

Outras alterações demográficas

Segundo Braunstein e Welch (2002), um aumento na diversidade de populações resulta em famílias que podem encontrar algumas barreiras na sua relação com o sistema bancário e financeiro, como por exemplo, a língua ou a cultura, pelo que é importante uma educação e formação, em literacia financeira, adequada e destinada aos vários grupos específicos da população.

2.1.2 Riscos associados à Iliteracia Financeira

A iliteracia financeira dos consumidores resulta em decisões financeiras erradas e que não se adequam aos seus melhores interesses e muitos dos problemas financeiros dos consumidores são consequência dos seus baixos níveis de poupança e/ou elevados níveis de endividamento (Braunstein e Welch, 2002; Mandell, 2008). A literacia financeira é a aptidão de utilizar os recursos financeiros disponíveis de forma eficiente, e o bem-estar financeiro é produto desses recursos financeiros, pelo que as desigualdades no bem-estar financeiro dos indivíduos e famílias representam, mais do que um problema de escassez de rendimentos ou riqueza, um problema social (Mandell, 2008).

Os baixos níveis de literacia financeira estão também associados a maus comportamentos financeiros, como por exemplo em relação ao crédito, como é o caso do endividamento excessivo, a contratação de empréstimos a taxa elevadas e/ou a falta de cumprimento do plano de prestações (Hastings *et al.*, 2013). A grande maioria da população adulta pouco sabe sobre finanças e não estão familiarizados com conceitos económicos básicos, como a diversificação do risco, a inflação e a taxa de juro. Logo, a iliteracia financeira está ainda associada à falta de diversificação do risco, à escolha de

produtos financeiros desadequados e a baixos níveis de acumulação de riqueza (Jappelli e Padula, 2013).

Também, a falta de literacia financeira pode conduzir a um aumento da fragilidade financeira, uma vez que os consumidores são mais suscetíveis ao risco de fraude ou a práticas abusivas. Neste sentido, consumidores mais informados desempenham um importante papel na monitorização do mercado, aumentando a transparência e honestidade das instituições financeiras, e além disso induzem inovações pela procura no sector financeiro, visto que serão concebidos produtos financeiros que vão ao encontro das necessidades reais dos consumidores (Lusardi e Mitchell, 2011; Klapper *et al.* 2012).

Em suma, as pessoas não são capazes de escolher as melhores opções de poupança e investimento para si, e podem também estar sujeitas ao risco de fraude se não forem financeiramente literadas. A educação financeira pode então, por exemplo, ajudar as pessoas com baixos rendimentos a rentabilizar o máximo daquilo que conseguem poupar ou ajudar as pessoas a evitar elevados custos nas transações financeiras ou comerciais. Por isso ao adquirirem literacia financeira, as pessoas são mais propensas à poupança e a desafiar os prestadores de serviços financeiros a desenvolverem produtos que respondam verdadeiramente às suas necessidades e que terão um impacto positivo tanto ao nível do investimento quanto ao nível do crescimento económico (OECD, 2006a; OECD, 2006b).

No seguimento destes riscos associados à iliteracia financeira, e considerando de interesse para o nosso estudo, vamos agora apresentar o conceito *Financial Aliteracy*. Verificamos, nos parágrafos anteriores, que os indivíduos com iliteracia financeira, ou seja, com falta de capacidades, aptidões, competências e conhecimentos financeiros são mais suscetíveis a cometer erros financeiros e têm maior probabilidade de incorrer em riscos financeiros. Neste caso, o conceito *Financial Aliteracy*, refere-se a indivíduos que, apesar de disporem de capacidades e competências para entenderem determinada situação ou problema e decidir o que fazer, e assim aumentar o seu conhecimento financeiro e melhorar o seu nível de literacia financeira, não estão interessados em fazê-lo. E segundo Rotfeld (2008), isto não se verifica apenas nas decisões financeiras, geralmente as pessoas preferem não ser o seu próprio especialista em farmácia, contabilidade, mecânico, doutor ou advogado. Às vezes a informação é tão extensa,

confusa e complicada, que mesmo sendo capazes de a compreender, as pessoas preferem antes procurar alguém em quem pensam poder confiar para lidar com estas questões. Por isso acabam por estar sujeitas a alguns dos riscos que referimos anteriormente, ou por terem confiado demais na pessoa errada ou por terem sido mal orientadas. E neste sentido, é difícil de entender como é que pessoas que tenham consciência dos riscos que enfrentam não usem as suas competências para os diminuir ou suprimir (Rotfeld, 2008).

2.2 Porquê a necessidade de Educação Financeira?

O crescente interesse em educação financeira é resultado do desenvolvimento dos mercados financeiros e das alterações demográficas, económicas e políticas. Assim, são fatores como a complexidade e diversidade de produtos financeiros, o aumento da esperança média de vida e diminuição da natalidade, as alterações nos sistemas de pensões, a diminuição dos níveis de poupança e aumento do endividamento, os recursos governamentais limitados, e ainda os baixos níveis de literacia financeira e o aumento da responsabilidade dos indivíduos que tornam fundamental a existência de educação financeira (Hilgert *et al.*, 2003; Johnston, 2005; OECD, 2006a; Orton, 2007).

A educação financeira é por isso cada vez mais essencial, não só para os investidores, mas também para as famílias e para os consumidores de todas as idades, porque contribui para que os cidadãos tomem decisões informadas e confiantes em todos os aspetos da sua vida financeira, como os relacionados com a gestão do orçamento mensal, o pagamento atempado de contas, planeamento de despesas e a escolha de produtos e serviços financeiros adequados às suas necessidades, nomeadamente na poupança e investimento para a reforma ou financiamento da educação dos filhos, e no recurso ao crédito, como por exemplo, financiamento para compra de casa. O que significa que a formação financeira da população tem um papel muito importante, quer no apoio às decisões do quotidiano, quer relativamente à tomada de decisões financeiras mais complexas e a longo prazo (OECD, 2006a; OECD, 2006b; CNSF, 2011).

A prestação de informação financeira é importante apesar de, por si só, não reduzir os riscos a que os cidadãos estão sujeitos, nem contribuir para uma mudança de comportamento. Daí a necessidade de formação financeira, de um processo de aprendizagem através do qual os consumidores melhoram a sua compreensão dos

produtos financeiros e que permite utilizar a informação financeira da forma mais eficiente. Por isso, os consumidores financeiramente educados são capazes de tomar as melhores decisões para si e para a sua família e são aqueles que estão em posição de aumentar a sua segurança e o seu bem-estar económico e contribuir para uma sociedade forte e próspera, que por conseguinte, fomenta o desenvolvimento económico. Assim, além dos efeitos positivos individuais, podemos afirmar que a educação financeira terá repercussões ao nível da estabilidade económica e financeira, na medida em que cidadãos financeiramente mais informados ajudam a fiscalizar e regular o mercado financeiro, a melhorar a sua transparência e supervisão, e a repor ou manter a confiança no sistema financeiro contribuindo para a sua estabilidade, ao escolherem os produtos e serviços mais indicados ao seu perfil e ao assegurarem a utilização responsável desses produtos e serviços financeiros. Também beneficiam a economia porque, procurando produtos que melhor se adequem às suas necessidades, encorajam os prestadores financeiros a desenvolverem produtos e serviços que aumentem a concorrência de mercado, introduzindo inovações e melhorias de qualidade, e porque têm mais apetência à poupança, e o aumento nos níveis de poupança, tem efeitos positivos no investimento e no crescimento económico. A educação financeira pode ainda ser complementar à proteção financeira ao consumidor, mas a existência de regulação será sempre necessária porque até o consumidor mais literado pode não ter o conhecimento suficiente para ultrapassar as assimetrias de informação, especialmente em complexos tipos de investimento (Hilgert *et al.*, 2003; Johnston, 2005; OECD, 2006a; Mandell, 2008; Banco de Portugal, 2011; Lewis e Messy, 2012; APB, 2016).

A importância da educação financeira para os consumidores e para economia é também referida pela OECD (2005, p. 2) no parágrafo seguinte:

“Considerando que, a educação financeira sempre foi importante para os consumidores ajudando-os a elaborar um orçamento e a gerir o seu rendimento, poupar e investir eficientemente, e evitando que sejam vítimas de fraude; considerando que os mercados financeiros estão mais sofisticados e as famílias assumem uma maior responsabilidade e risco nas decisões financeiras, especialmente em áreas de poupança para a reforma, indivíduos mais informados financeiramente são necessários para assegurar níveis suficientes de proteção ao

investidor e consumidor assim como um regular funcionamento, não só dos mercados financeiros, mas também da economia.”

Segundo Lewis e Messy (2012), a educação financeira inclui aspetos gerais sobre conceitos de finanças pessoais e serviços financeiros, desenvolvendo competências, atitudes, comportamentos financeiros e tendo a consciência do risco necessária à tomada de decisões financeiras corretas para o indivíduo. Assim, a educação financeira deverá conduzir a um maior número de poupanças na medida em que os indivíduos vão ganhando a confiança e as competências para estabelecerem os seus objetivos financeiros e os meios para os atingir. Mas as iniciativas de educação financeira são recentes, pelo que as alterações nos comportamentos de poupança podem não ter resultados visíveis nem efeitos a curto prazo, até porque, como é o caso dos jovens, podem ter poucos rendimentos para abdicar em função da poupança. Ainda são poucas as avaliações sobre o impacto a longo prazo da educação financeira e das iniciativas de informação que influenciam as decisões sobre poupança e investimento, mas nas que existem verifica-se que a educação financeira encoraja o planeamento e a poupança, e que mais conhecimento e compreensão dos principais conceitos financeiros melhoram a tomada de decisão sobre investimentos (Hilgert *et al.*, 2003; Johnston, 2005; Mandell, 2008; Lewis e Messy, 2012).

2.2.1 A (in)eficácia dos programas de Formação Financeira

A preocupação com a promoção da educação financeira faz parte da “agenda” de todos, desde educadores, empresários, instituições financeiras, governos, legisladores, entre outros. Com esta preocupação, aumentaram os programas de educação financeira que devem ser especialmente pensados para a melhoria da literacia financeira e como a solução para mitigar os problemas financeiros que os indivíduos e as suas famílias enfrentam. E para serem eficazes, os programas de educação financeira devem incluir um conjunto de estratégias de motivação e ser adequados e dirigidos aos diferentes públicos-alvo de forma a despertar o desejo e o interesse em alterar os comportamentos e práticas financeiras e de gestão (Braunstein e Welch, 2002; Hilgert *et al.*, 2003; Huston, 2010; Lusardi e Mitchell, 2011). De acordo com Johnston (2005), a educação sobre o dinheiro, e a forma como geri-lo, deve ser incorporada no sistema educativo

básico, pois da mesma forma que a educação na saúde nas escolas ajuda as crianças a desenvolverem uma alimentação saudável e hábitos de higiene, a educação financeira pode oferecer as competências e as aptidões necessárias para participar no mercado financeiro de forma eficiente.

Não existe consenso sobre a eficácia dos programas de educação financeira. De acordo com Mandell e Klein (2009), existe um paradoxo entre a eficácia da educação na melhoria da literacia financeira e o impacto da educação no comportamento financeiro. A literacia financeira tem efeitos positivos no comportamento financeiro. Já o impacto das várias formas de educação financeira no comportamento não é claro.

No estudo de Danes (2004) e Danes *et al.* (1999) (*cfr.* Mandell e Klein, 2009) verificaram-se alterações a curto prazo nos comportamentos financeiros após a educação financeira ter sido introduzida no plano curricular, onde mais de metade dos estudantes apresentaram alterações nos seus hábitos de poupança e de consumo, e os estudantes acreditam que a forma como fazem a gestão do seu dinheiro afeta o seu futuro. Segundo Mandell (2008), existem programas de literacia financeira específicos, no formato de jogo de investimento, em que os resultados dos testes efetuados antes e depois revelam um impacto positivo tanto no conhecimento como no comportamento financeiro. O sucesso destes jogos melhoraram os resultados do nível de literacia financeira, o que sugere que os programas de formação financeira devem ser mais interativos, divertidos e no contexto de situações da vida real e que os cursos em ambiente de “sala de aula” não são bem sucedidos porque é difícil manter o interesse dos jovens em matérias como empréstimos ou planeamento de reforma (Mandell, 2008). O trabalho de Huston (2010) apresenta também outros estudos que demonstram uma relação positiva entre a educação financeira, a literacia financeira e os seus resultados.

Em contraste, apesar de alguns programas serem bem sucedidos na melhoria de alguns aspetos na gestão das finanças pessoais dos consumidores, a melhoria no comportamento financeiro não é necessariamente uma consequência do aumento de informação financeira, não se encontra uma relação entre a educação financeira e a *performance* individual nos testes de literacia financeira realizados. No estudo de Mandell (2005) (*cfr.* Huston, 2010), verifica-se que a educação não tem efeitos significativos na melhoria do conhecimento e os resultados demonstram que nem todos os programas são igualmente eficientes, até porque existem outros fatores para além da

literacia financeira que afetam o comportamento financeiro (Braunstein e Welch, 2002; Huston, 2010; Hastings *et al.*, 2003). Segundo Mandell (2009) (*cfr.* Mandell e Klein, 2009), os estudos da Jump\$tart mostram que estudantes que frequentaram as aulas sobre finanças pessoais e gestão financeira não apresentam níveis de literacia financeira superiores em relação aos estudantes que não frequentaram essas aulas, o que não demonstra um impacto positivo em frequentar o curso de educação financeira, pelo menos não da forma como as aulas foram conduzidas. Por outro lado, nos estudantes universitários ou naqueles que já se formaram verifica-se um comportamento financeiro positivo, que poderá ser resultado dessa educação adicional recebida durante o liceu. Os inquéritos da Jump\$tart não encontram qualquer relação entre as aulas de finanças pessoais e gestão financeira (semestrais) e os níveis de literacia. Contudo, os resultados que não pertencem à Jump\$tart demonstram que programa de educação financeira mais curtos têm um impacto positivo no conhecimento e no comportamento financeiro (Mandell, 2008; Mandell e Klein, 2009).

São vários os desafios em identificar as formas mais eficazes e eficientes de fornecer a informação essencial para educar os consumidores que conduza a uma vida financeira estável e apropriada, sendo um desses desafios a elaboração de conteúdos e fornecimento de educação financeira que vá ao encontro das necessidades de todos os grupos da população. A eficácia dos programas é essencial à manutenção do interesse e dos recursos destinados à educação financeira (Braunstein e Welch, 2002).

2.3 Literacia Financeira no Mundo

Reconhecida a importância da literacia financeira e a necessidade de educação financeira dos indivíduos, este capítulo pretende apresentar o panorama internacional enunciando algumas das iniciativas e as conclusões às avaliações realizadas no âmbito da literacia financeira, evidenciando também o papel fundamental da OCDE nesta temática.

Financial Education Project

Este projeto, *Financial Education Project*, foi criado pela OCDE, em 2003, como resposta ao crescente interesse dos países membros em melhorar os níveis de literacia financeira dos seus consumidores. Este projeto identifica e analisa a literacia financeira

através da realização de inquéritos à população dos países membros; destaca as mudanças económicas, demográficas e políticas que demonstram a importância da educação financeira; e descreve os diferentes tipos de programas de literacia financeira adotados pelos países da OCDE. Este projeto refere ainda os benefícios da educação financeira para consumidores e para a economia, e apresenta diferentes formas de promoção da educação financeira (OECD, 2006a).

Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness

Tendo em consideração o ponto anterior, e de acordo com OECD (2006b), a OCDE examina a literacia financeira dos países membros, avalia os níveis de conhecimento financeiro dos indivíduos e sugere formas de como melhorá-lo.

No documento elaborado pela OCDE, “*Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*”, são apresentadas recomendações e boas práticas no âmbito da educação financeira aos governos e às instituições financeiras. Neste documento, segundo OECD (2005), lê-se o seguinte: os governos e todas as partes interessadas devem promover uma educação financeira imparcial, justa e coordenada; a educação financeira deve começar na escola para que esse conhecimento seja adquirido o mais cedo possível; os programas devem ser orientados para o reforço da capacidade financeira, devendo ser personalizados e dirigidos a grupos específicos; devem ser realizadas campanhas nacionais de promoção à literacia financeira, criados *websites*, serviços de informação gratuitos e sistemas de alerta de riscos destinados aos consumidores financeiros; entre outras sugestões.

Consumer Financial Protection Bureau

Nos Estados Unidos, os erros na tomada de decisões financeiras e a fraca proteção aos consumidores nos mercados financeiros levaram, em 2010, à criação do *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB). O CFPB tem a função de supervisionar a grande variedade de produtos financeiros disponíveis no mercado, que inclui, por exemplo, as contas poupança, os empréstimos, os cartões de crédito e/ou as hipotecas (Hastings *et al.*, 2013).

No desempenho da sua autoridade regulatória, ainda segundo Hastings *et al.* (2013), o CFPB criou o *Office of Financial Education* para: i) desenvolver estratégias com vista à melhoria da literacia financeira do consumidor; ii) encontrar métodos, formas e estratégias eficazes com o objetivo de educar e incentivar os consumidores na gestão das suas finanças pessoais; e iii) fazer recomendações para o desenvolvimento de programas eficazes que melhorem efetivamente os resultados da educação financeira.

European Money Week

A *European Money Week* é uma iniciativa do *European Banking Federation* (EBF) e teve a sua 1ª Edição em 2015. É uma semana dedicada à educação financeira e à promoção da literacia financeira entre os jovens na Europa, através de uma série de eventos à escala nacional e europeia com vista a sensibilizar a opinião pública para a necessidade de melhorar a educação financeira dos alunos (APB, 2016).

Segundo o CEO do EBF, Wim Mijs (*cfr.* APB, 2016), “a educação financeira precisa de encontrar soluções criativas para ensinar literacia financeira”. Sendo a educação financeira tema central no atual contexto de crescente complexidade dos mercados financeiros, o EBF considera que as iniciativas a favor da educação financeira vão reforçar não só o conhecimento dos consumidores como a confiança nas operações transfronteiras e contribuir para a consolidação do mercado único europeu, e ainda defende que os jovens precisam de aprender cedo a gerir as suas finanças pessoais a fim de serem bem sucedidos na vida. E daí a importância desta semana na promoção dos benefícios da literacia financeira e a colaboração com várias organizações e entidades, como a *Junior Achievement*, o Fórum Europeu da Juventude, o *Global Financial Literacy Excellence Center*, a Comissão Europeia, o Comité Económico e Social Europeu, entre outros para garantir progressos efetivos nesta matéria (EBF, 2015; APB, 2016).

No *site* do EBF (www.ebf.eu) podemos encontrar ainda mais informações sobre o EBF e sobre o seu programa de educação financeira, incluído a contagem decrescente para a próxima “Semana Europeia do Dinheiro” já com data marcada em 2018, entre os dias 12 e 18 de Março.

Resultados da avaliação da Literacia Financeira no Mundo

A educação financeira está incluída no plano curricular de mais de 20 países membros, e não membros, da OCDE. E muitos mais países estão a planear a inclusão da educação financeira nas escolas como parte da sua política nacional de literacia financeira (OECD/INFE, 2012) (*cfr.* Lewis e Messy, 2012). Apesar disso, é universal a falta de literacia financeira, visto que são frequentes os baixos níveis de capacidade e conhecimento financeiro em famílias, jovens e adultos da Europa, Estados Unidos, Austrália, Japão, Coreia, entre outros (OECD, 2005; Atkinson e Messy, 2012; Lusardi e Mitchell, 2014).

Os inquéritos realizados à literacia financeira indicam falhas no conhecimento das necessidades financeiras e dos produtos e conceitos financeiros. Por exemplo, no Japão, 71% dos inquiridos não sabe o que são ações ou títulos, 57% desconhecem a maioria dos produtos financeiros e 29% apresentam falta de conhecimento na área de seguros e pensões; nos Estados Unidos, o inquérito revelou que 4 em 10 trabalhadores não poupam para a sua reforma; e na Austrália, o inquérito demonstrou que 37% dos inquiridos desconhece que há investimentos que podem sofrer oscilações de valor, 67% indicam que entendem o conceito de juro composto mas aquando da resolução de problemas utilizando esse conceito, apenas 28% dos inquiridos demonstram bons níveis de compreensão (Johnson, 2005). Ainda, segundo Johnson (2005), os resultados também demonstram uma crescente preocupação dos países com a importância da literacia financeira, oferecendo vários programas de educação financeira através de *websites*, folhetos, panfletos e campanhas nos *media*. No entanto, existem ainda poucas avaliações à eficácia dos programas de educação financeira pelos custos envolvidos e pela dificuldade em verificar se os objetivos dos programas foram alcançados, como o aumento da informação ao consumidor e/ou as alterações no comportamento individual. Alguns dos programas que foram avaliados mostraram se razoavelmente eficazes. Por exemplo, nos Estados Unidos, depois de receberem informação financeira através de folhetos e/ou seminários, os trabalhadores aumentaram a sua participação em planos de reforma; e consumidores que tiveram sessões de aconselhamento sobre crédito apresentam menores níveis de endividamento e menos comportamentos negligentes (Johnson, 2005).

No estudo de Lusardi e Mitchell (2011), verifica-se que a iliteracia financeira também afeta os mercados mais desenvolvidos, países como a Alemanha, a Holanda, a Suécia, a Itália, o Japão, a Nova Zelândia e os Estados Unidos, ou mercados em rápida transformação, como a Rússia. No que diz respeito ao conhecimento de conceitos financeiros, verifica-se o seguinte: nos países onde ocorreu inflação é maior o conhecimento desse conceito; já nos países onde o sistema de pensões foi privatizado as pessoas sabem mais sobre diversificação do risco. Verifica-se também que os níveis de literacia diferem entre os diferentes grupos da população, considerando a idade, o sexo (à exceção da Alemanha e Rússia), as habilitações literárias, a situação profissional, e ainda a geografia, a etnia e a religião. Segundo Lusardi e Mitchell (2011), devido à escassez de programas de educação financeira em alguns países, como a Rússia e a Itália, não é clara a forma como os indivíduos podem melhorar a sua literacia financeira. No geral, Lusardi e Mitchell concluem que os níveis de literacia financeira em todo o mundo são baixos, independentemente do nível de desenvolvimento de mercado e que para serem eficazes os programas de educação financeira devem ser adequados e dirigidos aos diferentes grupos da população (Lusardi e Mitchell, 2011).

No estudo de Atkinson e Messy (2012), a análise dos resultados indica uma positiva e consistente associação entre o conhecimento financeiro e o comportamento financeiro em cada país participante. Por conseguinte, nos países com maior conhecimento financeiro verificam-se mais comportamentos corretos e positivos. Já os resultados da análise sociodemográfica mostram que, à semelhança do estudo de Lusardi e Mitchell, os conhecimentos financeiros diferem conforme a idade, o sexo e o nível de escolaridade, mas também aqui em função do rendimento.

Importa também referir, neste panorama internacional, a situação do Japão, onde os trabalhadores mais velhos necessitam alargar o seu nível de competências e elevar a sua produtividade para se manterem ativos e em posição favorável no emprego, para continuarem a receber benefícios (promoções ou prémios) até a reforma obrigatória (Clark *et al.*, 2013). Para isso, de acordo com Clark *et al.* (2008, 2010) (*cfr.* Clark *et al.*, 2013), a nível individual, o investimento em capital humano é importante, a nível macroeconómico os trabalhadores mais velhos continuando a fazer parte da força de

trabalho, mantêm ou até aumentam a produtividade que é essencial num país com tão baixa natalidade como o Japão.

2.4 Literacia Financeira em Portugal

A formação financeira assume um papel cada vez mais relevante na promoção de uma cidadania responsável, num contexto de crescente diversidade e complexidade dos produtos e serviços financeiros e de integração de inovações tecnológicas na comercialização desses produtos e serviços, é fundamental garantir que a sua utilização é feita de forma responsável e adequada (Banco de Portugal, 2016a). Na revista de Educação Financeira, o Presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), Fernando Faria Oliveira diz que “a educação financeira beneficia os cidadãos, pois prepara-os para opções e tomadas de decisões fundamentais, conscientes e responsáveis no domínio da utilização do dinheiro” e que deve ainda “alargar o nível dos conhecimentos financeiros sobre a atividade bancária e sobre a sua importância como coração do sistema financeira” (APB, 2016).

Em Portugal, tendo em conta a reconhecida importância da literacia financeira e a necessidade de educar financeiramente a nossa população, e ainda dando resposta às recomendações da OECD, são vários os programas e iniciativas nacionais de combate à iliteracia financeira que serão, alguns deles, apresentados no decorrer deste capítulo.

Portal do Cliente Bancário

O Banco de Portugal no exercício da sua função de supervisão comportamental, desde 2008, tem como pilar da sua estratégia a competência de informação e formação financeira. Nesta estratégia, atua do lado da oferta, com a regulação e fiscalização dos mercados bancários de retalho, e do lado da procura, promovendo a informação e formação financeira dos consumidores. Estas duas abordagens sendo complementares, contribuem para a redução das assimetrias de informação entre clientes e instituições de crédito, e para um funcionamento mais eficiente dos mercados bancários de retalho.

Como componente da sua estratégia, lançou no mesmo ano, o Portal do Cliente Bancário (cliente.bancario.bportugal.pt) onde disponibiliza informação sobre as características e o enquadramento regulamentar dos mercados bancários de retalho, e presta um conjunto de serviços aos clientes bancários. Desde então, o Portal tem

evoluído, com o aprofundamento dos seus conteúdos e a disponibilização de novos serviços, e onde podemos encontrar os preçários das instituições de crédito, simuladores (crédito habitação, crédito a consumidores, depósitos bancários e taxas de juro), e é também um canal para apresentação de reclamações e pedidos de informação (Banco de Portugal, 2016a).

Inquéritos à Literacia Financeira da População Portuguesa

Com o objetivo de analisar as atitudes e comportamentos da população na gestão de questões relacionadas com as suas finanças pessoais e avaliar os seus conhecimentos sobre conceitos financeiros básicos, o Banco de Portugal realizou em 2010 o 1º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa que constitui numa importante ferramenta na medição das necessidades de formação financeira. Este inquérito é efetuado de acordo com as melhores práticas internacionais e os resultados obtidos permitem efetuar um diagnóstico sobre os comportamentos e atitudes dos cidadãos, na forma de lidar com as finanças pessoais e familiares, e sobre os seus conhecimentos das características dos produtos bancários e dos fatores que privilegiam no momento de os adquirir, assim como permite identificar as áreas prioritárias de intervenção (Banco de Portugal, 2010; Banco de Portugal, 2011).

O 1º Inquérito analisou várias dimensões associadas ao conceito de literacia financeira, identificou não só os comportamentos financeiros, como a frequência e a forma de controlo da conta bancária, as decisões de constituição de poupança, os critérios de escolha de empréstimos ou de aplicações de poupança, mas também sobre as atitudes relativamente a fatores relevantes na tomada de decisões financeiras, como a importância atribuída ao planeamento do orçamento familiar e a motivação para a poupança ou para o recurso ao crédito. Foram também avaliados conhecimentos financeiros, como a identificação de fontes de informação sobre produtos bancários e a compreensão de conceitos financeiros como a relação entre a taxa de juro e a taxa de inflação (Banco de Portugal, 2010; Banco de Portugal, 2011).

Para atuar no âmbito da informação e formação financeira, é importante conhecer e acompanhar as necessidades dos clientes dos produtos e serviços bancários. Assim, passados cinco anos, em 2015, a definição das novas linhas de orientação foi precedida por uma nova avaliação das necessidades de formação financeira dos vários grupos

populacionais, através da realização do 2º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, seguindo as boas práticas internacionais de medição do nível de literacia financeira a cada cinco anos. Este 2º Inquérito, realizado conjuntamente pelos três supervisores financeiros, permitiu conhecer os níveis de literacia financeira da população nas suas três dimensões, atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros; identificar as áreas e os grupos populacionais com maiores e menores défices de literacia financeira; e permitiu comparar os níveis de literacia financeira com os outros países da OCDE que também realizaram o inquérito no âmbito da *Internacional Network on Financial Education* (INFE) e com os resultados obtidos no inquérito realizado pelo Banco de Portugal em 2010. Dos resultados conclui-se que os grupos populacionais com níveis de literacia financeira acima da mediana são homens, de idade entre os 25 e 54 anos, trabalhadores, com ensino superior e com rendimentos superiores a 1000€. Numa visão internacional, Portugal encontra-se em 10º lugar no indicador global de literacia financeira segundo dados apresentados no estudo da INFE (Banco de Portugal, 2016a; Banco de Portugal, 2016b; CNSF, 2017).

Cadernos do Banco de Portugal

Como forma de promoção da literacia financeira e proteção do cliente bancário, o Banco de Portugal elaborou e publicou uma coleção de dez cadernos, que numa linguagem clara e acessível a todo o público explicam diversos produtos e serviços bancários. São eles: (1) Débitos Diretos; (2) Transferências a Crédito; (3) Cheques: Regras Gerais; (4) Cheques: Restrição ao seu uso; (5) Responsabilidades de Crédito; (6) Cartões Bancários; (7) Central de Balanços; (8) Notas e Moedas; (9) Abertura e Movimentação de Contas de Depósitos; e (10) Terminais de Pagamento e Caixas Automáticos. Estes cadernos estão disponíveis para consulta e *download* no Portal do Cliente Bancário.

Plano Nacional de Formação Financeira

O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), composto pelos três supervisores financeiros – Banco de Portugal, Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASP) – lançou em 2011 o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), para o

período 2011-2015. Segundo o CNSF (2011) e Banco de Portugal (2016a), o PNFF visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de atitudes e comportamentos financeiros adequados às suas necessidades, de forma a aumentar o seu bem-estar e a estabilidade do sistema financeiro. Neste sentido, e tomando como referência o diagnóstico efetuado e as melhores práticas internacionais, o PNFF tem como objetivos melhorar conhecimentos e atitudes financeiras, apoiar a inclusão financeira, desenvolver hábitos de poupança, promover o recurso responsável ao crédito e criar hábitos de precaução contra práticas ou situações de risco. As atividades desenvolvidas pelo PNFF contam com a participação de vários parceiros, associações do sector financeiro, associação de consumidores, ministérios, universidades e associações empresariais. O PNFF é dirigido a diferentes públicos-alvo, estudantes, trabalhadores, grupos vulneráveis, como os desempregados ou imigrantes, e a gestores de micro e pequenas empresas. Sendo, inicialmente, a introdução de educação financeira nas escolas uma das suas prioridades (CNSF, 2011; Banco de Portugal, 2016a; CNSF, 2016).

O Portal Todos Contam, o Dia da Formação Financeira, o Referencial de Educação Financeira, o Concurso Todos Contam e participação na *Global Money Week* são algumas das iniciativas do PNFF:

- **Portal Todos Contam**

O portal (www.todoscontam.pt) foi lançado em 2012 e disponibiliza ferramentas úteis para a gestão das finanças pessoais e é o principal canal de divulgação das iniciativas e materiais de formação financeira. Também lançaram uma plataforma de *e-learning* com o objetivo de apoiar a formação financeira e permitir que as ações de formação cheguem a um maior número de pessoas e a todo o território nacional (Banco de Portugal, 2016a).

- **Dia da Formação Financeira**

Assinala-se no dia 31 de outubro, desde 2012, por altura do Dia Mundial da Poupança, em que o CNSF e os parceiros do PNFF, dinamizam um conjunto de iniciativas que visam sensibilizar a população para a importância da formação

financeira e da poupança. As comemorações deste dia já percorreram as cidades de Lisboa, Porto, Évora e Faro (Banco de Portugal, 2016a; CNSF, 2017).

- **Referencial de Educação Financeira**

A educação financeira deve começar nas escolas para que as crianças e os jovens adquiram competências financeiras básicas, como as capacidades de elaborar e de gerir um orçamento familiar, para transformar comportamentos e atitudes. Assim, dada a prioridade de educar financeiramente os mais jovens, e numa estratégia de promoção e implementação da educação financeira no contexto educativo, os supervisores financeiros e o Ministério da Educação elaboraram o Referencial de Educação Financeira que estabelece aquilo que pode ser considerado essencial para que os alunos adquiram conhecimentos, realizem aprendizagens e desenvolvam capacidades no âmbito da educação financeira, através de temas como o planeamento e gestão do orçamento, sistema e produtos financeiros básicos, poupança, crédito e outros. Em 2016, mantém-se a estratégia de educação financeira nas escolas. Uma iniciativa importante para a sua concretização tem sido o programa de formação de professores e produção de materiais didático-pedagógicos para diferentes níveis de ensino (MEC, 2013; Banco de Portugal, 2016a; CNSF, 2017).

- **Concurso Todos Contam**

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos de educação financeira nas escolas, o CNSF e o Ministério da Educação, lançaram o Concurso Todos Contam, que já vai na 5.^a Edição (Banco de Portugal, 2016a; CNSF, 2017).

- ***Global Money Week***

Uma iniciativa internacional de formação e sensibilização dos jovens para a importância das questões financeiras, a que o PNFF se associa desde 2013, e dinamizada anualmente pela *Child and Youth Finance Internacional* (CNSF, 2017).

Em 2016, cinco anos após a estratégia inicial do PNFF, foram apresentadas pelos supervisores financeiros novas linhas de orientação para o período 2016-2020 que dão continuidade à estratégia definida para o período anterior e reforçam o compromisso a

médio e longo prazo com a formação financeira. Além do conjunto de objetivos, agrupados nas cinco grandes áreas apresentadas, definidos em 2011, e que mantêm a sua atualidade, a evolução tecnológica e a experiência de implementação do PNFF, permitiram identificar duas novas áreas de atuação essenciais: os serviços financeiros digitais e a formação financeira no apoio a empreendedores e gestores de empresas. Relativamente à primeira, num tempo marcado pela inovação tecnológica, a utilização crescente de meios digitais no acesso a serviços financeiros é um desafio a ter em atenção na formação financeira. Apesar de ser transversal a todos os públicos, são especialmente importantes as ações dirigidas aos jovens, enquanto utilizadores frequentes de novas tecnologias. Considerando também que o aumento da utilização destes serviços pode levar a problemas como a segurança das operações e a facilidade na aquisição de produtos e no recurso ao crédito. Quanto à segunda, dá também prioridade a formação financeira a empreendedores e gestores de micro e pequenas empresas, uma vez que as competências financeiras são essenciais ao desenvolvimento de qualquer projeto. Tem ainda vindo a dinamizar ações de formação financeira em cooperação com entidades públicas, associações sem fins lucrativos e instituições de ensino. O ano de 2016 ficou também marcado pela apresentação dos resultados do 2º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa que vieram a confirmar que os jovens são um dos grupos com menores níveis de literacia financeira, sustentando a prioridade dada pelo PNFF à promoção da educação financeira nas escolas (CNSF, 2011; Banco de Portugal, 2016a; CNSF, 2016; CNSF, 2017).

Saldo Positivo

O *site* Saldo Positivo (saldopositivo.cgd.pt) é um programa de literacia financeira lançado pela Caixa Geral de Depósitos em 2008. Este programa faz parte da política de sustentabilidade e de responsabilidade social da empresa e tem como objetivo incentivar a educação e a inclusão financeira dos consumidores particulares e dos gestores de empresas. Destaca-se a área das empresas cuja crescente procura dos seus conteúdos de literacia financeira demonstra que essa é uma necessidade não só das famílias mas também de pequenos empreendedores e gestores portugueses (APB, 2016).

Protege-te dos Riscos

Desde 2012 que a literacia financeira é uma das prioridades da Associação Portuguesa de Seguradores (APS). No seu seguimento surgiu o projeto “Protege-te dos Riscos”. Uma espécie de jogo da glória onde os jogadores se deparam com situações de risco do dia-a-dia, podendo ser protegidos ou minimizadas as suas consequências através da aquisição de apólices de seguros de vários ramos. Este “jogo” permite ensinar e alertar as crianças para os contratempos que podem encontrar no dia-a-dia, e ao mesmo tempo, diz-lhes como se podem proteger (APB, 2016).

Boas Práticas, Boas Contas

O *site* Boas Prática, Boas Contas (www.boaspraticasboascontas.pt) foi lançado em 2013. Este projeto da Associação Portuguesa de Bancos, de cariz pedagógico, assume o compromisso de facultar aos cidadãos informação útil e acessível sobre os serviços da banca, através de casos práticos que se assemelham a situações da vida real de muitas famílias e com as quais as pessoas se podem identificar. O seu objetivo é facilitar o envolvimento das pessoas, estimulando atitudes e comportamentos, a nível financeiro, que contribuam para tomadas de decisão esclarecidas e informadas (ABP, 2016; Banco de Portugal, 2016a).

No Poupar Está o Ganho

É o programa de educação financeira da Fundação Dr. António Cupertino Miranda. Através do seu *site* www.educacaofinanceirafacm.net ficamos a conhecer o projeto e os seus objetivos. É um projeto de continuidade, com a duração de um ano letivo, que visa transmitir conhecimentos financeiros a alunos, desde o pré-escolar ao secundário, para que se consciencializem da importância do dinheiro e para que possam adquirir competências que lhes permitam tomar decisões corretas e informadas no futuro e se tornem consumidores mais responsáveis. Segundo Duarte (2013), alguns dos seus objetivos gerais são: promover a sensibilização das escolas para inserir o tema da literacia financeira em área curricular, promover a literacia e a inclusão financeira, implementar o projeto em escolas básicas e secundárias, promover maior confiança na tomada de decisões financeiras, medir o impacto de aprendizagem de literacia

financeira, desenvolver hábitos de poupança e criar hábitos de precaução em relação a situações de risco.

Como vimos no parágrafo anterior, este projeto vai de encontro aos objetivos e temas definidos no Referencial de Educação Financeira promovido pelo PNFF e Ministério da Educação e responde também à necessidade de formação sentida pelos professores desde que viram a educação financeira ser incluída no âmbito do currículo nacional. Neste ano letivo de 2017/2018, o projeto entra na sua 8ª Edição.

2.5 (I)Literacia Financeira e os Jovens

Neste capítulo, e sendo um dos principais objetivos desta dissertação, vamos estudar o impacto da (i)literacia financeira na juventude.

Com o tempo, a literacia financeira tem o potencial de contribuir substancialmente para a satisfação e o bem-estar financeiro dos indivíduos ao longo da vida e uma vez adquirida em idades mais jovens aumenta o horizonte para se usufruir dos seus benefícios. Daí a importância de educar financeiramente os jovens. Cada vez mais novos os indivíduos enfrentam decisões financeiras difíceis e complicadas no atual e exigente ambiente financeiro e os erros cometidos em início de vida têm implicações e consequências no futuro. Os jovens que já se encontram em idade legal assumem agora a responsabilidade, até aí atribuída à família em seu nome, pela tomada de decisões financeiras, tanto na aquisição de produtos financeiros como no reembolso das dívidas que contraírem. O que significa que o seu envolvimento financeiro evolui com o tempo, e na medida em que a idade aumenta, também o envolvimento financeiro, a importância das decisões financeiras e as consequências de comportamentos negligentes (Mandell, 2008; Lusardi *et al.*, 2010; Huston, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012).

De acordo com o Ministério da Educação e Ciência (2013), estas decisões tornam-se progressivamente mais difíceis devido ao aumento da complexidade e diversidade dos produtos e serviços financeiros, ao mesmo tempo que o acesso a estes produtos é cada vez mais generalizado. Por isso, e de forma a fazer as escolhas mais corretas e adequadas, é importante a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências financeiras. É alerta para que a educação financeira seja adotada ao longo da vida, tendo início junto dos jovens em idades escolares, isto porque os jovens, de forma progressiva e cada vez mais prematura, são tidos como consumidores de produtos

e serviços. Esta aprendizagem de tópicos relacionados com o dinheiro e finanças pessoais, e o consequente desenvolvimento de capacidades técnicas e comportamentais contribui para uma atuação esclarecida no presente e acautela problemas de natureza financeira no futuro, sendo por isso proveitosa esta aprendizagem antes que os jovens comecem a tomar decisões financeiras e se comprometam com contratos financeiros (Lusardi *et al.*, 2010; MEC, 2013).

Os mais novos sabem muito pouco sobre estas matérias e desconhecem isso, ou seja, o nível de literacia financeira dos jovens é baixo, pelo que a concretização da educação financeira permite aos jovens a aquisição de conhecimentos e capacidades para as decisões que terão de tomar sobre as suas finanças pessoais no futuro. De acordo com OECD/INFE (2012) (*cfr.* Lewis e Messy, 2012), a educação financeira nas escolas é eficiente pois está ao alcance de todas as crianças e jovens, e se por um lado, pode gerar um efeito multiplicador de informação e formação junto das suas famílias e ajudar a superar as desvantagens consequentes da iliteracia financeira dos pais, por outro lado, e considerando que a literacia financeira é também adquirida pelos pais e na interação com os outros, permite melhorar e uniformizar os conhecimentos financeiros adquiridos (Lusardi *et al.*, 2010; Lusardi e Mitchell, 2011; Lewis e Messy, 2012; MEC, 2013).

Na introdução dos conteúdos financeira aos jovens, a escola parece uma boa opção, no entanto a falta de recursos e as outras prioridades de ensino podem ser algumas das barreiras encontradas, a par com a questão de como incorporar este tipo de formação no currículo escolar. De facto, as instituições de ensino desempenham um papel fundamental no dia-a-dia dos jovens mas na educação financeira focam-se muito nos programas em ambiente de “sala de aula”, onde tentam passar aos alunos o máximo de informação no menor tempo possível, e esta abordagem geral pode ser insuficiente para uns e em demasia para outros. Outros intervenientes na educação financeira dos jovens são: as instituições financeiras, que são vistos como atores profissionais em promover capacidade financeira mas também são muitas vezes estimuladas pelo lucro, não sendo clara a distinção entre o *marketing* e as matérias destinados à promoção da literacia financeira; o sector público e as organizações sem fins lucrativos, estes atores estão menos familiarizados com o fornecimento de informação financeira aos jovens mas os conteúdos são imparciais e seguros. Uma vez que vão receber informação financeira de vários atores e de diferentes perspetivas, as escolas devem pelo menos assegurar que os

jovens conheçam esses atores envolvidos e os seus materiais de promoção da capacidade financeira. E sendo objetivo comum, a promoção da informação e capacidade financeira entre os jovens, os atores envolvidos devem ser mais proactivos e cooperativos entre eles (Braunstein e Welch, 2002; Luukkanen e Uusitalo, 2014).

Além disso, existe a necessidade da educação financeira ser mais prática, acessível e deve ter em atenção a idade, os interesses e a fase de desenvolvimento de cada grupo destinatário, de forma a motivar e despertar o interesse dos jovens para os problemas financeiros. Visto que, por vezes, os programas não traduzem efeitos nos níveis de literacia financeira porque os jovens não percebem o quão importantes são estes conteúdos para o seu futuro. Muitos jovens justificam as suas dificuldades financeiras enquanto consumidores, com o elevado acesso ao crédito e a falta de planeamento financeiro, mas a principal causa é o não pouparem o suficiente. Mas, e apesar, de estarem cientes dos motivos das suas dificuldades financeiras, esse conhecimento, por si só, não é motivação suficiente para que os se tornarem financeiramente literados. Neste sentido, a diminuição de comportamentos desajustados e menores níveis de endividamento podem ser resultado da inclusão da educação financeira nos currículos escolares, no caso de serem eficazes, que se traduz em efeitos qualitativos nos níveis de dívida uma vez que ao aumentar o conhecimento das suas implicações e consequências se verificam melhorias no comportamento de reembolso e uma diminuição da dependência ao crédito. Ainda, e a par da educação financeira, é também importante identificar as características de personalidade que influenciam o comportamento financeiro nos mais novos, pois os hábitos financeiros na adolescência permanecem na idade adulta (Mandell, 2008; Luukkanen e Uusitalo, 2014; Brown *et al.*, 2016; Seuntjens *et al.*, 2016).

A literacia financeira é por isso crucial no futuro dos jovens, tanto a nível individual, como por exemplo, tomarem decisões a curto prazo (ter uma poupança, planeamento de despesas, crédito automóvel, férias), serem capazes de fazer planos de investimento a longo prazo (educação dos filhos, reforma), e gerirem as suas necessidades médicas e seguros de vida; como a nível profissional, uma vez que as más decisões e conduta financeira podem afetar e prejudicar a produtividade no emprego, e bons níveis de conhecimento e informação financeira podem aumentar as oportunidades no mercado de trabalho. Assim, a falta de educação financeira eficaz pode resultar em casos sérios

de iliteracia financeira, e quando os indivíduos não conseguem gerir as suas próprias finanças, isso torna-se um problema também da sociedade (Chen e Volpe, 1998; Mandell, 2008; Clark *et al.*, 2013).

Finalmente, e de encontro a outro dos objetivos principais desta dissertação, relativamente aos fatores que influenciam os níveis de conhecimento e tipo de comportamento financeiro dos jovens, identificamos o seguinte: as características de personalidade, as capacidades cognitivas e a própria perceção do seu nível de conhecimentos (Lusardi *et al.*, 2010; Lusardi *et al.*, 2014; Seuntjens *et al.*, 2016); as características sociodemográficas, como a idade, o género, a raça, as habilitações literárias, o tipo de curso, a área de estudos, o rendimento escolar, a experiência laboral e o ambiente ou meio social em que se inserem (Chen e Volpe, 1998; Lusardi *et al.*, 2010; Rodrigues *et al.*, 2012); e as características familiares, como a partilha de informação e conhecimento em casa, o financiamento dos pais no investimento na educação dos filhos, assim como o nível de escolaridade dos pais (Lusardi *et al.*, 2010; Rodrigues *et al.*, 2012) são fortes determinantes do nível de literacia financeira.

3. Objetivo de Investigação

Reconhecida a importância da literacia financeira, e após uma revisão da literatura e enquadramento internacional e nacional do tema, neste capítulo vamos destacar os principais objetivos de investigação.

Os objetivos do estudo serão apresentados em duas fases. Inicialmente pretendemos avaliar os conhecimentos financeiros dos jovens portugueses, assim como identificar os seus comportamentos de consumo, escolha de produtos financeiros e objetivos de poupança. De seguida iremos analisar os fatores que podem influenciar o nível de literacia financeira dos jovens portugueses e serão enumeradas as hipóteses em estudo que pretendemos verificar.

De acordo com o Banco de Portugal (2011), a literacia financeira pode ser avaliada tendo em conta as seguintes áreas temáticas: a inclusão financeira, o planeamento e as poupanças, a gestão de contas bancárias, a escolha de produtos bancários e a compreensão financeira. Assim, numa primeira fase, e indo ao encontro dos objetivos do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2010, este estudo propõe-se a:

- avaliar o nível de inclusão financeira: se os jovens estão presentes no sistema bancário e se já são titulares da sua conta bancária;
- as características da gestão da conta bancária: se os jovens têm conhecimento dos custos associados à sua conta bancária, nomeadamente comissões de manutenção da conta, pagamento de anuidades de cartões ou taxa de juro aplicadas à conta poupança;
- o planeamento de poupanças e as suas finalidades: perceber se os jovens consideram importante ter uma poupança e identificar os seus hábitos de poupança, especificando se tem uma conta poupança e se a iniciativa da sua abertura partiu dos próprios ou dos pais, se fazem reforços regularmente e o porquê de pouparem, e ainda identificar se detêm outros tipos de poupanças, como depósitos a prazo;
- identificar os principais produtos bancários: se os jovens optam por ter ou não meios de pagamento como cartão de débito, cartão de crédito ou cheques, justificando o motivo da sua escolha e a frequência com que utilizam esses meios de pagamento;

- avaliar a compreensão financeira: saber se os jovens estão familiarizados com conceitos financeiros como taxa de juro, inflação e diversificação do risco.

Neste último ponto, na avaliação da literacia financeira dos jovens portugueses, após efetuada a análise estatística dos resultados, iremos identificar o perfil do jovem com elevado nível de literacia financeira. Considerando para o efeito o grupo de jovens que responderam corretamente às três questões sobre literacia financeira de Lusardi e Mitchell (2006, 2008) (*cfr* Lusardi *et al.*, 2010) sobre os conceitos financeiros em estudo.

Continuamente, numa segunda fase, vamos apresentar as hipóteses de estudo que nos permitiram tirar conclusões sobre quais poderão ser os fatores determinantes da literacia financeira, tendo em conta características sociodemográficas dos jovens, como a idade, o sexo, a educação e a situação profissional, e características familiares, como o número de elementos que compõem o agregado familiar e o grau de habilitações literárias dos pais. Neste contexto, e perante enquadramento da literatura existente (Chen e Volpe, 1998; Hilgert *et al.*, 2003; Mandell, 2008; Lusardi *et al.*, 2010; Banco de Portugal, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Klapper *et al.*, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012; OECD/INFE, 2013; Luukkanen e Uusitalo, 2014), as hipóteses a considerar são:

H1: Jovens com 25 anos têm níveis de literacia financeira superiores a jovens de 18 anos.

H2: Jovens no sexo masculino são mais financeiramente literados que jovens do sexo feminino.

H3: Jovens com um grau superior de habilitações literárias têm mais conhecimentos financeiros que um jovem com grau inferior.

H4: Jovens com formação em áreas como a Economia têm níveis de literacia financeira superiores aos jovens com formação em outras áreas.

H5: Jovens estudantes têm mais conhecimentos financeiros do que jovens integrados no mercado de trabalho.

H6: O número de elementos do agregado familiar do jovem influencia o seu nível de literacia financeira.

H7: Jovens cujos pais tenham um grau superior de escolaridade são financeiramente mais literados que os restantes.

4. Metodologia

Este capítulo expõe todo o processo estatístico utilizado na investigação e que se apresenta em cinco pontos principais: a apresentação da metodologia que será utilizada no tratamento dos dados; a forma como se procedeu à recolha dos dados, apresentado o inquérito realizado para esse fim e caracterizando a amostra recolhida; a análise de dados, indicando alguns dos resultados do inquérito e a distribuição desses resultados pelas variáveis e categorias em estudo; continuando com a análise de dados, desta vez avaliando os restantes resultados do inquérito tendo em conta as áreas temáticas (dimensões) da literacia financeira referidas no capítulo anterior; e por fim, procedemos ao teste das hipóteses enunciadas também no capítulo 3.

4.1 Apresentação da Metodologia

Na apresentação da metodologia, com recurso à literatura existente, revemos alguns conceitos, como o tipo de variáveis e escalas de medida em estudo e explicamos em que consiste as metodologias consideradas e qual a sua finalidade. Na estatística descritiva, estudamos as medidas de tendência central e medidas de associação e na estatística inferencial, o teste de independência do qui-quadrado, de forma a facilitar a sua aplicabilidade e interpretação.

4.1.1 Identificação das Variáveis

Segundo McCall (1998) (*cfr.* Marôco, 2014), as variáveis estatísticas podem ser classificadas em variáveis quantitativas se a escala de medida permitir a ordenação e a quantificação de diferenças entre elas, e em variáveis qualitativas se a sua escala de medida apenas indicar a sua presença em classes ou categorias.

Sendo do interesse do nosso estudo, e de acordo com vários autores, Pestana e Gageiro (2000), Guimarães e Cabral (2007), St.Aubyn e Venes (2011) e Marôco (2014), recordamos que, as variáveis qualitativas podem ser medidas numa escala nominal e ordinal. Numa escala nominal quando não é possível estabelecer à partida um qualquer tipo de qualificação ou ordenação. Nesta escala, as categorias devem ser exaustivas,

mutuamente exclusivas e não ordenáveis, ou seja, não existe nenhum critério relevante que permita estabelecer preferência por qualquer categoria em relação às restantes. Os elementos de uma escala nominal são atributos ou qualidades, os números servem apenas para identificar ou categorizar esses elementos. Este tipo de escala constitui o nível mais baixo de medida. O que distingue a escala ordinal da escala nominal é a possibilidade de se estabelecer uma ordenação natural das categorias nas quais os dados são classificados segundo algum critério relevante. Numa escala ordinal podem ser distinguidos diferentes graus de um atributo ou variável, mas existindo entre eles uma relação de ordem, daí os números serem associados de modo a que a relação de ordem se continue a manter. Esta escala é de nível superior à nominal. Existe ainda, as variáveis dicotômicas, que são variáveis qualitativas em que só há duas respostas possíveis, por exemplo, do tipo sim ou não.

4.1.2 Medidas de Tendência Central

A estatística descritiva centra-se no estudo de características não uniformes das unidades observadas ou experimentadas e utiliza-se para descrever os dados através de indicadores estatísticos, como é o caso da moda (Pestana e Gageiro, 2000). E, de acordo com Marôco (2014), as medidas de tendência central caracterizam o valor da variável sob estudo que ocorre com mais frequência e uma vez que estamos a trabalhar com dados qualitativos, não temos valores e sim categorias, daí a medida de tendência central a utilizar ser a moda, que para Amón (1993) (*cfr.* Marôco, 2014) é o valor mais frequente da variável X na amostra. A moda também é uma medida estatística de localização, um parâmetro amostral, que descreve os aspetos relevantes da amostra (Guimarães e Cabral, 2007; St.Aubyn e Venes, 2011). A moda é, por definição, o valor mais vezes observado da amostra e numa amostra classificada indica-se a classe modal, como sendo a classe de maior frequência absoluta (St.Aubyn e Venes, 2011).

4.1.3 Medidas de Associação

As medidas de associação quantificam a intensidade e a direção da associação entre as variáveis, são também conhecidas como coeficientes de correlação. Uma correlação

mede pura e simplesmente a associação entre variáveis sem qualquer implicação de causa e efeito entre ambas, por isso não podem, nem devem ser usadas para inferir sobre relações causais. Podem sim, ajudar a determinar e explicar as relações causais entre as variáveis mas sempre tendo em ponderação a literatura existente e outras metodologias. Importa ainda ter atenção ao sinal do coeficiente de correlação porque indica o sentido da associação, ou seja, quando a correlação é positiva, as variáveis variam no mesmo sentido e quando a correlação é negativa, as variáveis variam em sentidos opostos. Se a associação envolve duas variáveis são correlações bivariadas, que é o caso, e os coeficientes de correlação bivariados são definidos em função da escala de medida das variáveis (Marôco, 2014). Outra nota importante, e porque ocorre no nosso estudo, quando associamos uma variável nominal e outra variável ordinal utilizamos as medidas de associação para a escala de medida inferior, isto é, a nominal (Pestana & Gageiro, 2000). Assim, tendo variáveis qualitativas nominais e ordinais os coeficientes de correlação utilizados são o coeficiente de Phi e o coeficiente de correlação V de Cramer (Pestana & Gageiro, 2000; Marôco, 2014).

O Coeficiente de Phi é utilizado no caso de variáveis dicotômicas, variáveis com duas categorias, e obtém-se dividindo X^2 , o valor do teste do Qui-Quadrado (ver 4.1.4), por N , a dimensão da amostra e extraíndo a raiz quadrada ao resultado (Pestana e Gageiro, 2000; Marôco, 2014). E é calculado por:

$$Phi = \sqrt{\frac{X^2}{N}} \quad (4.1)$$

O Coeficiente de Correlação V de Cramer é um coeficiente não paramétrico apropriado para medir a intensidade de associação entre duas variáveis nominais. Este é um coeficiente assimétrico que, conforme Siegel e Castellan (1988) (*cfr.* Marôco, 2014) e Pestana e Gageiro (2000), pode ser calculado por:

$$V = \sqrt{\frac{X^2}{N[\min(L, C) - 1]}} \quad (4.2)$$

A expressão onde $\min(L, C)$ representa o menor número de linhas ou colunas, N é a dimensão da amostra e X^2 é a estatística do teste do Qui-quadrado (ver 4.1.4). Note-se

que, os coeficientes não paramétricos não exigem à partida nenhum pressuposto sobre a forma da distribuição das variáveis (Pestana e Gageiro, 2000; Marôco, 2014).

Em suma, segundo Pestana e Gageiro (2000), se existir uma relação de dependência, sabendo-se o comportamento de uma delas pode prever-se o comportamento da outra e deste modo, analisar o grau de associação existente entre ambas. Se as variáveis forem independentes, significa que o comportamento de uma era aleatório em relação ao da outra, sendo a associação entre elas igual a 0. As medidas de associação normalmente variam entre 0 e 1, isto é, desde ausência de relação até à relação perfeita entre as variáveis. Os valores baixos indicam uma pequena associação entre as variáveis enquanto que os valores elevados indicam uma grande associação entre as variáveis.

O teste Qui-quadrado, que será apresentado no ponto seguinte, apenas informa sobre a independência entre as variáveis mas nada diz sobre o grau de associação existente. De facto, o valor deste teste é muito influenciado pela dimensão da amostra, o que poderá significar que valores mais elevados de Qui-quadrado não se representem uma maior relação entre as variáveis, pelo que se torna necessário utilizar medidas de associação (Pestana e Gageiro, 2000).

4.1.4 Teste de Independência do Qui-quadrado

Após constituição da amostra e da sua caracterização através da estatística descritiva, segue-se a inferência estatística, que de acordo com Marôco (2014), é o processo que consiste em inferir acerca dos parâmetros da população teórica de onde foram obtidas as amostras e validar hipóteses acerca desses parâmetros, e nas quais se fundamentam as teorias. A inferência estatística tem por isso um objetivo mais ambicioso e usa métodos mais sofisticados que a estatística descritiva pois permite tirar conclusões para um domínio mais vasto de onde esses elementos provieram, isto é, com base na análise de uma amostra pretende-se caracterizar o todo a partir do qual os dados foram obtidos (Pestana e Gageiro, 2000; Guimarães e Cabral, 2007).

Recordando Marôco (2014), a teoria da decisão é uma das áreas da inferência estatística, e é com ela, através dos testes de hipóteses, que vamos avançar, sendo a forma de inferir sobre o parâmetro da população associando ao processo um determinado nível de significância. O teste de hipóteses tem como objetivo refutar, ou

não, uma determinada hipótese acerca de um ou mais parâmetros da população a partir de uma ou mais estimativas obtidas nas amostras, isto é, verificar se os dados amostrais, ou as estimativas obtidas a partir deles, são ou não compatíveis com determinadas populações. No teste de hipóteses são formuladas hipóteses referentes a relações entre variáveis (hipótese nula ou H_0) e referente à alternativa (hipótese alternativa ou H_1) no caso de rejeição da primeira, e o seu resultado corresponde sempre a uma resposta afirmativa ou negativa da questão em estudo. E ainda, a hipótese nula corresponde sempre à ausência do efeito (Guimarães e Cabral, 2007; Marôco, 2014).

Posto isto, e tendo em conta um dos objetivos da investigação, as hipóteses estatísticas a considerar são:

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis não são independentes

A independência entre duas variáveis implica que entre elas não existe qualquer relação, ou seja, qualquer que seja o valor particular que uma delas tome, não se altera a distribuição de probabilidade da outra (Guimarães e Cabral, 2007).

Em seguida, procedemos ao cálculo da estatística de teste, que avalia a discrepância entre os parâmetros populacionais, especificados em H_0 , e as estimativas amostrais desses parâmetros obtidas na amostra. Os valores elevados da estatística de teste indicam que os valores encontrados na amostra não suportam H_0 , já valores pequenos suportam a hipótese nula (Marôco, 2014).

No nosso estudo, considerando o objetivo proposto, vamos aplicar o teste de independência do qui-quadrado. Este teste serve para testar se duas ou mais populações independentes têm comportamentos diferentes em relação a uma característica específica, isto é, se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas categorias de uma variável qualitativa é ou não aleatória. O principal objetivo deste teste é o de verificar se as duas variáveis em estudo estão ou não relacionadas (Guimarães e Cabral, 2007; Marôco, 2014).

Em termos práticos, conforme Marôco 2014, o teste permite testar se a distribuição dos N (dimensão global da amostra dada pela soma de todos os valores observados, O_{ij}) elementos pelas categorias de uma variável é aleatória ou não. Por outras palavras, permite saber se as distribuições das categorias da variável são independentes das amostras, ou também das categorias de uma segunda variável. O teste do X^2 de

independência, como também é conhecido, no cenário de validade de H_0 , conclui-se que as duas variáveis qualitativas são independentes.

No cálculo do teste consideramos, C (número de colunas) e L (número de linhas) da tabela de contingência ou *crosstabs* (tabelas de frequências absolutas, onde se apresentam todos os elementos da amostra em cada uma das categorias da variável qualitativa) e as frequências esperadas dadas pela expressão:

$$E_{ij} = \frac{L_i \times C_j}{N} \quad (4.3)$$

onde $L_i = \sum_{j=1}^C O_{ij}$ é o total da linha i e $C_j = \sum_{i=1}^L O_{ij}$ é o total da coluna j .

Assim, de acordo com Siegel e Castellan (1988) (*cfr.* Marôco, 2014), a estatística de teste é dada por:

$$X^2 = \sum_{i=1}^L \sum_{j=1}^C \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (4.4)$$

em que X^2 estima a distância relativa entre as frequências observadas em cada célula (O_{ij}) e as frequências que se espera encontrar se H_0 for verdadeira (E_{ij}), o que significa que se as diferenças entre as O_{ij} e as E_{ij} forem grandes, então X^2 deve ser grande, e rejeitamos H_0 e se as O_{ij} estiverem próximas das E_{ij} , então H_0 pode estar correta, e não se rejeita H_0 (Marôco, 2014).

No caso da hipótese nula ser verdadeira, X^2 segue aproximadamente uma distribuição do qui-quadrado, ou χ^2 , com $(C-1)(L-1)$ graus de liberdade, pelo que, para um determinado nível de significância (α), rejeitamos H_0 se $X^2 \geq \chi^2_{1-\alpha; (C-1)(L-1)}$ (o que significa que valores baixos de X^2 suportam H_0), ou então calcula-se o *p-value* dado pelo valor de α a partir do qual $X^2 \geq \chi^2_{1-\alpha; (C-1)(L-1)}$, que será o nosso caso. Neste contexto, o teste só pode ser aplicado com rigor ao se verificarem os seguintes pressupostos: a $N > 20$, todos os E_{ij} 's > 1 e pelo menos 80% dos E_{ij} 's ≥ 5 (Guimarães e Cabral, 2007; Marôco, 2014).

Não se verificando estes pressupostos, o teste não pode ser aplicado com rigor, e Marôco (2014) apresenta como alternativa o Teste do Qui-quadrado por Simulação de Monte Carlo, que segundo ele, é um método estatístico que procura determinar a

probabilidade de ocorrência de uma determinada situação experimental, através de um conjunto elevado de simulações, baseado na geração aleatória de amostras a partir do conhecimento empírico da população em estudo.

Fisher (1973) (*cfr.* Marôco, 2014) propôs uma regra para a rejeição, ou não rejeição, da H_0 , a probabilidade de significância ou *p-value*. O *p-value* avalia a probabilidade da hipótese nula face aos dados recolhidos na amostra sob estudo e é o critério de decisão mais utilizado em inferência estatística. Em termos práticos o *p-value* é o menor valor de α a partir do qual se rejeita H_0 . Se rejeitarmos H_0 , a conclusão é a de que H_0 é falsa. No caso contrário, na não rejeição de H_0 , apenas podemos concluir que não existe evidência estatística suficiente para rejeitar H_0 . Sendo 0,05 o nível de significância (α) usado para decidir se algo é real na população teórica ou é resultado do acaso. Também segundo Fisher (1973) (*cfr.* Marôco, 2014), o *p-value* é um índice de evidência indutiva contra a hipótese nula. Assim, um maior valor do *p-value* diz-nos que os resultados observados são diferentes dos esperados se H_0 fosse verdadeira, e por isso, se o *p-value* for menor que α , rejeita-se H_0 .

Neste sentido, e conforme Marôco (2014), no nosso estudo, aquando a tomada de decisão no teste de hipóteses, será considerada a regra das teorias de Fisher e de Newman & Pearson de que para um determinado nível de significância, ou probabilidade de erro de tipo I (a rejeição de H_0 e H_0 for verdadeira), dado por α , rejeita-se H_0 se o *p-value* $\leq \alpha$. Pois uma das características do teste de hipótese é, precisamente, o de permitir controlar ou minimizar o risco de errar (Guimarães e Cabral, 2007).

Aqui, neste capítulo, segundo Guimarães e Cabral (2007), foram identificados três das quatro fases do teste de hipóteses: definimos as hipóteses, identificamos a estatística do teste; e definimos a regra de decisão, especificando o nível de significância. A última fase, o cálculo da estatística do teste e tomada de decisão, será apresentada no capítulo 4.5.

4.2 Recolha de Dados

Para dar resposta aos objetivos de investigação propostos no capítulo 3 e aplicar a metodologia exposta no ponto 4.1, é necessário o acesso a um conjunto de dados sobre a nossa população teórica que permita a continuidade do nosso estudo.

Concordando com Marôco (2014), na prática é quase impossível trabalhar com a população teórica. Neste presente caso, devido a limitações de tempo, custos e recursos disponíveis, seria impossível chegar a todos os jovens portugueses. Assim, utilizamos um grupo mais restrito e a que conseguimos ter acesso, os jovens portugueses residentes no Porto, que conforme Marôco (2014), constituem a nossa população do estudo.

Assim, e de acordo com St.Aubyn e Venes (2011), cada jovem é uma unidade amostral, pois é através deste que teremos acesso aos dados. Ainda, cada característica do jovem que queremos estudar dá origem a uma variável e os dados respeitantes a cada variável constituíram a nossa amostra.

De seguida, iremos referir de que forma os dados foram recolhidos e caracterizar a nossa amostra.

4.2.1 Apresentação do Inquérito

Toda a informação a ser considerada é totalmente constituída por dados primários, o que significa que são dados que ainda não existiam, dados que foram recolhidos especialmente para esta investigação e tendo em conta apenas a sua finalidade.

Neste contexto, foi elaborado um inquérito que permitiu a recolha de dados referentes às características sociodemográficas e familiares, aos hábitos, aos comportamentos, às intenções, às opiniões e aos conhecimentos financeiros dos jovens.

Este inquérito, a que chamamos de Inquérito à Literacia Financeira do Jovens Portugueses (disponível em Anexos), foi realizado de forma presencial a jovens portugueses dos 18 aos 25 anos. Decorreu entre o dia 16 de maio e 30 de junho de 2017 e teve lugar em várias Faculdades da Universidade do Porto, do Instituto Politécnico do Porto e em grandes espaços comerciais do Porto.

O inquérito é constituído por três partes. Na primeira parte, procuramos saber as características sociodemográficas dos jovens, nomeadamente, a idade, o sexo, as suas habilitações literárias, a sua situação profissional, assim como as características familiares, o número de elementos que compõem o seu agregado familiar, as habilitações literárias do pai e da mãe. Na segunda parte, tivemos em consideração quatro das cinco áreas temáticas apresentadas no relatório realizado pelo Banco de Portugal (2011), recordamos a inclusão financeira, o planeamento e as poupanças, a

gestão de contas bancárias e a escolha de produtos bancários. Neste sentido, quisemos saber se os jovens já faziam ou não parte do sistema bancário, quais os produtos bancários a que tinham acesso, se tinham conhecimentos das comissões associadas, quais os seus hábitos de consumo e os meios de pagamento de preferência, quais os tipos de poupanças que utilizam e com que fim e ainda qual a sua opinião face ao investimento de risco. Na última parte do inquérito, tivemos como referência as três questões sobre literacia financeira de Lusardi e Mitchell (2006, 2008) (*cfr.* Lusardi *et al.*, 2010), sendo elas:

- Suponha que tem 100€ numa conta poupança a uma taxa de juro de 2% ao ano. Após cinco anos, quanto pensa ter na sua conta se lá deixar o seu dinheiro a render: mais de 102€, exatamente 102€ ou menos de 102€? {não sabe; não responde}
- Imagine que a taxa de juro da sua conta poupança é de 1% por ano e a inflação é de 2% ao ano. Após um ano, poderá comprar mais, exatamente o mesmo ou menos do que hoje com o dinheiro dessa conta? {não sabe; não responde}
- Considere que a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa? “Comprar uma ação de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro que uma ação de um fundo mútuo.” {não sabe; não responde}

Estas questões identificam três conceitos, o de taxa de juro, de inflação e de diversificação do risco. Conceitos que serão muito importantes no decorrer deste estudo, uma vez que auxiliam a análise da compreensão financeira, outra área temática considerada no relatório do Banco de Portugal (2011), e nos permite avaliar o nível de literacia financeira dos jovens e traçar o perfil daqueles que possuem níveis elevados de conhecimentos financeiros. Estes três conceitos assumiram grande destaque no ponto 4.5.

4.2.2 Caracterização da Amostra

Na sequência do ponto anterior, e a propósito da investigação, terminamos o Inquérito à Literacia Financeira dos Jovens Portugueses com uma amostra constituída por 175 jovens.

Concluída a recolha de dados, importa agora, numa primeira fase, identificar e apresentar o tipo de variáveis, e respetivas escalas de medidas, que vamos estudar. E

posteriormente, numa segunda fase, caracterizar a nossa amostra, considerando medidas de tendência central (Marôco, 2014) e medidas de associação (Pestana e Gageiro, 2000; Marôco, 2014).

A identificação da escala de medida das variáveis é necessária à escolha da análise estatística adequada (Pestana e Gageiro, 2000), por isso, e considerando a revisão dos conceitos do ponto 4.1.1, afirmamos que todas as variáveis em estudo são dados qualitativos, com variáveis à escala nominal e ordinal. À exceção da idade que é uma variável quantitativa contínua, mas que pode ser uma variável qualitativa ordinal se apresentada por grupos etários. Esta alteração é muito importante para a aplicabilidade da metodologia proposta nos pontos 4.1.3 e 4.1.4.

Nas Tabelas 1, 2 e 3 apresentamos as variáveis e as categorias consideradas no decorrer da investigação:

Características Sociodemográficas		
Variáveis	Categorias iniciais	Categorias finais
Idade	18 Anos	18 - 19 Anos
	19 Anos	
	20 Anos	20 - 22 Anos
	21 Anos	
	22 Anos	
	23 Anos	23 - 25 Anos
	24 Anos	
	25 Anos	
Sexo	Feminino	Feminino
	Masculino	Masculino
Habilitações Literárias	Ensino Primário	Ensino Básico e Secundário
	Ensino Básico	
	Ensino Secundário ou Profissional	
	Licenciatura	Ensino Superior
	Mestrado	
	Doutoramento	
Área de Estudos	Resposta Aberta	Economia, Gestão e afins
		Letras, Línguas e Humanidades
		Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia
		Outras Áreas
Situação Profissional	Estudante	Estudante
	Trabalhador	Trabalhador
	Trabalhador - Estudante	Outras Situações
	Desempregado	

Tabela 1 - Identificação das Variáveis e Categorias referentes às Características Sociodemográficas dos Jovens

Características Familiares			
Variáveis	Categorias iniciais		Categorias finais
Composição do Agregado Familiar	1 Pessoa		Até 3 Pessoas
	2 Pessoas		
	3 Pessoas		
	4 Pessoas		Mais de 3 Pessoas
	Mais de 4 Pessoas		
Habilitações Literárias do Pai	Ensino Primário		
	Ensino Básico		Sem Ensino Superior
	Ensino Secundário ou Profissional		
	Licenciatura		
	Mestrado		
Habilitações Literárias da Mãe	Doutoramento	Habilitações Literárias dos Pais (Nova Variável)	
	Ensino Primário		Pelos menos um com Ensino Superior
	Ensino Básico		
	Ensino Secundário ou Profissional		
	Licenciatura		Ambos com Ensino Superior
	Mestrado		
	Doutoramento		

Tabela 2 - Identificação das Variáveis e Categorias referentes às Características Familiares dos Jovens

Avaliação da Literacia Financeira			
Variáveis	Categorias finais	Nova Variável	Categorias finais
Taxa de Juro	Correta		Todas as respostas incorretas
	Incorreta		
	Não sabe/não responde		
Inflação	Correta	Cômputo Geral	Pelo menos uma resposta correta
	Incorreta		
	Não sabe/não responde		
Diversificação do Risco	Correta		Todas as respostas corretas
	Incorreta		
	Não sabe/não responde		

Tabela 3 - Identificação das Variáveis e Categorias referentes à Avaliação da Literacia Financeira dos Jovens

Depois de constituída amostra torna-se necessário caracterizar essa amostra. Segundo Marôco (2014), e considerando o tipo de variáveis e escalas de medida, as formas de

caracterizar a amostra que vamos aplicar são medidas de tendência central e medidas de associação.

Conforme o descrito no ponto 4.1.2, a medida de tendência central adequada às variáveis em estudo é a moda. Neste sentido, na amostra destacam-se os jovens com as características da Tabela 4:

Variáveis	Tendência Central (Moda)
Idade	Dos 23 aos 25 anos
Sexo	Feminino
Habilitações Literárias	Com ensino superior
Área de Estudos	Formação em áreas não especificadas
Situação Profissional	Estudante
Composição do Agregado Familiar	Com mais de 3 pessoas
Habilitações Literárias dos Pais	Sem ensino superior

Tabela 4 - Resultados da Estatística de Tendência Central referentes às Características Sociodemográficas e Familiares

Seguem-se, na Tabela 5, os resultados da tendência central nas variáveis consideradas na avaliação da literacia financeira dos jovens:

Variáveis	Tendência Central (Moda)
Taxa de Juro	Correta
Inflação	Não sabe/ não responde
Diversificação do Risco	Não sabe/ não responde
Cômputo Geral	Pelo menos uma resposta correta

Tabela 5 - Resultados da Estatística de Tendência Central referentes à Avaliação da Literacia Financeira

Conhecida a tendência central da nossa amostra e de acordo com a revisão da literatura sobre medidas de associação e coeficientes de correlação do capítulo 4.1.3, e considerando $\alpha = 0,05$ (ver capítulo 4.1.4), vamos agora caracterizar a amostra através dos resultados que constam das tabelas seguintes:

Associação das Variáveis	Coeficientes de Correlação				Conclusão
	Phi		V de Cramer		
	Valor	Sig.	Valor	Sig.	
Idade	0,147	0,439	0,104	0,439	Não existe Associação
Sexo	0,077	0,597	0,077	0,597	Não existe Associação
Habilitações Literárias	0,260	0,003	0,260	0,003	Existe Associação
Área de Estudos	0,330	0,007	0,233	0,007	Existe Associação
Situação Profissional	0,129	0,571	0,091	0,571	Não existe Associação
Composição do Agregado Familiar	0,233	0,009	0,233	0,009	Existe Associação
Habilitações Literárias dos Pais	0,183	0,210	0,129	0,210	Não existe Associação

Tabela 6 - Resultados das Medidas de Associação entre a Taxa de Juro e as Características Sociodemográficas e Familiares

Associação das Variáveis		Coeficientes de Correlação				Conclusão
		Phi		V de Cramer		
		Valor	Sig.	Valor	Sig.	
Inflação	Idade	0,159	0,349	0,113	0,349	Não existe Associação
	Sexo	0,103	0,393	0,103	0,393	Não existe Associação
	Habilitações Literárias	0,115	0,316	0,115	0,316	Não existe Associação
	Área de Estudos	0,355	0,002	0,251	0,002	Existe Associação
	Situação Profissional	0,119	0,649	0,084	0,649	Não existe Associação
	Composição do Agregado Familiar	0,092	0,478	0,092	0,478	Não existe Associação
	Habilitações Literárias dos Pais	0,229	0,057	0,162	0,057	Não existe Associação

Tabela 7 - Resultados das Medidas de Associação entre a Inflação e as Características Sociodemográficas e Familiares

Associação das Variáveis		Coeficientes de Correlação				Conclusão
		Phi		V de Cramer		
		Valor	Sig.	Valor	Sig.	
Diversificação do Risco	Idade	0,073	0,920	0,052	0,920	Não existe Associação
	Sexo	0,042	0,859	0,042	0,859	Não existe Associação
	Habilitações Literárias	0,086	0,520	0,086	0,520	Não existe Associação
	Área de Estudos	0,509	0,000	0,360	0,000	Existe Associação
	Situação Profissional	0,308	0,002	0,218	0,002	Existe Associação
	Composição do Agregado Familiar	0,094	0,465	0,094	0,465	Não existe Associação
	Habilitações Literárias dos Pais	0,201	0,132	0,142	0,132	Não existe Associação

Tabela 8 - Resultados das Medidas de Associação entre a Diversificação do Risco e as Características Sociodemográficas e Familiares

Associação das Variáveis		Coeficientes de Correlação				Conclusão
		Phi		V de Cramer		
		Valor	Sig.	Valor	Sig.	
Cômputo Geral	Idade	0,185	0,198	0,131	0,198	Não existe Associação
	Sexo	0,076	0,606	0,076	0,606	Não existe Associação
	Habilitações Literárias	0,201	0,029	0,201	0,029	Existe Associação
	Área de Estudos	0,509	0,000	0,360	0,000	Existe Associação
	Situação Profissional	0,206	0,116	0,146	0,116	Não existe Associação
	Composição do Agregado Familiar	0,248	0,005	0,248	0,005	Existe Associação
	Habilitações Literárias dos Pais	0,236	0,045	0,167	0,045	Existe Associação

Tabela 9 - Resultados das Medidas de Associação entre o Cômputo Geral e as Características Sociodemográficas e Familiares

Nas Tabela 6, 7, 8 e 9 encontram-se os resultados das medidas de associação após o cálculo dos coeficientes de correlação Phi e V de Cramer, com recurso ao *software* de análise estatística SPSS (ver *outputs* em Anexos). Com objetivo de estabelecer uma relação entre as características sociodemográfica e familiares e os conceitos financeiros avaliados individualmente e no seu cômputo geral. Na Tabela 6, sobre a relação entre as características dos jovens e o seu conhecimento sobre o conceito taxa de juro, verificamos que existe associação no caso das habilitações literárias, área de estudos e composição do agregado familiar. Na Tabela 7, apenas verificamos a existência de associação entre a área de estudos e o conceito de inflação. Na Tabela 8, agora para a diversificação do risco, existe relação entre o conhecimento deste conceito e as variáveis área de estudos e situação profissional. A Tabela 9 apresenta a relação entre as características consideradas e o cômputo geral. Aqui verifica-se que há uma relação de associação entre as habilitações literárias, a área de estudos, a composição do agregado familiar e as habilitações literárias dos pais e o conjunto dos conceitos estudados na avaliação do conhecimento financeiro.

Importa destacar três situações: i) na análise anterior sobre associação entre as variáveis verificamos a existência da relação nos valores do nível de significância inferiores a 0,05; ii) sem implicação de causa e efeito, nos casos em que se verifica a existência de relação de associação, sabendo o comportamento de uma prevemos o comportamento da outra; iii) ao analisar o grau de associação, vemos que o sinal dos valores dos coeficientes de correlação são positivos, logo as variáveis variam no mesmo sentido, e que os seus valores são relativamente baixos pelo que concluímos que a associação entre as variáveis é fraca.

4.3 Análise de Dados

Através da estatística descritiva procura-se sintetizar e representar de forma compreensível a informação contida no conjunto de dados. Importa que, e atendendo ao volume de dados, se represente convenientemente essa informação para posterior análise. As formas mais comuns de descrever amostras univariadas (amostras em que cada um dos dados que a integra mede apenas um atributo) de dados qualitativos expressos em escalas nominal ou ordinal envolvem o recurso a tabelas de frequências, a

gráficos de barras ou circulares. Em todos estes casos, o objetivo é o de representar a forma como os dados foram classificados e se distribuem pelo conjunto das diferentes categorias, ou seja, a distribuição de frequências (Guimarães e Cabral, 2007).

Neste capítulo, segue-se a compilação da informação recolhida através do Inquérito à Literacia Financeira dos Jovens Portugueses. Apresentamos a distribuição de frequências referentes às características sociodemográficas e familiares dos jovens inquiridos (Figura 1 à 7), assim como os resultados das respostas aos conceitos, incluindo o seu conjunto, em avaliação na Literacia Financeira dos Jovens (Figura 8 e 9).

Figura 1 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Idade por Grupos Etários

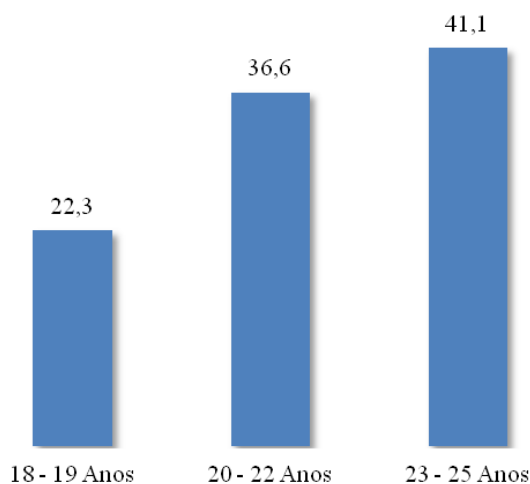


Figura 2 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes ao Sexo

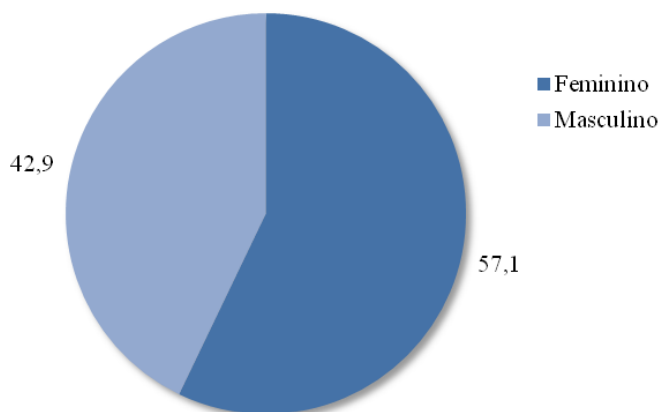


Figura 3 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes às Habilitações Literárias

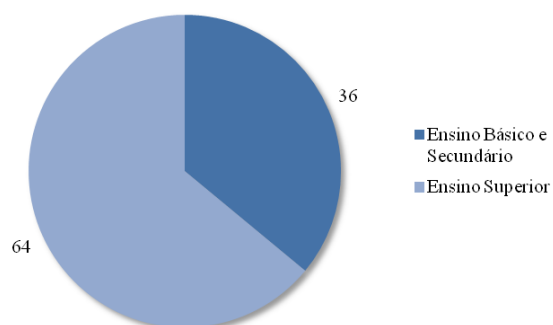


Figura 4 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Área de Estudos

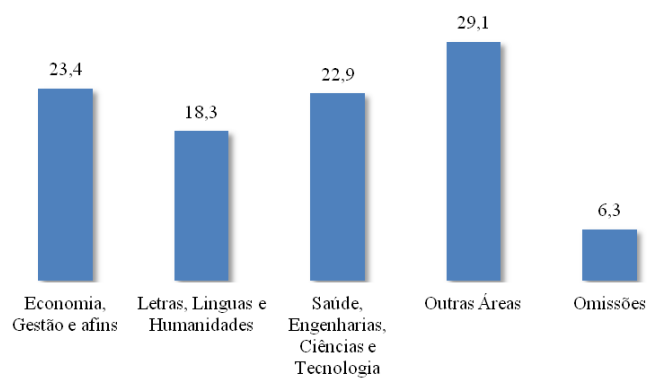


Figura 5 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Situação Profissional

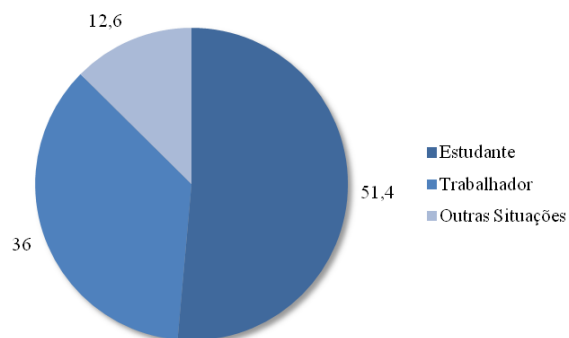


Figura 6 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Composição do Agregado Familiar

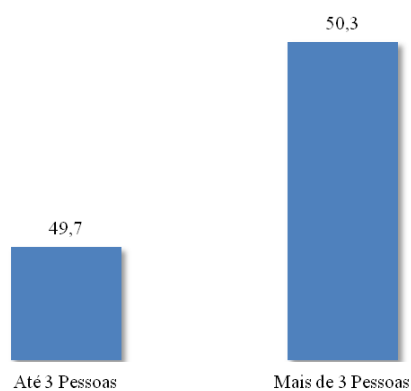


Figura 7 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes às Habilitações Literárias dos Pais

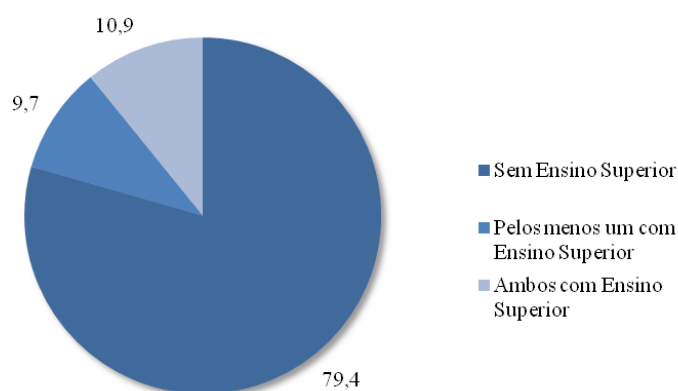


Figura 8 - Representação gráfica da distribuição de frequências relativas (%) na Avaliação da Literacia Financeira dos Jovens

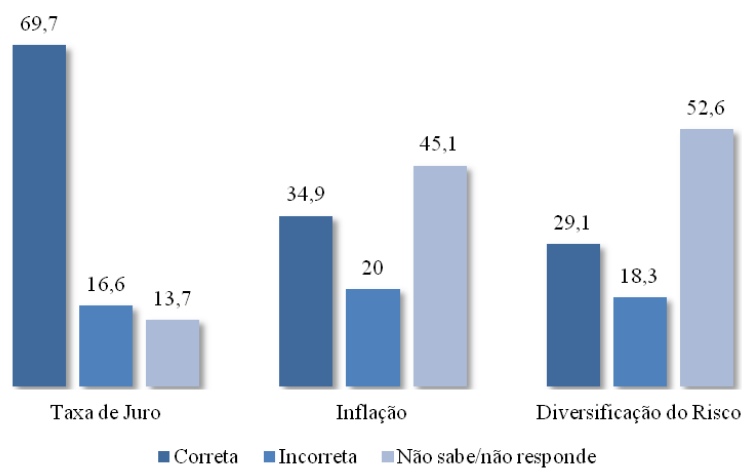
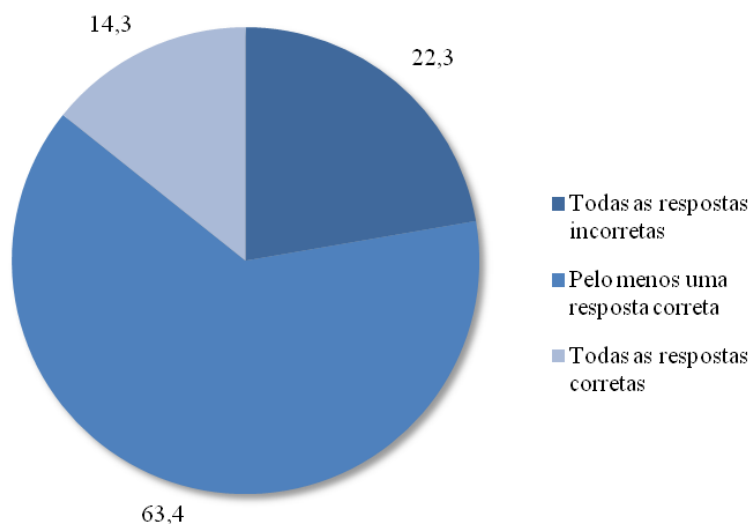


Figura 9 - Representação gráfica da distribuição de frequências relativas (%) na Avaliação da Literacia Financeira dos Jovens no Cômputo Geral



A análise da distribuição de frequências dos dados presentes nos gráficos de barras e circulares, complementa e confirma os resultados apresentados pela Tabela 4 e 5, aquando do cálculo da moda como medida de tendência central na caracterização da amostra.

As tabelas de contingência que se seguem (Tabela 10 à 13), representam a forma como as características sociodemográficas e familiares dos jovens inquiridos se distribuem pelos conceitos em avaliação, a Taxa de Juro, a Inflação e a Diversificação do Risco, e ainda no Cômputo Geral que, em conjunto com as Figuras 8 e 9, serão analisadas com o objetivo de identificar os principais fatores que potenciam o conhecimento financeiro e com base neles, o de permitir traçar o perfil do jovem com elevados níveis de Literacia Financeira.

Características Sociodemográficas e Familiares		Taxa de Juro							
		Correta		Incorreta		Não sabe/ não responde		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Idade	18 - 19 Anos	28	71,8%	7	17,9%	4	10,3%	39	100%
	20 - 22 Anos	41	64,1%	10	15,6%	13	20,3%	64	100%
	23 - 25 Anos	53	73,6%	12	16,7%	7	9,7%	72	100%
Sexo	Feminino	68	68%	16	16%	16	16%	100	100%
	Masculino	54	72%	13	17,3%	8	10,7%	75	100%
Habilitações Literárias	Ensino Básico e Secundário	34	54%	15	23,8%	14	22,2%	63	100%
	Ensino Superior	88	78,6%	14	12,5%	10	8,9%	112	100%
Área de Estudos	Economia, Gestão e afins	38	92,7%	2	4,9%	1	2,4%	41	100%
	Letras, Línguas e Humanidades	22	68,8%	5	15,6%	5	15,6%	32	100%
	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	27	67,5%	10	25%	3	7,5%	40	100%
	Outras Áreas	29	56,9%	11	21,6%	11	21,6%	51	100%
Situação Profissional	Estudante	67	74,4%	14	15,6%	9	10%	90	100%
	Trabalhador	40	63,5%	12	19%	11	17,5%	63	100%
	Outras Situações	15	68,2%	3	13,6%	4	18,2%	22	100%
Composição do Agregado Familiar	Até 3 Pessoas	54	62,1%	22	25,3%	11	12,6%	87	100%
	Mais de 3 Pessoas	68	77,3%	7	8%	13	14,8%	88	100%
Habilitações Literárias dos Pais	Sem Ensino Superior	94	67,6%	25	18%	20	14,4%	139	100%
	Pelos menos um com Ensino Superior	12	70,6%	1	5,9%	4	23,5%	17	100%
	Ambos com Ensino Superior	16	84,2%	3	15,8%	0	0%	19	100%

Tabela 10 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e a Taxa de Juro

Características Sociodemográficas e Familiares		Inflação							
		Correta		Incorreta		Não sabe/ não responde		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Idade	18 - 19 Anos	15	38,5%	4	10,3%	20	51,3%	39	100%
	20 - 22 Anos	19	29,7%	17	26,6%	28	43,8%	64	100%
	23 - 25 Anos	27	37,5%	14	19,4%	31	43,1%	72	100%
Sexo	Feminino	34	34%	17	17%	49	49%	100	100%
	Masculino	27	36%	18	24%	30	40%	75	100%
Habilitações Literárias	Ensino Básico e Secundário	18	28,6%	12	19%	33	52,4%	63	100%
	Ensino Superior	43	38,4%	23	20,5%	46	41,1%	112	100%
Área de Estudos	Economia, Gestão e afins	26	63,4%	8	19,5%	7	17,1%	41	100%
	Letras, Línguas e Humanidades	11	34,4%	5	15,6%	16	50%	32	100%
	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	10	25%	8	20%	22	55%	40	100%
	Outras Áreas	13	25,5%	11	21,6%	27	52,9%	51	100%
Situação Profissional	Estudante	35	38,9%	17	18,9%	38	42,2%	90	100%
	Trabalhador	18	28,6%	15	23,8%	30	47,6%	63	100%
	Outras Situações	8	36,4%	3	13,6%	11	50%	22	100%
Composição do Agregado Familiar	Até 3 Pessoas	29	33,3%	15	17,2%	43	49,4%	87	100%
	Mais de 3 Pessoas	32	36,4%	20	22,7%	36	40,9%	88	100%
Habilitações Literárias dos Pais	Sem Ensino Superior	42	30,2%	30	21,6%	67	48,2%	139	100%
	Pelos menos um com Ensino Superior	7	41,2%	4	23,5%	6	35,3%	17	100%
	Ambos com Ensino Superior	12	63,2%	1	5,3%	6	31,6%	19	100%

Tabela 11 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e a Inflação

Características Sociodemográficas e Familiares		Diversificação do Risco							
		Correta		Incorreta		Não sabe/ não responde		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Idade	18 - 19 Anos	9	23,1%	8	20,5%	22	56,4%	39	100%
	20 - 22 Anos	20	31,3%	11	17,2%	33	51,6%	64	100%
	23 - 25 Anos	22	30,6%	13	18,1%	37	51,4%	72	100%
Sexo	Feminino	29	29%	17	17%	54	54%	100	100%
	Masculino	22	29,3%	15	20%	38	50,7%	75	100%
Habilitações Literárias	Ensino Básico e Secundário	16	25,4%	14	22,2%	33	52,4%	63	100%
	Ensino Superior	35	31,3%	18	16,1%	59	52,7%	112	100%
Área de Estudos	Economia, Gestão e afins	27	65,9%	6	14,6%	8	19,5%	41	100%
	Letras, Línguas e Humanidades	4	12,5%	8	25%	20	62,5%	32	100%
	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	4	10%	5	12,5%	31	77,5%	40	100%
	Outras Áreas	14	27,5%	11	21,6%	26	51%	51	100%
Situação Profissional	Estudante	33	36,7%	8	8,9%	49	54,4%	90	100%
	Trabalhador	15	23,8%	20	31,7%	28	44,4%	63	100%
	Outras Situações	3	13,6%	4	18,2%	15	68,2%	22	100%
Composição do Agregado Familiar	Até 3 Pessoas	25	28,7%	13	14,9%	49	56,3%	87	100%
	Mais de 3 Pessoas	26	29,5%	19	21,6%	43	48,9%	88	100%
Habilitações Literárias dos Pais	Sem Ensino Superior	37	26,6%	30	21,6%	72	51,8%	139	100%
	Pelos menos um com Ensino Superior	5	29,4%	1	5,9%	11	64,7%	17	100%
	Ambos com Ensino Superior	9	47,4%	1	5,3%	9	47,4%	19	100%

Tabela 12 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e a Diversificação do Risco

Características Sociodemográficas e Familiares		Cômputo Geral							
		Todas as respostas incorretas		Pelo menos uma resposta correta		Todas as respostas corretas		Total	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Idade	18 - 19 Anos	7	17,9%	29	74,4%	3	7,7%	39	100%
	20 - 22 Anos	19	29,7%	34	53,1%	11	17,2%	64	100%
	23 - 25 Anos	13	18,1%	48	66,7%	11	15,3%	72	100%
Sexo	Feminino	25	25%	61	61%	14	14%	100	100%
	Masculino	14	18,7%	50	66,7%	11	14,7%	75	100%
Habilitações Literárias	Ensino Básico e Secundário	19	30,2%	40	63,5%	4	6,3%	63	100%
	Ensino Superior	20	17,9%	71	63,4%	21	18,8%	112	100%
Área de Estudos	Economia, Gestão e afins	2	4,9%	21	51,2%	18	43,9%	41	100%
	Letras, Línguas e Humanidades	8	25%	23	71,9%	1	3,1%	32	100%
	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	9	22,5%	30	75%	1	2,5%	40	100%
	Outras Áreas	16	31,4%	31	60,8%	4	7,8%	51	100%
Situação Profissional	Estudante	16	17,8%	57	63,3%	17	18,9%	90	100%
	Trabalhador	18	28,6%	37	58,7%	8	12,7%	63	100%
	Outras Situações	5	22,7%	17	77,3%	0	0%	22	100%
Composição do Agregado Familiar	Até 3 Pessoas	27	31%	45	51,7%	15	17,2%	87	100%
	Mais de 3 Pessoas	12	13,6%	66	75%	10	11,4%	88	100%
Habilitações Literárias dos Pais	Sem Ensino Superior	34	24,5%	89	64%	16	11,5%	139	100%
	Pelos menos um com Ensino Superior	3	17,6%	12	70,6%	2	11,8%	17	100%
	Ambos com Ensino Superior	2	10,5%	10	52,6%	7	36,8%	19	100%

Tabela 13 - Distribuição de frequências absolutas e relativas (%) entre as Características Sociodemográficas e Familiares e no Cômputo Geral

Taxa de Juro

Da Figura 8 concluímos que 69,7% dos jovens inquiridos respondeu corretamente à questão sobre o conceito taxa de juro, não apresentando diferenças significativas entre as respostas “Incorreta” e “Não sabe / não responde”, 16,6% e 13,7% respetivamente. Na Tabela 10 vamos observar com mais detalhe o conhecimento do conceito taxa de juro cruzando o tipo de resposta dada pelos jovens com as suas características em estudo. Consideramos na análise, as frequências relativas do total de jovens inquiridos por categoria e as categorias (em cada característica) que apresentam maior, e menor percentagem de resposta “Correta”, “Incorreta” e “Não sabe/ não responde”, numa visão global, destacam-se em todas as categorias, os jovens que responderam corretamente à questão, validando os resultados da Figura 8. De seguida, vamos analisar individualmente cada característica de forma a percebermos a sua influência, ou não, nos resultados:

- Na idade, das três categorias apresentadas, são os jovens entre os 23 e 25 anos o grupo etário com maior percentagem de resposta “Correta” (73,6%), os jovens entre os 18 e 19 anos com maior percentagem de resposta “Incorreta” (17,9%) e os jovens entre os 20 e 22 anos com maior percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” (20,3%). No cenário oposto, os grupos etários que apresentam menor percentagem de resposta “Correta” e “Incorreta” são os jovens dos 20 aos 22 anos, 64,1% e 15,6%, respetivamente, e os jovens dos 23 aos 25 anos com apenas 9,7% de resposta “Não sabe/ não responde”.
- São os jovens do sexo masculino que apresentam maior percentagem de resposta “Correta” e “Incorreta”, 72% e 17,3%, em relação ao sexo feminino com 68% e 16% respetivamente, e menor percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” com 10,7% em relação aos 16% do sexo feminino.
- Nas habilitações literárias, são os jovens com ensino superior que apresentam maior percentagem de resposta “Correta” (78,6%) relativamente aos jovens com ensino básico e secundário (54%) e os que apresentam menor percentagem de resposta “Incorreta” e “Não sabe/ não responde” (12,5% e 8,9%) em relação aos restantes (23,8% e 22,2%).

- Considerando a área de estudos dos jovens inquiridos destacam-se aqueles com formação em economia e afins que apresentam uma percentagem bastante expressiva de resposta “Correta” (92,7%) e as menores de respostas “Incorreta” e “Não sabe/ não responde” (4,9% e 2,4%). Jovens com formação em “outras áreas” apresentam a maior percentagem de resposta “Não sabe/não responde” (21,6%) e a menor de resposta “Correta” (56,9%) e os jovens de saúde, engenharias e ciências e tecnologia tem a maior percentagem de resposta “Incorreta” (25%).
- Tendo em conta a situação profissional, os estudantes tem a maior percentagem de resposta “Correta” (74,4%) e menor de “Não sabe/ não responde” (10%), os trabalhadores tem a maior percentagem de resposta “Incorreta” (19%) e menor de “Correta” (63,5%), jovens em “outras situações” tem a maior percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” (18,2%) e a menor de “Incorreta” (13,6%).
- Nas características familiares, os jovens cujo agregado familiar possui mais de 3 pessoas são aqueles com maior percentagem de resposta “Correta” (77,3%) e de “Não sabe/ não responde” (14,8%) e com menor de “Incorreta” (8%). Verificamos o oposto, em jovens com 3 ou menos pessoas no agregado familiar, com menor percentagem de resposta “Correta” (62,1%) e de “Não sabe/ não responde” (12,6%) e maior de resposta “Incorreta” (25,3%).
- Também nas características familiares, mas desta vez considerando as habilitações literárias dos pais, nos jovens cujos pais não têm ensino superior verifica-se a menor percentagem de resposta “Correta” (67,6%) e a maior de “Incorreta” (18%), nos jovens em pelo menos um dos pais tem ensino superior verifica-se a menor percentagem de resposta “Incorreta” (5,9%) e a maior de “Não sabe/ não responde” (23,5%) e nos jovens em que ambos os pais têm ensino superior têm a maior percentagem de resposta “Correta” (84,2%) e a menor de “Não sabe/ não responde” com 0%.

Após análise detalhada das características e o tipo de resposta correspondente, e tendo em conta as diferenças mais significativas, concluímos que as habilitações literárias, a área de estudos e a composição do agregado familiar influenciam o conhecimento dos jovens inquiridos sobre a taxa de juro. Estas conclusões vão ao encontro dos resultados das medidas de associação da Tabela 6.

Quanto ao perfil do jovem que compreende o conceito taxa de juro, ou seja, que respondeu corretamente, temos, maioritariamente, o jovem entre os 23 e 25 anos, do sexo masculino, com ensino superior, com formação em economia ou afins, estudante, cujo agregado familiar é composto por mais de 3 pessoas e os seus pais têm ambos ensino superior.

Inflação

Da Figura 8 verificamos um cenário bem diferente, comparando com o conceito taxa de juro, apenas metade (34,9%) respondeu corretamente ao conceito de inflação. Sendo a maior percentagem a resposta “Não sabe/ não responde” com 45,1% e a menor de resposta “Incorreta” com 20%.

Na Tabela 11, à semelhança do conceito anterior, vamos analisar detalhadamente estes resultados tendo em conta as características sociodemográficas e familiares dos jovens. Numa visão global, os resultados estão mais distribuídos pelos vários tipos de resposta considerados, no entanto é perceptível que para o conceito Inflação, a resposta “Não sabe/ não responde” foi a mais referida. Segue-se a análise de cada característica em particular:

- Na idade, são os jovens entre os 18 e 19 anos com maior percentagem de resposta “Correta” (38,5%) mas também com a maior de resposta “Não sabe/ não responde” (51,3%), e com menor de resposta “Incorreta” (10,3%). Já a maior de “Incorreta” pertence aos jovens dos 20 aos 22 anos com 26,6% mas são também os que têm a menor percentagem de resposta “Correta” (29,7%). A menor percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” é dada por jovens entre os 23 e 25 anos (43,1%).
- Sem diferenças muito expressivas, os jovens do sexo masculino são os que possuem maior percentagem de resposta “Correta” e “Incorreta” com 36% e 24%, respetivamente, e com a menor de resposta “Não sabe/ não responde” (40%). Em oposição, temos os jovens do sexo feminino com a maior percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” (49%) e a menor de “Correta” e “Incorreta” (34% e 17%).
- Com respeito às habilitações literárias, continuam a ser os jovens com ensino superior aqueles com maior percentagem de resposta “Correta” (38,4%), desta vez

também com a maior de “Incorreta” (20,5%) e continuam com a menor de “Não sabe/ não responde” (41,1%).

- Quanto à área de formação dos jovens, também continuam a ser aqueles com formação em economia e afins os que têm maior percentagem de resposta “Correta” (63,4%), apesar da diferença de quase 30% em relação ao conceito taxa de juro, e os que têm menor percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” (17,1%). Os jovens com formação em “outras áreas” têm maior percentagem de resposta “Incorreta” (21,6%) e com menor (15,6%) os jovens com formação em letras e afins. Nos jovens com formação em saúde, engenharias e afins, verificou-se a menor percentagem de resposta “Correta” (25%) e a maior de resposta “Não sabe/ não responde” com mais de metade dos jovens inquiridos de saúde, engenharias e afins (55%).
- Embora com valores muito diferentes, na situação profissional, o mesmo se verifica em relação ao conceito anterior. Sendo os jovens estudantes aqueles com maior percentagem de resposta “Correta” (38,9%) e com menor de resposta “Não sabe/ não responde” (42,2%). Os jovens trabalhadores com menor percentagem de resposta “Correta” (28,6%) e maior de “Incorreta” (23,8%) e os jovens em “outras situações” com menor de “Incorreta” (13,6%) e maior de “Não sabe/ não responde”, com metade dos jovens inquiridos nesta situação (50%).
- Na composição do agregado familiar, o padrão mantem-se mas apenas na resposta “Correta”, visto que continuam a ser os jovens com agregado familiar com mais de 3 pessoas aqueles com maior percentagem (36,4%), embora com valores bem diferentes. No entanto, verifica-se a situação inversa nas restantes respostas, uma vez que, desta vez, são aqueles com maior percentagem de resposta “Incorreta” (22,7%) e menor de “Não sabe/ não responde” (49,4%).
- Com respeito às habilitações literárias dos pais, a maior e menor percentagem de resposta “Correta”, pertence aqueles em que ambos os pais têm ensino superior (63,2%) e aqueles com pais sem ensino superior (30,2%), respetivamente. Nas restantes respostas, são os jovens em que ambos os pais têm ensino superior com menor percentagem de resposta “Incorreta” e “Não sabe/ não responde” (5,3% e 31,6%), os jovens com pelo menos um dos pais com ensino superior com maior de

“Incorreta” (23,5%) e com os pais sem ensino superior com maior de “Não sabe/ não responde” (48,2%).

Atendendo ao cenário apresentado neste conceito, e considerando mais uma vez os valores mais expressivos, concluímos que a área de estudos é a característica que mais influência o conhecimento da inflação, também em conformidade com os resultados da Tabela 7.

O perfil do jovem que compreende o conceito de inflação corresponde ao jovem entre os 18 e 19 anos, do sexo masculino, com ensino superior, formação em economia e afins, estudante, com agregado familiar composto por mais de 3 pessoas e em que ambos os pais têm ensino superior. Este perfil é em quase tudo semelhante ao perfil do jovem que respondeu corretamente à questão da taxa de juro, com exceção do grupo etário a que pertence (23 a 25 anos), e por isso importa aqui referir que a diferença entre estes dois grupos etários, neste análise da inflação, é de apenas 1%, não atribuindo à idade um grande peso neste perfil.

Diversificação do Risco

Da Figura 8 identificamos a diversificação do risco, dos três conceitos estudados, aquele com menor percentagem de resposta “Correta”, apenas 29,1%, e o maior de resposta “Não sabe/ não responde” com 52,6% do total dos jovens inquiridos.

Este cenário também caracteriza no geral a Tabela 12. Completemos agora com a análise detalhada de cada característica e o tipo de resposta associado, conforme os conceitos anteriores:

- Na idade, são os jovens entre os 18 e 19 anos que possuem menor percentagem de resposta “Correta” (23,1%) e maior de resposta “Incorreta” e “Não sabe/ não responde” com 20,5% e 56,4%, respetivamente. São os jovens entre os 20 e 22 anos que têm maior percentagem de resposta “Correta” com 31,3% e menor de “Incorreta” com 17,2%. Já os jovens entre os 23 e 25 têm menor percentagem de resposta “Não sabe/ não responde” (51,4%) mais com uma diferença de apenas 0,2% para o segundo grupo etário com menor percentagem (20-22 anos).
- Continuam a ser os jovens do sexo masculino aqueles com maior percentagem de resposta “Correta” (29,3%), embora neste conceito com uma diferença muito

pequena em relação ao sexo oposto com 29%. Á semelhança do que acontece nos conceitos anteriores, são as jovens do sexo feminino que têm menor percentagem de resposta “Incorreta” (17%) e quem mais responde “Não sabe/ não responde” (54%).

- Nas habilitações literárias, a única situação que se mantém, em comparação com os outros conceitos, é a de que os jovens com ensino superior continuam com maior percentagem de resposta “Correta” com 31,3%. Nos restantes resultados, os jovens com ensino superior possuem menor percentagem de resposta “Incorreta” (16,1%) e maior de resposta “Não sabe/ não responde” (52,7%) apesar de, nesta resposta, ser muito pequena diferença (0,3%) em relação aos jovens com ensino básico e secundário.
- Quanto à área de formação, mantem-se o padrão em relação às análises anteriores, os jovens com formação em economia e afins são aqueles com maior percentagem de resposta “Correta” (65,9%) e menor de “Não sabe/ não responde” (19,5%). Os jovens com formação em saúde, engenharias e afins são os que têm menor percentagem de resposta “Correta” e “Incorreta” com apenas 10% e 12,5%, respetivamente, e são aqueles que mais respondem “Não sabe/ não responde” com uma percentagem significativa de 77,5%. A maior percentagem de resposta “Incorreta” pertence aos jovens com formação em “outras áreas”.
- Tendo em conta a situação profissional, os estudantes continuam com a maior percentagem de resposta “Correta” (36,7%) mas desta vez com a menor de resposta “Incorreta” (8,6%). Os jovens em “outras situações” são aqueles com menor percentagem de resposta “Correta” (13,6%) e maior de resposta “Não sabe/ não responde” com 68,2%. Os jovens trabalhadores têm a maior percentagem e resposta “Incorreta” (31,7%) e menor de “Não sabe/ não responde” (44,4%).
- Nas características famílias, mantem-se o padrão em relação ao conceito inflação, inclusive o facto dos valores serem muito próximos. Os jovens cujo agregado familiar é composto por mais de 3 pessoas são os que apresentam maior percentagem de resposta “Correta” (29,5%) mas também “Incorreta” (21,6%) e os que menos respondem “Não sabe/ não responde” (48,9%).
- Ainda sobre as características familiares, nas habilitações literárias dos pais continuam a ser os jovens em que ambos os pais têm ensino superior que têm a maior percentagem de resposta “Correta”, com 47,4%. Também são aqueles com

menos respondem “Incorreta” (5,3%) e “Não sabe/ não responde” também com 47,4%. A menor percentagem de resposta “Correta” continua a pertencer aos jovens em que os pais não têm ensino superior com 26,6%, e também com a maior de resposta “Incorreta” (21,6%). Os jovens em que apenas um dos pais tem ensino superior são aqueles que respondem mais vezes “Não sabe/ não responde” com 64,7% do total dos jovens inquiridos desta categoria.

Desta vez, depois da análise detalhada das características e considerando os valores que mais se destacaram, concluímos que a área de estudos, assim como nos conceitos anteriores e de acordo com a Tabela 8, influencia o conhecimento da diversificação de risco. Concluímos ainda a influência das habilitações literárias dos pais, atendendo aos valores apresentados.

Quanto ao perfil do jovem que compreende o conceito de diversificação do risco temos o jovem entre os 20 e 22 anos, do sexo masculino, com ensino superior, com formação em economia e afins, estudante, com um agregado familiar composto por mais de 3 pessoas e em que ambos os pais têm ensino superior. Neste conceito, e pela terceira vez se mantêm as mesmas características do perfil do jovem que compreende os conceitos em avaliação. Importa referir que, neste conceito em análise, a diferença de valores entre as alternativas das categorias referentes à idade, ao sexo e à composição do agregado familiar não chegam a 1%.

Cômputo Geral

A análise do cômputo geral consiste na avaliação da (i)literacia financeira através do conjunto das respostas dos jovens inquiridos sobre os três conceitos em estudo, que agrupamos em três novas categorias, sendo elas: todas as respostas incorretas, pelo menos uma resposta correta e todas as respostas corretas. É através destas novas categorias que vamos continuar e finalizar a nossa análise de dados.

Numa visão global, na Tabela 13 verificamos que em todas as características e categorias consideradas se destacam os jovens que responderam corretamente a pelo menos uma das questões. Situação que é validada pela Figura 9 que representa a distribuição de frequências pelas novas categorias, e em que 63,4% dos jovens têm pelo

menos uma resposta correta. Note-se que apenas 14,3% do total dos jovens inquiridos responderam corretamente a todas as questões.

Segue-se a análise detalhada da Tabela 13 considerando as mesmas características sociodemográficas e familiares, mas desta vez relacionando essa informação com as novas categorias consideradas. Sendo assim, verificamos o seguinte:

- Na idade, são os jovens dos 20 aos 22 anos que têm a maior percentagem de “Todas as respostas corretas” (17,2%) mas também o grupo etário com maior de “Todas as respostas incorretas” (29,7%). O contrário verifica-se nos jovens entre os 18 e 19 anos com a menor percentagem de “Todas as respostas corretas” (7,7%) e de “Todas as respostas incorretas” (17,9%). A maior percentagem de “Pelo menos uma resposta correta” também pertence a este grupo etário com 74,4% e a menor verifica-se nos jovens dos 20 aos 22 anos (53,1%).
- Os jovens do sexo masculino são os que têm maior percentagem de “Todas as respostas corretas” com 14,7%, apenas mais 0,7% do que o sexo feminino. São também os jovens do sexo masculino que têm a menor percentagem de “Todas as respostas incorretas” com 18,7% relativamente ao sexo feminino com 25% e maior percentagem de “Pelo menos uma resposta correta” com 66,7% em contraste com os 61% do sexo oposto.
- Nas habilitações literárias, são os jovens com ensino superior que têm maior percentagem de “Todas as respostas corretas” com 18,8%, a menor de “Todas as respostas incorretas” com 17,9% e a menor de “Pelo menos uma resposta correta” com 63,4%, uma diferença de 0,1% em relação à alternativa.
- Considerando a área de formação, aos jovens com formação em economia e afins pertence a maior percentagem de “Todas as respostas corretas” (43,9%), a menor de “Pelo menos uma resposta correta” (51,2%) e a menor de “Todas as respostas incorretas” com apenas 4,9% do total dos jovens inquiridos desta categoria. A menor percentagem de “Todas as respostas corretas” pertence a jovens com formação em saúde e afins (2,5%), a maior de “Todas as respostas incorretas” a jovens com formação em “outras áreas” (31,4%) e a maior de “Pelo menos uma resposta correta” a jovens com formação em letras e afins (71,9%).
- São os jovens estudantes aqueles com maior percentagem de “Todas as respostas corretas” (18,9%) e com menor de “Todas as respostas incorretas” (17,8%).

Nenhum dos jovens em “outras situações” acertou em todas as perguntas mas são aqueles com maior percentagem de “Pelo menos uma resposta correta” (77,3%). Os jovens trabalhadores têm a maior percentagem de “Todas as respostas incorretas” (28,6%) e a menor de “Pelo menos uma resposta correta” (58,7%).

- Relativamente às características familiares, são os jovens cujo agregado familiar é composto por até 3 pessoas que tem a maior percentagem de “Todas as respostas corretas” (17,2%), a maior de “Todas as respostas incorretas” (31%) e o menor de “Pelo menos uma resposta correta” com 51,7% comparando com os 13,6%, 11,4% e 75% da alternativa, respetivamente.
- Por fim, nas habilitações literárias dos pais, são os jovens em que ambos os pais possuem ensino superior com a maior percentagem de “Todas as respostas corretas” (36,8%), a menor de “Todas as respostas incorretas” (10,5%) e a menor de “Pelo menos uma resposta correta” (52,6%). Aqueles cujos ambos os pais não têm ensino superior tem a menor percentagem de “Todas as respostas corretas” (11,5%) e a maior de “Todas as respostas incorretas” (24,5%). Já a maior percentagem de “Pelo menos uma resposta correta” pertence aos jovens em que pelo menos um dos pais frequentou o ensino superior.

À semelhança das análises anteriores, e considerando os valores das categorias com diferenças mais expressivas, concluímos que as habilitações literárias e a área de estudos influenciam no nível de literacia financeira, assim como as habilitações literárias dos pais. São três das quatro variáveis apresentadas nos resultados da Tabela 9 onde se verifica a existência de associação com o conhecimento financeiro.

Em relação ao perfil, desta vez considerando a categoria “Todas as respostas corretas”, podemos dizer que se trata do perfil do jovem com elevados níveis de literacia uma vez que respondeu correto a todos os conceitos financeiros em avaliação. Posto isto, este perfil corresponde ao jovem entre os 20 e 22 anos, do sexo masculino, com ensino superior, formação em economia e afins, estudante, cujo agregado familiar é composto por até 3 pessoas e em que ambos os pais possuem ensino superior. Este perfil é em quase tudo igual aos perfis apresentados depois da análise de cada conceito, exceto na composição do agregado familiar. Mas uma vez que este se refere ao cômputo geral será este o perfil do jovem financeiramente literado que vamos evidenciar na nossa análise de dados.

4.4 Análise das Dimensões da Literacia Financeira

Neste ponto, tendo em conta os objetivos do nosso estudo e no contexto das áreas temáticas referidas no capítulo 3, procuramos identificar os comportamentos e atitudes dos jovens portugueses, continuando com a análise da estatística descritiva dos resultados, desta vez obtidos na segunda parte do Inquérito à Literacia Financeira dos Jovens Portugueses realizado no âmbito desta investigação.

De acordo com as conclusões presentes na Tabela 9, que inclui os resultados das medidas de associação entre o cômputo geral e as características sociodemográficas e familiares, recordamos que se verificou a associação entre as habilitações literárias e a área de estudos dos jovens, assim como a composição do agregado familiar e as habilitações literárias dos seus pais, e a qualidade das respostas no conjunto dos três conceitos que avaliam o nível de Literacia Financeira.

Assim, uma vez que são características que potenciam a literacia financeira dos jovens e que o conhecimento financeiro influencia e condiciona os comportamentos e a tomada de decisão (ver Capítulo 2), teremos em consideração estas quatro variáveis (nas situações em que se justifique) e o cenário em geral na análise das cinco dimensões da Literacia Financeira (Banco de Portugal, 2011).

4.4.1 Inclusão Financeira

Atualmente ter uma conta bancária é mais do que fazer parte do sistema bancário, é também uma forma de integração social, uma vez que permite o acesso a um conjunto de bens e serviços. Mas ainda se verificam casos em que permanecem excluídos do sistema bancário e sem acesso a produtos bancários básicos, como a conta depósito à ordem (Banco de Portugal, 2011).

A Figura 10 dá-nos uma visão global dos resultados da inclusão financeira tendo em consideração a nossa amostra.

O grau de participação dos jovens no sistema bancário é elevado. Através da Figura 10 verificamos que 92,6% do total dos jovens inquiridos tem conta bancária e que uma pequena percentagem, apenas 7,4% dos jovens, não faz parte do sistema bancário.

Quando questionados sobre a razão pelo qual não tinham conta bancária, a grande maioria dos inquiridos referiu os custos (comissões) associados como principal motivo. Posteriormente, considerando estes resultados e o total de jovens inquiridos por categoria, procuramos perceber se as características sociodemográficas e familiares têm algum peso no facto de os jovens terem ou não conta no banco.

Figura 10 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à Inclusão Financeira

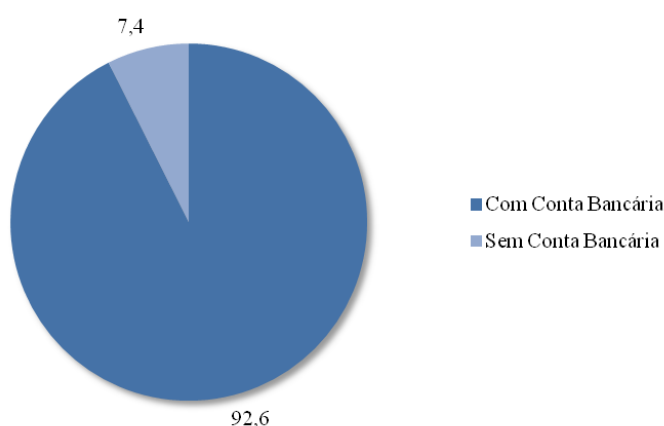
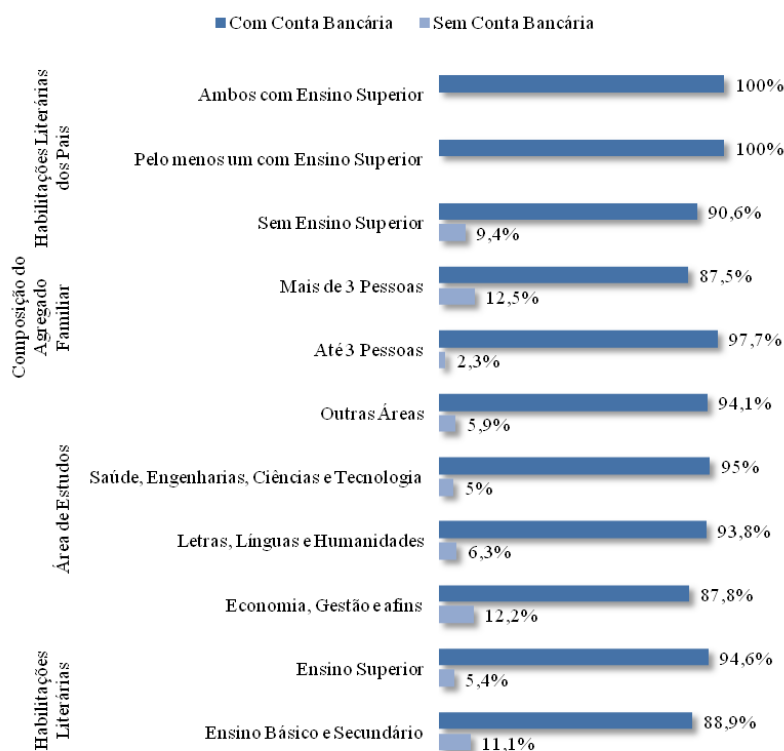


Figura 11 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes à Inclusão Financeira tendo em conta as Características Sociodemográficas e Familiares



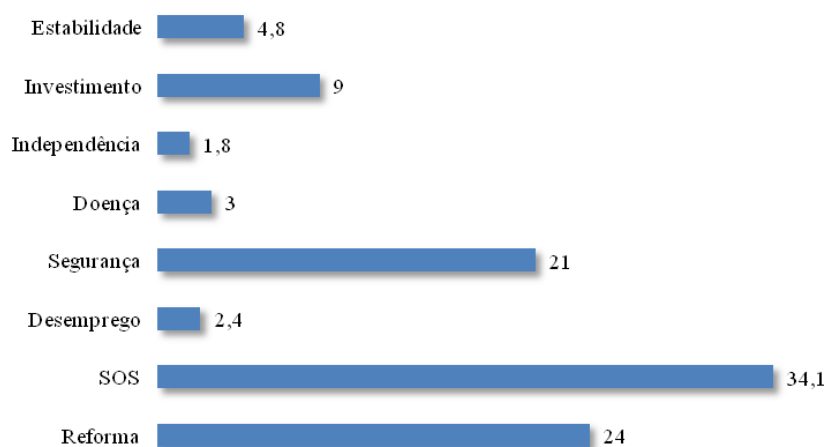
Na Figura 11 destacamos o seguinte: todos os jovens inquiridos cujos pais (ambos ou apenas um) têm ensino superior fazem parte do sistema bancário; aqueles cujo agregado familiar é composto por mais de 3 pessoas têm a maior percentagem de exclusão do sistema bancário (12,5%); na área de estudos, aqueles com formação em economia e afins são os que possuem menor percentagem de inclusão no sistema bancário (87,8%), ao contrário do que era esperado; e nas habilitações literárias, são os jovens com ensino superior que têm a maior percentagem de inclusão financeira (94,6%).

4.4.2 Planeamento e as Poupanças

A constituição de poupanças é muito importante numa boa gestão do orçamento, pois permite acumulação de riqueza e fazer face a situações imprevistas, como por exemplo a ocorrência de despesas inesperadas. À semelhança do inquérito realizado pelo Banco de Portugal, também aqui procuramos avaliar o grau de sensibilização dos jovens nas questões relacionadas com a poupança, atendendo à sua importância e uma vez que a sua promoção é um dos objetivos de vários programas de formação financeira (Banco de Portugal, 2011).

Neste sentido, quando questionados sobre a importância de se ter uma poupança, a resposta “Sim” foi quase unânime, sendo apenas 4,6% os jovens que não consideraram a poupança importante. Depois quisemos saber o motivo pelo qual os 95,4% dos jovens inquiridos reconheceram a importância de poupar. Na Figura 12, apresentamos os resultados distribuídos pelas oito opções dadas à escolha e onde apenas se podia escolher uma delas.

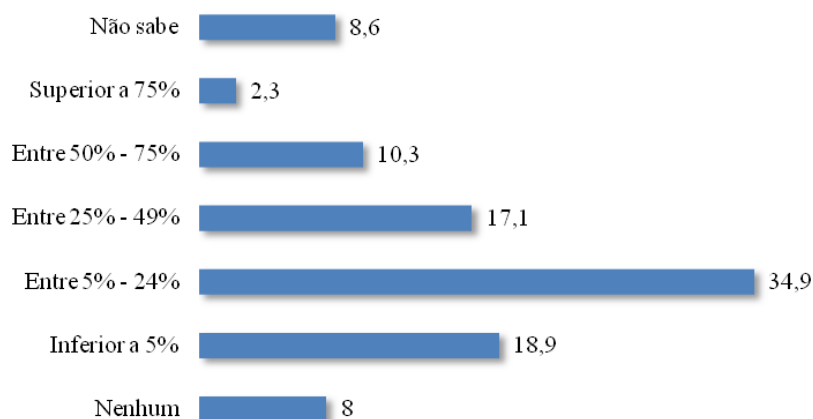
Figura 12 - Representação gráfica das distribuição das frequências relativas (%) referentes ao motivo da importância de ter uma poupança



Concluimos assim, que quase 80% dos jovens atribuem importância à poupança valorizando aspetos como situações imprevistas ou despesas extras (SOS), a reforma e a segurança. Após reconhecida a sua importância e com que finalidade, procuramos identificar quanto os jovens poupam (% de poupança mensal), com que frequência (periodicidade de reforços) e de que forma o fazem (produtos financeiros ou outros métodos que utilizam como forma de poupança).

A Figura 13 representa os resultados referentes à percentagem de poupança mensal dos jovens, isto é, do seu rendimento mensal (ordenado, mesada ou outro) que percentagem destinam à poupança.

Figura 13 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes à poupança mensal dos jovens



Neste contexto, verificamos o seguinte: 8,6% dos jovens inquiridos não sabe especificar quanto é que poupa por mês; 8% dos jovens afirmam que não abdicam de nenhuma parte do seu rendimento em função da poupança; 12,6% poupam mais de metade do seu rendimento mensal; e 70,9% dos jovens poupam menos de 50% do seu rendimento mensal, onde desses, a sua grande maioria (34,9%) abdica entre 5% a 24% em função da poupança.

As figuras que se seguem referem-se à adesão de conta poupança, a Figura 14 à percentagem dos jovens inquiridos que tem uma conta poupança e a Figura 15 representa quem procedeu à abertura dessa conta poupança.

Figura 14 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à adesão de conta poupança

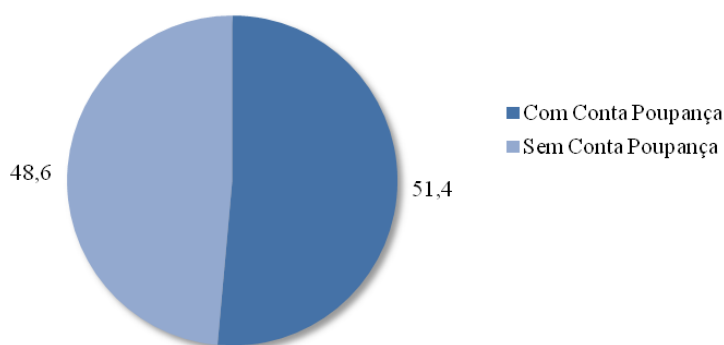
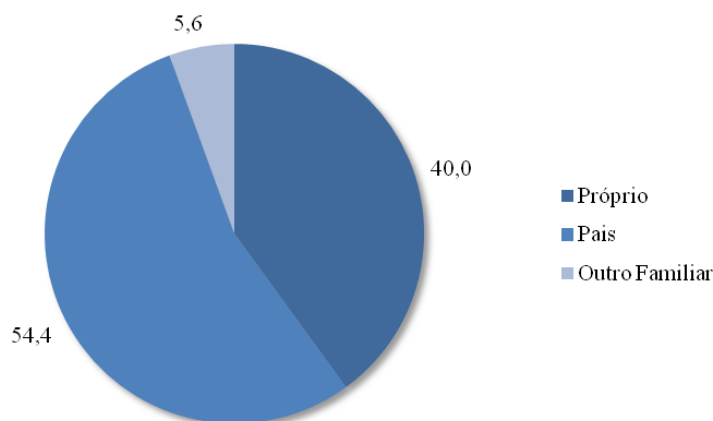


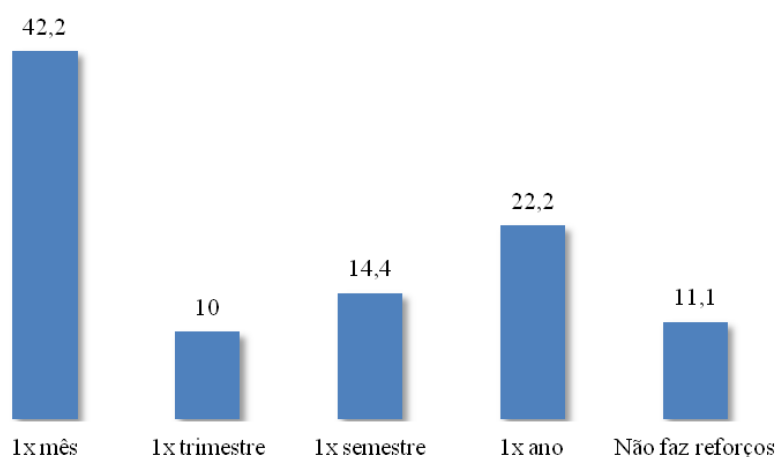
Figura 15 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à constituição de conta poupança



Interessante a situação que encontramos na Figura 14, apesar de ser muito elevado o número de jovens inquiridos que consideram importante ter uma poupança, verifica-se que pouco mais de metade (51,4%) tem uma conta poupança. E ainda, quando procuramos saber se a iniciativa de constituição da conta poupança partiu dos próprios, dos pais ou de outros familiares diretos, os resultados revelaram que dos jovens que têm conta poupança, em apenas 40% dos casos foram os próprios que abriram a sua conta, sendo a maior parte das contas poupanças constituídas pelos pais (54,4%), como podemos ver na Figura 15.

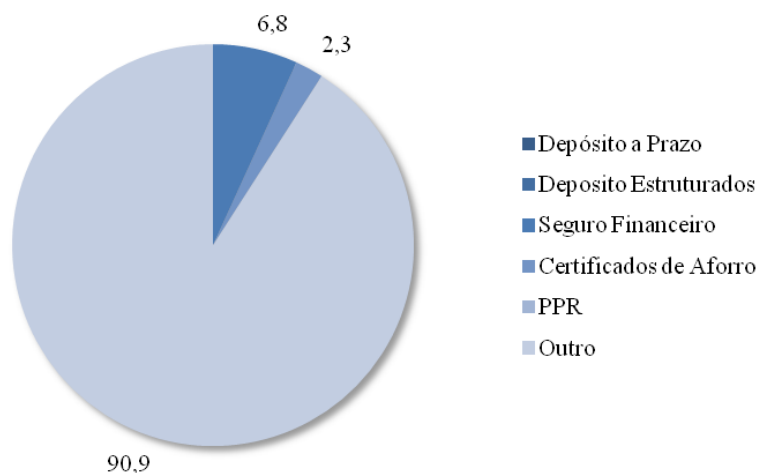
Dos jovens que têm conta poupança, merece destaque os 42,2% que admitem fazer reforços na conta poupança todos os meses, em contraste com os 11,1% que tem conta poupança mas não faz reforços, conforme Figura 16.

Figura 16 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à periodicidade dos reforços na conta poupança



Outra situação que mereceu destaque na nossa análise. Cerca de 25% dos jovens inquiridos afirmam utilizar outros métodos de poupança, alguns deles em simultâneo à conta poupança. No entanto, quando questionados sobre quais são esses métodos de poupanças alternativos, de entre as opções do inquérito (depósito a prazo, seguros financeiros, PPR,...), quase 91% escolheram a opção “Outro” e ao especificarem respondendo à pergunta “Qual”, responderam que tinham mealheiro. Apenas 6,8% e 2,3% dos jovens identificaram, respetivamente, que tinham também seguros financeiros e certificados de aforro como outras aplicações financeiras (ver Figura 17).

Figura 17 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes a outros métodos de poupança utilizados pelos jovens



Apesar de ser importante ter uma poupança, independentemente do método que utilizamos, este cenário levanta algumas preocupações: i) a falta de clareza ou má interpretação da questão; ii) os jovens inquiridos não conhecem ou não distinguem os produtos financeiros presentes na questão; ou iii) os jovens não “confiam” as suas poupanças às instituições financeiras.

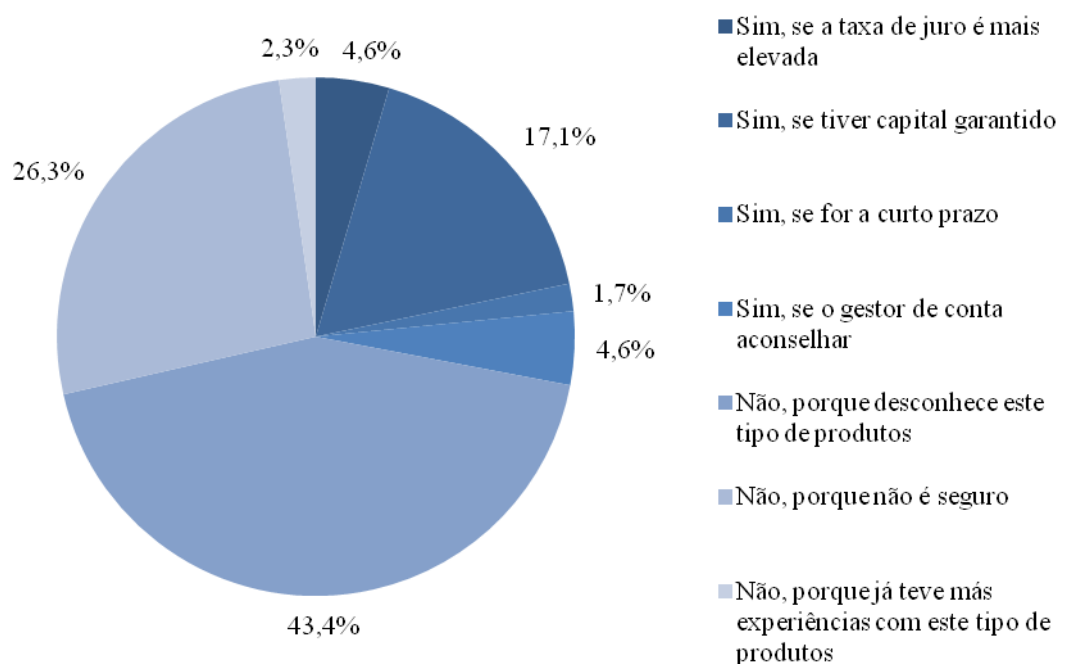
4.4.3 Escolha de Produtos Bancários

Ao ser cliente bancário existem várias alternativas de produtos bancários à disposição e a sua adesão tem de ser feita de forma informada e a escolha adequada aos objetivos e necessidades (Banco de Portugal, 2011). Neste ponto, vamos centrar a análise da escolha de produtos bancários, na decisão de investimento em aplicações financeiras de risco e na adesão aos meios de pagamento disponíveis, incluindo as motivações dos jovens sobre adquirir, ou não, esses produtos.

Na Figura 18, procuramos perceber quais os fatores ou razões consideradas pelos jovens na tomada de decisão sobre investimento em aplicações de risco. Verificamos, no geral, o seguinte: 72% dos jovens inquiridos não investiria em aplicações de risco, ao que a maioria (43,3%) justifica dizendo que desconhece este tipo de produtos financeiros, já 26,3% dizem que não o fazem porque não é seguro e uma pequena percentagem (2,3%)

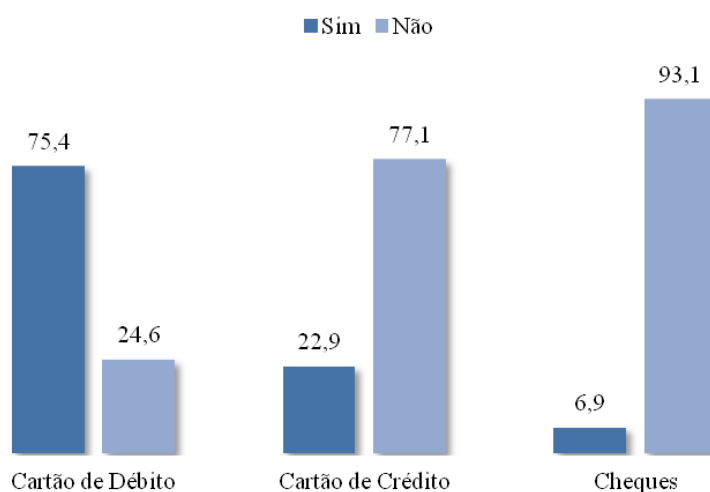
afirma que não o fazem porque já tiveram más experiências em aplicações do género; os restantes 28% dos jovens investiam em produtos financeiros de risco, principalmente, se fosse com capital garantido (17,7%) ou então se a taxa de juro fosse mais elevada que as alternativas (4,6%), se o gestor de conta aconselhasse (4,6%) e se fosse uma aplicação a curto prazo (1,7%).

Figura 18 - Representação gráfica das frequências relativas (%) referentes à decisão de investimento em aplicações de risco



A Figura 19 representa a escolha de produtos bancários dos jovens inquiridos relativamente aos meios de pagamento, cartão de débito, cartão de crédito e cheques. Posteriormente, iremos continuar e completar a análise considerando as Figuras 20 e 21 que apresentam os motivos porque os jovens aderem, ou não, a esses meios de pagamento.

Figura 19 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes à escolha de produtos bancários dos jovens



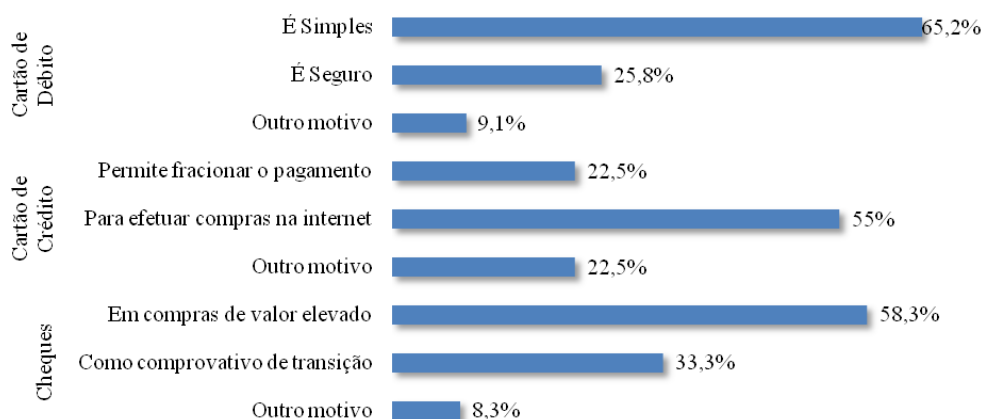
Verificamos através da Figura 19, que a maior percentagem da escolha dos jovens recai sobre o cartão de débito com 75,4%, seguindo-se o cartão de crédito com 22,9% e por fim, os cheques com apenas 6,9%.

A Figura 20 refere os motivos da escolha de cada produto bancário. No caso do cartão de débito, a grande maioria (65,2%) justifica por ser prático e de simples acesso aos serviços que oferece (levantamentos, pagamentos, consultas e outro tipo de movimentações), já 25,8% dos jovens privilegiam a questão da segurança e 9,1% jovens apresentaram outros motivos, como o de ser também cartão de estudante, ou ter sido “oferecido” pelo banco na abertura da conta à ordem.

Em relação ao cartão de crédito, mais de metade do total do jovens com cartão (55%) aderiram para poderem efetuar compras na internet, 22,5% porque a sua utilização permite o fracionamento do pagamento (compra hoje, paga amanhã) e a mesma percentagem apresentou outros motivos, para utilização no estrangeiro ou situações de Erasmus, e, à semelhança do cartão de débito, também o de ter sido “oferecido” pela instituição bancária.

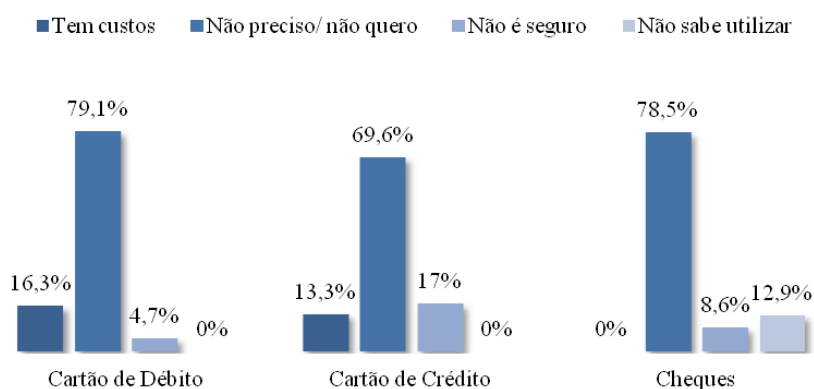
Já os cheques, considerando o total da pequena percentagem dos jovens que os pedem, o principal motivo é o de utilizarem os cheques em compras de elevado valor (58,3%) ou como comprovativo de transição (33,3%), os restantes 8,3% apresentam outros motivos como situações de pré-datados ou como garantia de pagamento.

Figura 20 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao motivo pelo qual os jovens escolhem este tipo de produtos bancários



No inquérito realizado aos jovens perguntamos ainda com que frequência utilizavam estes meios de pagamento e se alguma vez tinha tido incidentes com a utilização de cartões de crédito ou cheques. Com base nestas questões, destacamos que 80,3% dos jovens utilizam com frequência o cartão de débito e 30% o cartão de crédito. Em relação a este último, apenas 5% tiveram incidentes, mas relacionados com perda ou roubo do cartão e não sobre incumprimento ou crédito vencido que era o que se pretendia estudar. No caso específico dos cheques, como vimos, é um meio de pagamento muito pouco utilizados pelos jovens e aqueles que utilizam fazem-no com pouca frequência e em nenhum dos casos teve incidentes.

Figura 21 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao motivo pelo qual os jovens não escolhem este tipo de produtos bancários



Como referimos anteriormente, através da Figura 21 vamos identificar os principais motivos porque os jovens não escolhem este tipo de produtos. Numa visão global, considerando o total dos jovens inquiridos que não possuem cartão de débito e/ou cartão de crédito e/ou cheques, concluímos que o principal motivo pela não adesão destes produtos é a necessidade ou a vontade, isto é, não precisam ou não querem ter nenhum destes três meios de pagamento. Nos restantes resultados, temos que: os jovens não aderem ao cartão de débito ou crédito pelos custos associados, 16,3% e 13,3% respetivamente; 4,7%, 17% e 8,6% dos jovens justificam que não têm nenhum tipo de cartão nem cheques porque não é seguro; e 12,9% dos jovens afirmam que não têm cheques porque não sabe utilizar (principalmente como preencher).

Concluimos ainda, no âmbito deste estudo, e considerando também os jovens que têm conta depósito à ordem e conta poupança, que em média os jovens inquiridos têm entre dois a três produtos, precisamente 2,49 produtos bancários.

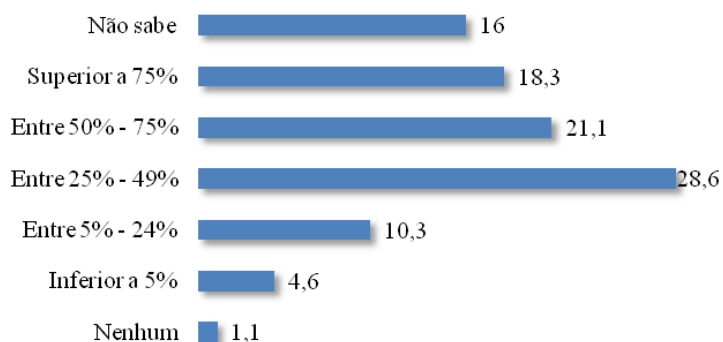
4.4.4 Gestão de Contas Bancárias

No consumo, na aquisição de bens e serviços, podem ser utilizados como meio de pagamento o dinheiro, ou outros instrumentos de pagamento, como os referidos no ponto anterior. Para uma gestão adequada da conta bancária, para além da consulta do saldo e movimentos, é necessário o conhecimento e controlo das despesas inerentes aos produtos bancários contratados e da rentabilidade das aplicações financeiras associadas à conta depósito à ordem (Banco de Portugal, 2011).

Neste contexto, iniciamos este ponto, identificando os hábitos e comportamentos de consumo dos jovens inquiridos, tendo em conta o quanto do seu rendimento mensal destinam ao consumo (% consumo mensal), o que consomem (tipo de bens de consumo) e de que forma o fazem (meio de pagamento que mais utilizam).

A Figura 22 representa a percentagem que os jovens, do seu rendimento mensal (ordenado, mesada ou outro), destinam à aquisição de bens e serviços.

Figura 22 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao consumo mensal dos jovens

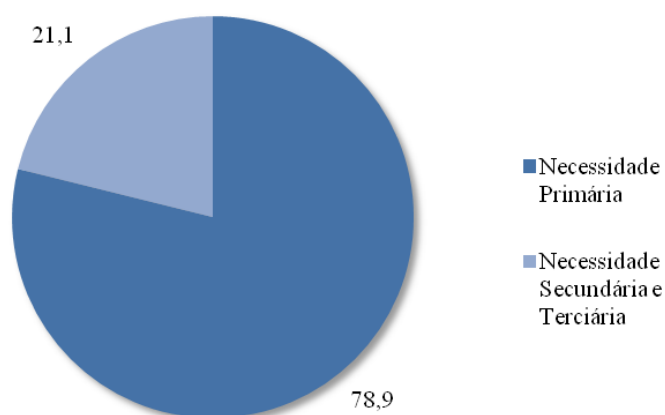


Na análise da figura anterior, verificamos que 16% dos jovens não conseguem especificar o quanto do seu rendimento destinam ao consumo e 1,1% diz que não consome (estes casos verificaram-se em jovens que dizem não ter qualquer tipo de fonte de rendimento). A maior parte dos jovens inquiridos (43,5%) gasta menos de metade do seu rendimento mensal, em que a maioria desses (28,6%) gasta entre 25 a 49% do seu rendimento mensal, seguindo-se 10,3% dos jovens com consumo “entre 5 a 24%” e 4,6% com níveis consumo “inferior a 5%” do rendimento mensal. Os restantes 39,4% dos jovens dizem que gastam mais de 50% do rendimento mensal, sendo que 21,1% consome “entre 50 a 75%” do rendimento mensal e 18,3% “mais de 75%”.

Destas conclusões, e considerando o que foi dito no ponto 4.4.2., na generalidade dos casos, os níveis de consumo mensal de certos jovens não são os esperados tendo em conta as suas percentagens de poupança mensal, o que poderá indicar que esses jovens não fazem um acompanhamento adequado dos movimentos da sua conta pelo que não conseguem especificar realmente o que gastam por mês.

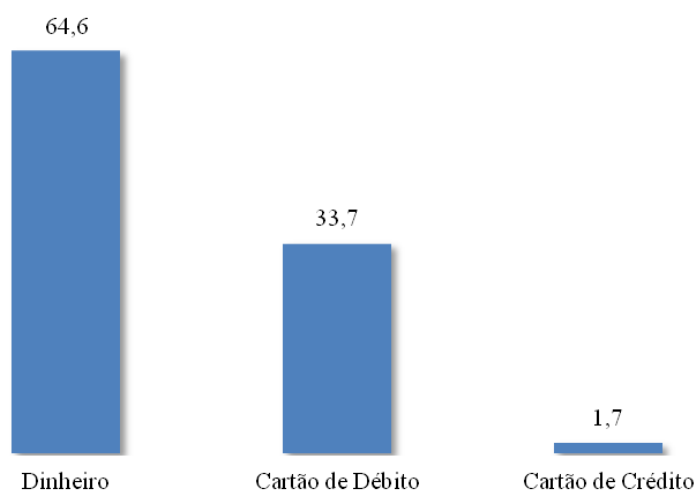
Segue-se a análise da Figura 22 que nos apresenta o tipo de bens mais adquiridos pelos jovens e no qual gastam a maior parte do seu rendimento. Neste sentido, a grande maioria dos inquiridos, quase 80%, respondeu que eram os bens de necessidade primária que caracterizavam a maior parte do seu consumo, em contraste com os 21,1%, que responderam bens de necessidade secundária e terciária. Notou-se, aquando da realização do inquérito, nesta questão em particular, a influência dos exemplos que foram apresentados, uma vez que alguns jovens responderam o que “ficava bem” (a resposta politicamente correta) e não o que corresponde à sua realidade.

Figura 23 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao tipo de bens consumidos pelos jovens



Sendo um dos objetivos deste ponto, através da Figura 24 procuramos saber qual o meio de pagamento mais utilizado pelos jovens nas suas compras. Os resultados mostram que, com 64,6%, o dinheiro é o método preferencial, seguindo a utilização do cartão de débito com 33,7% e apenas 1,7% dos jovens inquiridos utilizam preferencialmente o cartão de crédito.

Figura 24 - Distribuição de frequências relativas (%) referentes ao meio de pagamento mais utilizado pelos jovens



De seguida, analisando a gestão da conta bancária, especificamente, o caso dos jovens que têm algum tipo de produto bancário, seja conta depósito à ordem (conta D.O.) e/ou conta poupança, ou algum meio de pagamento, como cartão de débito e/ou cartão de

crédito, procuramos saber se os mesmos estão a par dos custos ou encargos que esses produtos bancários acarretam ou se têm conhecimento da rentabilidade das suas poupanças (a taxa de juro aplicada).

Figura 25 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes ao conhecimento dos encargos associados a produtos financeiros

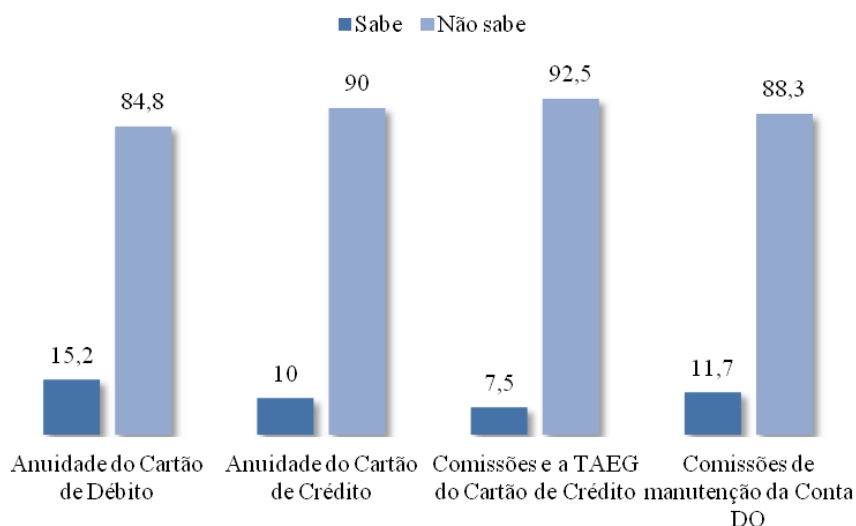
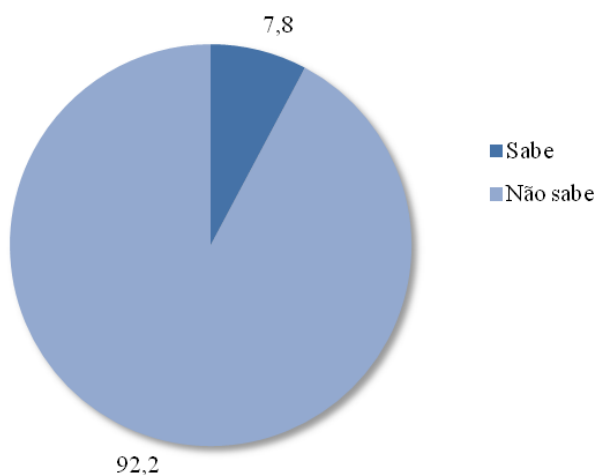


Figura 26 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referentes ao conhecimento da taxa de juro aplicada à conta poupança



Na Figura 25, conclui-se que, em todas as situações analisadas, o número de jovens inquiridos que não tem conhecimento sobre o quanto paga de comissões ou anuidades é muito elevado, sendo no geral superior a 85%. O mesmo cenário acontece, quando analisamos o conhecimento da taxa de juro em vigor aplicada à conta poupança, onde

apenas 7,8% dos jovens inquiridos sabe responder, conforme a Figura 26. Tendo em conta os baixos resultados e considerando do interesse do nosso estudo, fomos ver qual a influência das características sociodemográficas e familiares associadas ao conhecimento financeiro, nestes resultados. E analisando o perfil dos jovens que “sabiam”, concluímos que a grande maioria tinha ensino superior, formação em economia ou afins, um agregado familiar composto por até três elementos e em que ambos os pais tem ensino básico ou secundário, conforme a Tabela 14.

		Anuidade do Cartão de Débito	Anuidade do Cartão de Crédito	Comissões e a TAEG do Cartão de Crédito	Comissões de manutenção da Conta DO	Taxa de Juro da Conta Poupança
Habilitações Literárias	Ensino Básico e Secundário	15%	50%	33,3%	21,1%	14,3%
	Ensino Superior	85%	50%	66,7%	78,9%	85,7%
Total em % dos Jovens que responderam "Sabe"		15,2%	10%	7,5%	11,7%	7,8%
Área de Estudos	Economia, Gestão e afins	78,9%	66,7%	100%	72,2%	83,3%
	Letras, Línguas e Humanidades	0%	33,3%	0%	5,6%	0%
	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	0%	0%	0%	0%	0%
	Outras Áreas	21,1%	0%	0%	22,2%	16,7%
Total em % dos Jovens que responderam "Sabe" ⁽¹⁾		15,6%	8,3%	5,6%	11,8%	7,1%
Composição do Agregado Familiar	Até 3 Pessoas	50%	100%	100%	57,9%	71,4%
	Mais de 3 Pessoas	50%	0%	0%	42,1%	28,6%
Total em % dos Jovens que responderam "Sabe"		15,2%	10%	7,5%	11,7%	7,8%
Habilitações Literárias dos Pais	Sem Ensino Superior	60,0%	100%	100%	57,9%	57,1%
	Pelo menos um com Ensino Superior	5,0%	0%	0%	5,3%	0%
	Ambos com Ensino Superior	35%	0%	0%	36,8%	42,9%
Total em % dos Jovens que responderam "Sabe"		15,2%	10%	7,5%	11,7%	7,8%

Tabela 14 - Influência das características sociodemográficas e familiares no conhecimento dos encargos e taxa de juro associados aos produtos bancários e financeiros

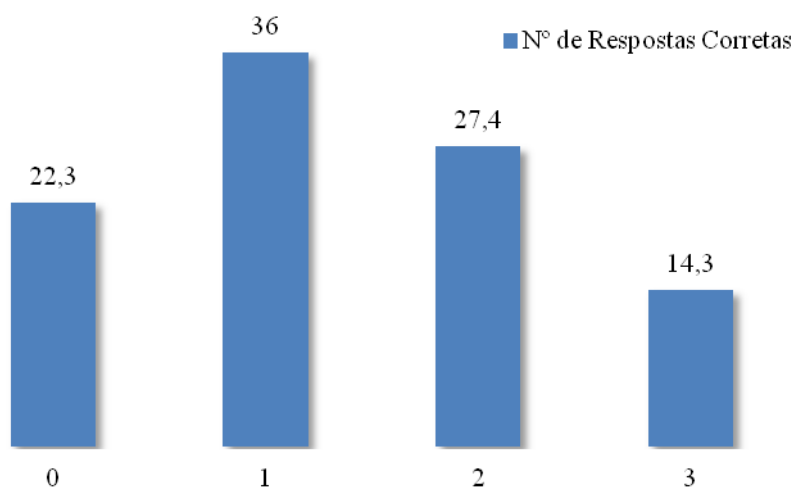
⁽¹⁾ O total em % dos jovens que respondem “Sabe” considerando a área de estudos não corresponde aos restantes devido aos casos de omissões.

4.4.5 Compreensão financeira

As perguntas relativas à compreensão financeira procuraram avaliar os conhecimentos e os resultados nesta área temática permitem identificar deficiências de literacia financeira relacionadas com conceitos importantes para tomar decisões financeiras (Banco de Portugal, 2011).

Neste ponto, foram considerados os resultados da terceira parte do Inquérito à Literacia Financeira dos Jovens Portugueses e à semelhança da análise de dados do capítulo 4.3, serão avaliados os três conceitos em estudo: taxa de juro, inflação e diversificação do risco. Teremos ainda como referência a Figura 8 e alguns dos resultados apresentados na Tabela 13 relativamente à influência das características sociodemográficas e familiares.

Figura 27 - Representação gráfica da distribuição das frequências relativas (%) referente ao número de respostas corretas às perguntas sobre os conceitos financeiros



Dos resultados apresentados na Figura 27, concluímos que em média, os jovens inquiridos responderam corretamente a pelo menos uma das três perguntas, mais precisamente 1,34 respostas corretas. Recordando a Figura 8, o conceito taxa de juro foi o que apresentou mais respostas corretas com 69,7%, seguindo-se o conceito inflação com 34,9% e a diversificação do risco com 29,1%. O conceito taxa de juro teve a menor percentagem de respostas incorretas com 16,6%, seguindo-se a diversificação do risco com 18,3% e a inflação com 20%. E ainda, a menor percentagem de resposta “Não

sabe/ não responde” com 13,7%, seguindo-se a inflação e a diversificação do risco com valores elevados, 45,1% e 52,6%, respetivamente.

Conforme o Banco de Portugal (2011), também aqui, na compreensão financeira identificamos o grupo de jovens com maiores e menores níveis de literacia financeira. Recordando os resultados da Tabela 13, nas categorias “todas as respostas corretas” e “todas as respostas incorretas”, e considerando as características sociodemográficas e familiares dos jovens, segue-se um resumo das conclusões na Tabela 15:

↑ Maiores Níveis de Literacia Financeira	↓ Menores Níveis de Literacia Financeira
Entre os 20 e 22 anos	Entre os 20 e 22 anos
Masculino	Feminino
Ensino Superior	Ensino Básico e Secundário
Formação em Economia, Gestão e afins	Formação em “Outras áreas”
Estudante	Trabalhador
Agregado Familiar de até 3 pessoas	Agregado Familiar de até 3 pessoas
Ambos os pais com Ensino Superior	Ambos os pais sem Ensino Superior

Tabela 15 - Grupo de jovens com maiores e menores níveis de literacia financeira

Para terminar, importa recordar, ainda com base na análise dos valores da Tabela 13, que as características sociodemográficas e familiares que mais influenciam a (i)literacia financeira são: as habilitações literárias e a área de formação dos jovens, assim como o nível de escolaridade dos seus pais.

4.5 Teste de Hipóteses

Depois da análise dos resultados ao inquérito com base na estatística descritiva, neste capítulo vamos mais além, e pretendemos inferir sobre esses resultados através da estatística inferencial, com o Teste de Hipóteses e aplicando para o efeito o Teste de Independência do Qui-Quadrado.

As hipóteses em estudo, enumeradas no capítulo 3, foram testadas para os conceitos de taxa de juro, inflação e diversificação do risco. Complementariamente, foram também testadas as mesmas hipóteses no cômputo geral, ou seja, considerando em simultâneo o conjunto das respostas às questões referentes aos três conceitos referidos anteriormente. Para facilitar a análise dos resultados aos testes das hipóteses, foram elaboradas tabelas que contêm as variáveis em estudo e os conceitos apresentados, o valor do *p-value* obtido após efetuado o Teste de Independência do Qui-Quadrado com recurso ao *software* de análise estatística SPSS *Statistics* (v.24; IBM SPSS, Chicago, IL) conforme Marôco (2014), a tomada de decisão que se resume à rejeição ou não da hipótese nula, e por fim, a conclusão sobre a relação entre as variáveis e os conceitos em estudo. E no seguimento do exposto no capítulo 4.1.4, o cálculo da estatística do teste e tomada de decisão consistem na última fase do teste de hipóteses.

Prosseguimos então à apresentação dos resultados aos testes das sete hipóteses consideradas.

4.5.1 H1: Jovens com 25 anos têm níveis de literacia financeira superiores a jovens de 18 anos

Nesta hipótese, apesar de a diferença entre as idades ser pequena, quisemos testar se o conhecimento dos conceitos examinados individualmente e no seu conjunto são ou não independentes da idade dos jovens inquiridos, ou seja, pretende-se testar se as respostas que foram dadas às três questões que foram colocadas são ou não diferentes tendo em conta a idade.

Logo, conforme o que foi referido no capítulo 4.1.4, as nossas hipóteses estatísticas são:

H₀: As variáveis são independentes;

H₁: As variáveis não são independentes.

Recorde-se ainda que, na tomada de decisão considerou-se o nível de significância ou uma probabilidade de erro do tipo I, ou seja, $\alpha = 0,05$. E ainda, verificaram-se todos os pressupostos para a aplicação do teste qui-quadrado com rigor (*crosstabs* em Anexos).

Após a realização do Teste de Independência do Qui-quadrado recorrendo ao *software* de análise estatística SPSS (*outputs* em Anexos), os valores da probabilidade da significância associada, *p-value*, encontram-se na Tabela 16:

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,439	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Inflação	0,349	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,920	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Cômputo Geral	0,198	Não rejeita H_0	Não existe dependência

Tabela 16 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Idade

Analisando a Tabela 16, o valor de *p-value* é superior a 0,05 para todas as variáveis em estudo. Sendo assim não rejeitamos H_0 , ou seja, não existe evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese nula e concluimos que as variáveis são independentes, o que na nossa investigação significa que a idade não influencia o nível de literacia dos jovens.

4.5.2 H2: Jovens no sexo masculino são mais literados financeiramente que jovens do sexo feminino.

Na análise da segunda hipótese pretendemos verificar qual a relação entre o nível de literacia financeira face ao sexo, se os rapazes possuem mais conhecimento financeiro do que as raparigas. Para isso, consideramos os resultados da Tabela 17, mantendo a hipótese nula e a hipótese alternativa e o nível de significância apresentados em 4.5.1. Também aqui se verificaram todos os pressupostos que conferem rigor ao teste realizado.

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,597	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Inflação	0,393	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,859	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Cômputo Geral	0,606	Não rejeita H_0	Não existe dependência

Tabela 17 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para o Sexo

Analisando a Tabela 17, e à semelhança da nossa primeira hipótese, sendo o *p-value* é superior a 0,05, tanto na avaliação dos conceitos, como no conjunto dos três, e portanto não há rejeitamos H_0 . Concluimos então que as variáveis são independentes, mais uma vez não encontramos evidência estatística para rejeitar H_0 . O facto de ser rapaz ou rapariga não condiciona as respostas às questões sobre os conceitos em estudo e portanto não determina a qualidade do conhecimento financeiro.

4.5.3 H3: Jovens com um grau superior de habilitações literárias têm mais conhecimentos financeiros que um jovem com grau inferior.

Continuamos a nossa análise estatística inferencial, desta vez testando, para os mesmos conceitos e no cômputo geral, as habilitações literárias dos jovens. De que forma o grau de escolaridade influencia o nível de conhecimento financeiro. Um jovem licenciado tem um nível de literacia superior ao de um jovem com o 12º ano? Os resultados da Tabela 18 procuram responder a esta questão.

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,003	Rejeita H_0	Existe dependência
	Inflação	0,316	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,520	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Cômputo Geral	0,029	Rejeita H_0	Existe dependência

Tabela 18 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para as Habilitações Literárias

Verificando-se, novamente, todos os pressupostos à aplicação do teste, e mantendo as hipóteses e o nível de significância considerados, no que diz respeito às habilitações literárias os resultados apresentaram diferenças face às hipóteses anteriores. Na análise dos conceitos avaliados individualmente, verificou-se o seguinte:

- No conceito de taxa de juro, o $p\text{-value} = 0,003 < \alpha = 0,05$. Logo, podemos afirmar que H_0 é falsa e assim rejeitar H_0 . Portanto, existe dependência entre as variáveis em estudo, que neste caso, significa a resposta à questão sobre a taxa de juro é influenciada pelo grau de escolaridade dos jovens.
- Nos conceitos de inflação e diversificação de risco, o $p\text{-value}$ é, respetivamente, 0,316 e $0,520 > \alpha = 0,05$, pelo que não há evidência estatística para rejeitar H_0 e daí a não rejeição desta. Aqui, não existe dependência entre as variáveis. Neste caso as respostas às questões sobre inflação e diversificação do risco não são influenciadas pelas habilitações literárias dos jovens.

No que a estes dois pontos diz respeito, a diferença nas conclusões referentes aos conceitos pode ser explicada pelo diferente grau de dificuldade, sendo a taxa de juro um termo mais “acessível” do que o da inflação ou diversificação do risco.

Por sua vez, no cômputo geral, o resultado do teste diz-nos que há uma relação de dependência entre o conjunto das respostas aos três conceitos e as habilitações literárias, visto que a H_0 é falsa. O $p\text{-value} = 0,029 < \alpha = 0,05$, daí a rejeição da hipótese nula e a validade da nossa terceira hipótese.

4.5.4 H4: Jovens com formação em áreas como a Economia têm níveis de literacia financeira superiores aos jovens com formação em outras áreas.

Nesta hipótese tivemos em conta a importância da área de formação. Partindo do princípio de que jovens com formação em áreas como a Economia, a Gestão e outras áreas similares são mais propensos a níveis de literacia financeira superiores, quisemos testar isso mesmo.

Mantendo a hipótese nula e hipótese alternativa e o $\alpha = 0,05$ e as condições para o rigor do teste, recordamos que, neste caso, na dimensão global da amostra, 6,3% dos jovens não identificaram a sua área de estudos pelo que na aplicação do teste do qui-quadrado, o nosso $N = 164$ devido às 11 situações de “não resposta” ou omissões, conforme o programa estatístico SPSS.

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,007	Rejeita H_0	Existe dependência
	Inflação	0,002	Rejeita H_0	Existe dependência
	Diversificação do Risco	0,000	Rejeita H_0	Existe dependência
	Cômputo Geral	0,000	Rejeita H_0	Existe dependência

Tabela 19 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Área de Estudos

Ao consultarmos os valores do teste do qui-quadrado (*outputs* em Anexo), verificamos que para a taxa de juro, a inflação, a diversificação do risco e no cômputo geral, o $X^2 = 17,850; 20,721; 42,563$ e $42,560$ respetivamente. O que, e de acordo com a revisão do capítulo 4.1.4, significa que se X^2 é grande, as diferenças entre as frequências observadas e as frequências esperadas são grandes e rejeitamos H_0 . A conclusão é confirmada também pelos valores do *p-value* apresentados na Tabela 19, uma vez que todos eles são inferiores ao nível de significância (α), não sendo por isso resultado do acaso. Posto isto, a análise estatística inferencial permite concluir que a área de estudos dos jovens realmente condiciona o seu nível de literacia financeira.

4.5.5 H5: Jovens estudantes têm mais conhecimentos financeiros do que jovens integrados no mercado de trabalho.

Esta hipótese permite-nos testar se a qualidade do conhecimento financeiro está relacionada, ou não, com a situação profissional dos jovens. Quem é estudante tem níveis de literacia financeira superiores?

Voltamos a considerar para o efeito a mesma H_0 e H_1 e o $\alpha = 0,05$. Os resultados seguem na Tabela 20:

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,571 ⁽¹⁾	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Inflação	0,649	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,002	Rejeita H_0	Existe dependência
	Cômputo Geral	0,116 ⁽²⁾	Não rejeita H_0	Não existe dependência

Tabela 20 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Situação Profissional

⁽¹⁾ “a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,02”.

⁽²⁾ “a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,14”.

Depois de analisarmos a tabela, verificamos o seguinte:

- Na análise individual dos conceitos, o *p-value*, para a taxa de juro e inflação é superior ao α , pelo que as frequências observadas podem estar próxima das frequência esperadas para H_0 e H_0 pode estar correta, pelo que não se rejeita H_0 e não existe relação de dependência entre as variáveis. O mesmo cenário verificou-se no cômputo geral.
- Na diversificação do risco, o valor do *p-value* = 0,002 < α = 0,05 logo H_0 é falsa e por isso rejeitamos a hipótese nula. O que significa que, neste caso específico, a situação profissional tem influência no conhecimento deste conceito, na medida em que condiciona a resposta dada à questão referente à diversificação do risco.

- Os testes para o conceito inflação e diversificação do risco foram aplicados com rigor, uma vez que se verificaram todas as condições de aplicabilidade do teste e portanto podemos inferir sobre as suas conclusões.
- Nos restantes, considerando as observações (1) e (2) (ver *outputs* do teste em Anexos), a taxa de juro e o cômputo geral não cumprem um dos três pressupostos do Teste de Independência do Qui-Quadrado, o de pelo menos 20% das E_{ij} 's < 5 . O que, de acordo com Marôco (2014), significa que se não se verificam as condições de aplicação do teste de qui-quadrado não podemos garantir o seu rigor, que a estatística de teste X^2 possua distribuição $\chi^2_{(C-1)(L-1)}$.

Em alternativa, como sugere Marôco (2014), recorremos ao Teste do Qui-quadrado por Simulação de Monte Carlo, apresentado no capítulo 4.1.4. Na tabela seguinte encontram-se os resultados, para a taxa de juro e no cômputo geral, depois de aplicarmos o teste com a Simulação de Monte Carlo no programa SPSS:

		Intervalo de Confiança de			Tomada de Decisão	Conclusão
		<i>p-value</i>	99%			
			Limite Inferior	Limite Superior		
Conceito	Taxa de Juro	0,582	0,569	0,594	Não rejeita H ₀	Não existe dependência
	Cômputo Geral	0,123	0,114	0,131	Não rejeita H ₀	Não existe dependência

Tabela 21 - Resultados do Teste do Qui-Quadrado por Simulação Monte Carlo para a Situação Profissional

Nos resultados da Tabela 21, verificamos que, para todas as variáveis consideradas no teste de Simulação de Monte Carlo, o valor de *p-value* é igual a 0,582 e 0,123, respetivamente, e ambos estão dentro dos limites do intervalo de confiança de 99%, pelo que podemos concluir com segurança a não rejeição de H_0 e que não existe dependência, conforme tínhamos concluído anteriormente. Noutras palavras, as respostas dos jovens à questão sobre a taxa de juro, ou todas as respostas às questões

sobre os três conceitos em conjunto são independentes da situação profissional dos mesmos.

4.5.6 H6: O número de elementos do agregado familiar do jovem influencia o seu nível de literacia financeira.

A família tem um papel muito importante na partilha de conhecimento e na formação cívica e intelectual dos jovens. Com esta hipótese testamos se o número de elementos que compõem o agregado familiar do jovem condiciona o seu nível de conhecimento financeiro. Um jovem que viva sozinho tem níveis de literacia financeira inferiores? Um jovem de uma família numerosa é mais consciente financeiramente? São questões a que esta hipótese pretende responder.

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,009	Rejeita H_0	Existe dependência
	Inflação	0,478	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,465	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Cômputo Geral	0,005	Rejeita H_0	Existe dependência

Tabela 22 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para a Composição do Agregado Familiar

As hipóteses H_0 e H_1 são as mesmas, assim como o valor do α , e todas as condições de aplicabilidade se verificam o que confere rigor ao teste e às suas conclusões.

O resumo dos resultados apresentados na Tabela 22 mostram que na análise dos conceitos individualmente:

- Na taxa de juro, o valor de $p\text{-value} = 0,009 < \alpha = 0,05$ e rejeitamos a hipótese nula, logo, existe dependência entre as variáveis taxa de juro e composição do agregado familiar do jovem.
- Os restantes conceitos, inflação e diversificação do risco, apresentam valores de X^2 são baixos (ver *outputs* em Anexo), pelo que as frequências observadas são

próximas das esperadas, logo H_0 pode estar correta e por isso não rejeitamos a hipótese nula. Esta tomada de decisão também se confirme pelo valor de *p-value*, uma vez que em ambos os conceitos é superior ao nosso nível de significância e não existe evidência estatística para rejeitar H_0 .

No cômputo geral, e à semelhança do que ocorreu na terceira hipótese, rejeitamos a hipótese nula. Sendo o *p-value* = 0,005 e inferior ao α , as frequências observadas, sob H_0 , diferiram significativamente das frequência esperadas, suportando assim a hipótese da dependência das variáveis.

Conclui-se assim, com base na análise inferencial que o número de elementos que compõem o agregado familiar do jovem influencia positivamente a qualidade do seu conhecimento financeiro.

4.5.7 H7: Jovens cujos pais tenham grau superior de escolaridade são financeiramente mais literados que os restantes.

Como referimos na hipótese anterior, a família é muito importante na transmissão de conhecimento, por isso a nossa última hipótese consiste em testar se existe uma relação de dependência entre as habilitações literárias dos pais e o nível de literacia financeira dos seus filhos. Considerando as mesmas variáveis, perante as mesmas hipóteses e o mesmo nível de significância estes foram os resultados após efetuado o teste do qui-quadrado (Tabela 23):

		<i>p-value</i>	Tomada de Decisão	Conclusão
Conceitos	Taxa de Juro	0,210 ⁽¹⁾	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Inflação	0,057 ⁽²⁾	Não rejeita H_0	Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,132 ⁽³⁾	Não rejeita H_0	Não existe dependência
Cômputo Geral		0,045 ⁽⁴⁾	Rejeita H_0	Existe dependência

Tabela 23 - Resultados do Teste de Independência do Qui-Quadrado para as Habilitações Literárias dos Pais

- (1) “a. 4 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,33”.
- (2) “a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,40”.
- (3) “a. 3 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,11”.
- (4) “a. 4 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,43”.

Atendendo ao valor do *p-value* de cada variável em estudo verificamos que não existe dependência entre o conhecimento dos jovens sobre os três conceitos isolados e o nível de escolaridade dos pais, pois $p\text{-value} > \alpha = 0,05$ não existindo evidência estatística suficiente para rejeitar H_0 . No cômputo geral verificamos o oposto, pois sendo o *p-value* = 0,045 é inferior ao nível de significância pelo que rejeitamos H_0 e concluímos que existe dependência entre as variáveis.

Realizamos o teste do qui-quadrado mas não podemos atribuir rigor as conclusões anteriores, uma vez que considerando as observações (1) (2) (3) e (4) (ver *outputs* em Anexos), não se verificam todos os pressupostos do Teste de Independência do Qui-Quadrado, o de pelo menos 20% das E_{ij} 's < 5 .

À semelhança do que aconteceu na H5, iremos recorrer novamente ao Teste do Qui-quadrado por Simulação de Monte Carlo. Desta vez considerando todas as variáveis, uma vez que em nenhuma delas se verificou as condições de aplicação do teste qui-quadrado. Os resultados à Simulação de Monte Carlo foram:

		Intervalo de Confiança		Tomada de Decisão	Conclusão
		<i>p-value</i>	de 99%		
			Limite Inferior	Limite Superior	
Conceitos	Taxa de Juro	0,206	0,196	0,217	Não rejeita H_0 Não existe dependência
	Inflação	0,055	0,049	0,060	Não rejeita H_0 Não existe dependência
	Diversificação do Risco	0,133	0,124	0,142	Não rejeita H_0 Não existe dependência
Cômputo Geral		0,045	0,039	0,050	Rejeita H_0 Existe dependência

Tabela 24 - Resultados do Teste do Qui-Quadrado por Simulação Monte Carlo para as Habilitações Literárias dos Pais

Examinando os resultados obtidos após a Simulação de Monte Carlo (Tabela 24), todos os valores de *p-value* se encontram dentro dos limites do intervalo de confiança de 99%. Tal significa que a tomada de decisão de não rejeição de H_0 para os conceitos, taxa de juro, inflação e diversidade do risco se mantêm (Tabela 23) e que sendo assim não existe dependência entre o conhecimento dos jovens sobre cada um dos conceitos em estudo e as habilitações literárias dos seus pais.

Neste caso, importa realçar a situação no cômputo geral. Se as respostas aos conceitos individualmente são independentes das habilitações literárias dos pais, o mesmo não se verifica quando analisamos o conjunto de todas as respostas. Assim, na Tabela 24, e tendo em conta a avaliação geral, o valor de *p-value* é igual a 0,045, e também este se encontra dentro dos limites do intervalo de confiança de 99%, suportando a decisão da rejeição de H_0 e a conclusão de que existe dependência entre o nível de literacia financeira dos jovens e o grau de habilitações literárias dos seus pais.

5. Interpretação dos Resultados

Este último capítulo consiste na interpretação dos resultados da análise à literacia financeira dos jovens portugueses, para isso vamos estabelecer uma comparação entre os resultados obtidos na nossa análise de dados, com recurso à estatística descritiva e à estatística inferencial, realizada no capítulo anterior, com os resultados e conclusões de estudos de vários autores, da OCDE e do Banco de Portugal, mencionados no decorrer do capítulo 2 referente à revisão da literatura.

Recordamos que esta dissertação propôs-se, em primeiro lugar, a avaliar o nível de literacia financeira dos jovens portugueses tendo em consideração vários indicadores, incluindo a compreensão de três conceitos financeiros, taxa de juro, inflação e diversificação do risco, e em segundo lugar, identificar os fatores que influenciam o nível de literacia financeira dos jovens.

Na análise dos indicadores na avaliação do nível de literacia financeira vamos evidenciar os resultados da inclusão financeira, planeamento e as poupanças, escolha de produtos bancários e a compreensão financeira.

No que diz respeito à inclusão financeira, os nossos resultados demonstram que existe um elevado grau de participação dos jovens no sistema bancário, visto que 92,6% dos jovens inquiridos afirma ter conta bancária. De acordo com a OECD/INFE (2013), existe uma associação positiva entre a inclusão financeira e a literacia financeira, e segundo Mandell (2008), os jovens com conta bancária apresentam um nível de literacia financeira superior aos jovens que não têm conta no banco, pelo que, neste sentido, consideramos o nosso resultado bastante positivo e significativo.

No planeamento e as poupanças, verificamos que 34,1% dos jovens consideram importante ter uma poupança para fazer face a situações imprevistas ou despesas extras (SOS) e 24% dos jovens privilegiam a reforma, 51,4% jovens inquiridos tem uma conta poupança e 42,2% admite fazer reforços na conta poupança todos os meses. Aqui, importa destacar que 90,9% dos jovens inquiridos utilizam o “mealheiro” como método de poupança. Segundo Orton (2007), a poupança, por si só, não é vista como literacia financeira, mas os esforços e comportamentos nesse sentido são considerados uma melhoria da literacia financeira, e Mandell (2008) diz que os jovens com contas

poupança respondem corretamente às questões relacionadas com poupança em relação aos restantes, o que pode indicar que, no nosso caso, estamos no caminho certo.

Na escolha de produtos bancários, quanto ao seu número, os resultados demonstram que cada jovem possui entre dois a três produtos financeiros, sendo os mais frequentes, a conta à ordem, a conta poupança e o cartão de débito, à semelhança dos resultados do estudo de Rodrigues *et al.* (2012).

Por fim, considerando a compreensão financeira, na análise dos três conceitos em avaliação, verificamos que 69,7% dos jovens inquiridos entende o conceito taxa de juro. Como a maioria dos jovens que tem conta poupança responde corretamente às questões relacionadas com poupanças, como refere Mandell (2008), isso pode explicar o elevado número de respostas corretas relativamente à taxa de juro. O número de respostas incorretas em vez da alternativa “não sabe” pode indicar uma sobreavaliação dos próprios conhecimentos, pois demonstram excesso de confiança pelo que preferem dar respostas erradas ao invés de admitir que não sabem a resposta (Banco de Portugal, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Lusardi *et al.*, 2014). Esta situação verifica-se no conceito taxa de juro, onde o número de respostas incorretas é superior às respostas “não sabe/ não responde”, mas não é significativo nos restantes conceitos, já que no caso da inflação e da diversificação do risco a grande maioria respondeu “não sabe/ não responde”.

Na avaliação da literacia financeira dos jovens, os resultados indicam que apenas 14,3% dos jovens inquiridos responderam corretamente às três questões referentes aos conceitos em avaliação, e considerando os resultados das restantes dimensões analisadas, concluímos que são baixos os níveis de literacia financeira dos jovens portugueses, porque apesar dos comportamentos financeiros dos jovens indicarem uma melhoria na literacia financeira, por outro lado, os seus conhecimentos financeiros, quer de conceitos, quer de custos, quer de produtos e serviços financeiros ficam muito aquém do esperado. Esta conclusão vai ao encontro dos resultados de outros estudos sobre a mesma temática (Lusardi *et al.*, 2010; Mandell, 2008; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Hastings *et al.*, 2013). Em contraste, no estudo de Rodrigues *et al.* (2012), os resultados foram encorajadores e demonstraram bons níveis de conhecimento financeiro.

Relativamente aos fatores que influenciam os níveis de literacia financeira, tivemos em consideração a relação entre as características sociodemográficas e familiares e os resultados do conjunto das respostas às três questões em avaliação (o cômputo geral), que aqui representam o nível de literacia financeira dos jovens. Na análise da relação entre estas variáveis, através da estatística descritiva, utilizamos as medidas de associação e, através da estatística inferencial, realizamos o Teste de Independência do Qui-quadrado. Dos resultados verificamos a existência de uma associação positiva e da dependência entre as habilitações literárias, a área de estudos dos jovens e o nível de literacia financeira, à semelhança de Chen e Volpe (1998), Mandell (2008), Banco de Portugal (2011), Lusardi e Mitchell (2011), Atkinson e Messy (2012) e Rodrigues *et al.* (2012). E ainda, a existência de uma associação positiva e da dependência entre a composição do agregado familiar, as habilitações literárias dos pais e o nível de literacia financeira, concordando com Hilgert *et al.* (2003), Mandell (2008), Lusardi *et al.* (2010), Rodrigues *et al.* (2012) e Luukkanen e Uusitalo (2014). Ao contrário de Chen e Volpe (1998), Mandell (2008), Lusardi *et al.* (2010), Lusardi e Mitchell (2011), Atkinson e Messy (2012), Klapper *et al.* (2012), Rodrigues *et al.* (2012), OECD/INFE (2013) não se verificou na nossa análise a associação, nem a dependência entre a idade, o sexo, a situação profissional e o nível de literacia financeira dos jovens.

Conclusão

A formação financeira contribui para que os indivíduos tomem decisões informadas e confiantes em todos os aspectos da vida financeira, como as relacionadas com a gestão do orçamento mensal, o pagamento atempado de contas, o planeamento de despesas e a escolha de produtos e serviços financeiros adequados às necessidades, nomeadamente na aplicação de poupanças e no recurso ao crédito. A educação financeira é por isso cada vez mais importante. É essencial aos indivíduos e às famílias adquirirem conhecimentos e competências, quer no apoio às decisões do quotidiano, quer em decisões financeiras mais complexas, como a escolha de aplicações de poupança ou de crédito a longo prazo. Cada vez mais jovens, os indivíduos se apresentam como consumidores, e têm de tomar decisões financeiras complicadas no atual e exigente ambiente financeiro, e os erros financeiros cometidos em início de vida têm consequências e implicações no futuro. A crescente sofisticação dos mercados financeiros que inclui uma diversidade de instrumentos e o aumento da responsabilidade e o risco das decisões financeiras têm maior impacto no futuro. Importa referir que quando os indivíduos não são literados financeiramente, não são capazes de escolher as melhores opções de investimento para si, pelo que poderão estar sujeitas ao risco de fraude. Estas, entre outras causas e riscos relacionados com a (i)literacia financeira justificam o investimento em literacia financeira como forma de capital humano. Porque se o capital humano é o conjunto de conhecimentos e competências que têm o potencial de influenciar o comportamento financeiro, a literacia financeira vai mais além, porque a par do conhecimento financeiro importa a capacidade e a confiança de o aplicar. Com o interesse e preocupação com a (i)literacia financeira, aumentou também a oferta de iniciativas e programas de educação financeira, com o objetivo de promover a literacia financeira, mas os seus efeitos nos comportamentos financeiros não são claros, pelo o que não consenso sobre a eficácia dos programas. E se os indivíduos melhorarem os seus níveis de literacia financeira serão mais propensos à poupança e a desafiar os prestadores de serviços financeiros a desenvolverem produtos que respondam verdadeiramente às suas necessidades, o que terá o impacto positivo tanto ao nível do investimento quanto ao crescimento económico (Hilgert *et al.*, 2003; OECD, 2006b; Mandell e Klein, 2009; Lusardi *et al.*, 2010; CNSF, 2011; Huston, 2012).

Tendo em consideração os principais objetivos do nosso estudo, recordamos que esta dissertação se propôs responder a quatro questões de investigação: Porque é tão importante a educação financeira para jovens? Quais os conhecimentos e comportamentos financeiros dos jovens na atualidade? Qual o nível de literacia financeira dos jovens portugueses? Quais são os fatores que influenciam o nível de literacia financeira dos jovens?

Relativamente à primeira questão, e evidenciando a revisão da literatura, pela importância que a literacia financeira tem no futuro dos jovens, tanto a nível individual, como tomarem decisões a curto prazo, serem capazes de fazer planos de investimento a longo prazo e gerirem as suas necessidades médicas e seguros de vida; como a nível profissional, porque as más decisões e conduta financeira podem afetar e prejudicar a produtividade no emprego, enquanto que bons níveis de conhecimento e informação financeira podem aumentar as oportunidades no mercado de trabalho, é necessária uma educação financeira eficaz e adequada, que vá ao encontro das necessidades dos jovens de forma a despertar ou manter o seu interesse em relação ao tema e aos seus conteúdos, e por conseguinte, motivação para alterar os comportamentos financeiros. Caso contrário, podemos assistir a casos sérios de iliteracia financeira, e quando os indivíduos não conseguem gerir as suas próprias finanças, isso torna-se um problema, não só para eles, como também para toda a sociedade (Chen e Volpe, 1998; Hilgert *et al.*, 2003; Mandell, 2008; Clark *et al.*, 2013).

Nas restantes questões de investigação, procedemos ao tratamento e análise estatística dos resultados obtidos na realização do inquérito à literacia financeira dos jovens portugueses.

Em resposta à segunda questão, na análise dos comportamentos e conhecimentos dos jovens tivemos em conta as várias dimensões da literacia financeira: inclusão financeira, planeamento e poupanças, escolha de produtos bancários, gestão de contas bancárias e compreensão financeira. Na inclusão financeira, o grau de participação dos jovens no sistema bancário é bastante elevado, visto que 92,6% dos jovens inquiridos tem conta bancária. No planeamento e poupanças, verificou-se que 95,4% dos jovens inquiridos consideram importante ter uma poupança. Quanto à sua finalidade, as situações imprevistas ou despesas extra (SOS) foi a resposta mais apresentada com 34,1%, seguindo-se a reforma (24%) e a segurança (21%). Em relação à percentagem de

poupança mensal, verifica-se que 34,9% dos jovens poupa entre 5% a 24% do seu rendimento mensal, 51,4% dos jovens inquiridos têm conta poupança e 42,2% admite fazer reforços uma vez por mês. Destaca-se, com 90,9%, o mealheiro como método de poupança adicional, o que levanta algumas preocupações, sendo uma delas, a falta de confiança dos jovens nas instituições bancárias. Na escolha de produtos bancários, sobre o investimento em aplicações de risco, a maioria dos jovens respondeu que não investia, 43,4% porque desconhecem este tipo de produto e 26,3% dizem que não é seguro. Dos jovens que investiam em aplicações de risco, 17,7% só o faria se tivesse capital garantido. Quanto à adesão aos meios de pagamento, 75,4% dos jovens inquiridos possui cartão de débito e dos 22,9% que têm cartão de crédito 55% é para poderem efetuar compras na internet. Na gestão de contas bancárias, em relação à percentagem de consumo mensal, 39,4% dos jovens gastam mais de 50% e 43,3% dos jovens gastam menos de 50% do seu rendimento mensal. Note-se que a maioria dos jovens inquiridos são estudantes, o que pode explicar estes valores. Os bens de necessidade primária são o tipo de bens mais adquiridos pelos jovens com 78,9%. Já o meio de pagamento mais utilizado em compras é o dinheiro (64,6%), seguindo-se o cartão de débito (33,7%). No conhecimento das anuidades de cartões, das comissões e encargos associados, e da taxa de juro aplicada à conta poupança os resultados ficaram muito aquém, em média, apenas 10,4% dos jovens inquiridos que possuem estes produtos têm conhecimentos desta informação. Tendo em conta os baixos resultados, analisamos o perfil desses jovens, verificamos que a grande maioria têm ensino superior e formação em economia ou afins. Por fim, na compreensão financeira, dos três conceitos em análise, na taxa de juro verificou-se maior percentagem de respostas corretas com 69,7%, seguindo-se a inflação e a diversificação do risco com 34,9% e 29,1%, respetivamente. Note-se que nos conceitos inflação e diversificação do risco a maioria dos jovens inquiridos respondeu “não sabe/não responde” com 45,1% e 52,6%, respetivamente. No geral, os jovens inquiridos responderam corretamente a pelo menos um dos três conceitos. Assim, concluímos que, apesar dos comportamentos financeiros dos jovens indicarem que estamos no caminho certo na melhoria da literacia financeira, os seus baixos conhecimentos financeiros, sugerem que ainda temos um longo caminho a percorrer. Na avaliação do nível de literacia financeira dos jovens portugueses, e à semelhança da análise da compreensão financeira, consideramos as três questões sobre literacia

financeira de Lusardi e Mitchell (2006, 2008) (*cf.* Lusardi *et al.*, 2010) que identificam os conceitos, taxa de juro, inflação e diversificação do risco. No cômputo geral, apenas 14,3% dos jovens inquiridos responderam corretamente às três questões em avaliação, pelo que concluímos que é baixo o nível de literacia financeira dos jovens portugueses, em resposta à terceira questão de investigação. O perfil do jovem com nível de literacia financeira elevado, isto é, aquele com todas as respostas corretas, corresponde ao jovem entre os 20 e 22 anos, do sexo masculino, com ensino superior, formação em economia, gestão e afins, estudante, cujo agregado familiar é composto por até 3 pessoas e em que ambos os pais possuem ensino superior.

A última questão de investigação consiste na identificação dos fatores que influenciam os níveis de literacia financeira dos jovens. Em resposta, relacionamos as características sociodemográficas e familiares e o nível de literacia financeira, representado pelo cômputo geral. Com recurso aos coeficientes de correlação (ou medidas de associação), verificamos a existência de uma associação positiva entre as habilitações literárias, a área de estudos, a composição do agregado familiar, as habilitações literárias dos pais e o nível de literacia financeira. Posteriormente, na inferência destes resultados, após a aplicação do Teste de Independência do Qui-quadrado nas hipóteses em estudo, verificamos a existência de dependência entre as variáveis na H3, H4, H6 e H7. Assim, podemos concluir que as habilitações literárias e a área de estudos dos jovens, assim como a composição do seu agregado familiar e as habilitações literárias dos pais, têm uma influência positiva no nível de literacia financeira dos jovens portugueses.

Para futura investigação, ainda no estudo da (i)literacia financeira e os jovens, seria interessante alargar esta análise a outras características ou fatores como a localização, a opinião dos pares e amigos, a precaridade no contexto laboral, a publicidade e os *media* e as novas tecnologias, como a utilização de *homebaking*, não só na gestão e movimentação da conta, mas também na subscrição de poupanças e investimentos, contratação de crédito, e identificar que tipo de influência têm, ou não, no nível de literacia financeira dos jovens. Durante esta investigação, não foi possível inferir os resultados, sobre o perfil do jovem com elevado nível de literacia, a toda a população em estudo, para o efeito, sugere-se também numa futura investigação, a análise de correspondências múltiplas.

Referências bibliográficas

- Associação Portuguesa de Bancos (2016), *Educação Financeira*. Lisboa.
- Atkinson, A. e F. Messy (2012), “Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study”, *OECD Working Paper on Finance, Insurance and Private Pensions*, No. 15, OECD Publishing.
- Banco de Portugal (2010), *Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa: Síntese de Resultados*. Lisboa.
- Banco de Portugal (2011), *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa*. Lisboa.
- Banco de Portugal (2016a), *Iniciativas de Inclusão e Formação Financeira*. Lisboa.
- Banco de Portugal (2016b), *Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa: Síntese de Resultados*. Lisboa.
- Braunstein, S. e C. Welch (2002), “Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy”, *Federal Reserve Bulletin*, Vol.88, pp. 445-457.
- Brown, M., J. Grigsby, W. Klaauw, J.Wen e B. Zafar (2016), “Financial Education and the Debt Behavior of the Young”, *The Review of Financial Studies*, Vol.29, Nº.9, pp. 2490-2522.
- Chen, H. e R. P. Volpe (1998), “An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students”, *Financial Services Review*, Vol. 7, Nº.2, pp. 107-128.
- Clark, R., R. Matsukura e N. Ogawa (2013), “Low Fertility, Human Capital, and Economic Growth: The Importance of Financial Education and Job Retraining”, *Demographic Research*, Vol. 29, Nº. 32, pp. 865-884.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2011), *Plano Nacional de Formação Financeira*. Lisboa.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2016), *Plano Nacional de Formação Financeira*. Lisboa.

- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2017), *Plano Nacional de Formação Financeira: Relatório de Atividades 2016*. Lisboa.
- Cude, B. J. (2010), “Financial Literacy 501”, *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, Nº. 2, pp. 271-275.
- Duarte, Vânia Patrícia Pereira (2013), *A Eficácia dos Programas de Literacia Financeira. O Caso da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda*. Porto. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Finanças.
- European Banking Federation (2015), *Financial Education - National Strategies in Europe. Good Practices Report*. Bruxelas.
- Guimarães, R. C. e J. A. S. Cabral (2007), *Estatística*, 2ª Edição. Madrid: McGraw-Hill.
- Hastings, J. S., B. C. Madrian e W. L. Skimmyhorn, (2013), “Financial Literacy, Financial Education and Economic Outcomes”, *Annual Review of Economics*, Vol. 5, pp. 347-373.
- Hilgert, M. A., J. M. Hogarth e S. G. Beverly (2003), “Household Financial Management: The Connection between Knowledge and Behavior”, *Federal Reserve Bulletin*, Vol. 89, pp. 309-322.
- Huston, S. J. (2010), “Measuring Financial Literacy”, *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, Nº. 2, pp. 296-316.
- Huston, S. J. (2012), “Financial Literacy and the Cost of Borrowing”, *International Journal of Consumer Studies*, Vol. 36, pp. 566-572.
- Jappelli, T. e M. Padula (2013), “Investment in Financial Literacy and Saving Decisions”, *Journal of Banking & Finance*, Vol. 37, pp. 2779-2792.
- Johnston, D. J. (2005), “Importance of Financial Literacy in the Global Economy”. *Financial Education Summit*. Kuala Lumpur. 12 December.
- Klapper, L., A. Lusardi e G. A. Panos (2012), “Financial Literacy and the Financial Crisis”, *Working Paper Series*, No. 17930, National Bureau of Economic Research.

- Lewis, S. e F. Messy (2012), “Financial Education, Savings and Investments: An Overview”, *OECD Working Paper on Finance, Insurance and Private Pensions*, No. 22, OECD Publishing.
- Lusardi, A. e O. S. Mitchell (2011), “Financial Literacy Around the World: An Overview”, *Journal of Pension Economics & Finance*, Vol. 10, Nº. 4, pp. 497-508.
- Lusardi, A. e O. S. Mitchell (2014), “The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence”, *Journal of Economic Literature*, Vol. 52, Nº. 1, pp. 5-44.
- Lusardi, A., O. S. Mitchell e V. Curto (2010), “Financial Literacy among the Young”, *Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, N.º 2, pp. 358-380.
- Lusardi, A., P. Michaud e O. S. Mitchell (2011), “Optimal Financial Literacy and Saving for Retirement”, *RAND Working Paper Series*, No. WR-905-SSA, Financial Literacy Research Consortium.
- Luukkanen, L. e O. Uusitalo (2014), “Young People’s Perceptions of the Responsibilities of Organizations Promoting Financial Capacity”, *International Journal of Consumer Studies*, Vol. 38, pp. 192-199.
- Mandell, L. (2008), “Financial Literacy of High School Students”, em Xiao, J.J. (ed), *Handbook of Consumer Finance Research*, New York, Springer, pp. 163-183.
- Mandell, L. e L. S. Klein (2009), “The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior”, *Journal of Financial Counseling and Planning*, Vol. 20, pp. 15-24.
- Marôco, João (2014), *Análise Estatística com SPSS Statistics*, 6ª Edição. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Ministério da Educação e Ciência (2013), *Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos*. Lisboa.
- OECD (2005), *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Paris.
- OECD (2006a), “Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies”, *Financial Market Trends*, Vol.2005/2, pp. 107-121.

- OECD (2006b), *The Importance of Financial Education*. Paris.
- OECD/INFE (2009), *Financial Education and the Crisis: Policy Paper and Guidance*. Paris.
- OECD/INFE (2013), *Financial Literacy and Inclusion: Results of OECD/INFE Survey Across Countries and by Gender*. Paris.
- OECD/INFE (2015), *OCDE/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion*. Paris.
- Orton, L. (2007), *Financial Literacy: Lessons from International Experience*. Ontario. Canadian Policy Research Networks.
- Pestana, M. H. e J. N. Gageiro (2000), *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS*, 2ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Rodrigues, C. S., F. D. Vieira, A. Amaral e F. V. Martins (2012), *Financial Literacy of University Students*. Braga. Universidade do Minho.
- Rotfeld, H. J. (2008), “Financial Aliteracy”, *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 42, N°. 2, pp. 306-309.
- Seuntjens, T. G., N. Ven, M. Zeelenberg e A. Schors (2016), “Greed and Adolescent Financial Behavior”, *Journal of Economic Psychology*, Vol. 57, pp. 1-12.
- St.Aubyn, A. e N. Venes (2011), *Análise de Dados: Aplicações às Ciências Económicas e Empresariais*. Lisboa: Verlag Dashöfer.
- Tang, N. e A. Baker (2016), “Self-esteem, Financial Knowledge and Financial Behavior”, *Journal of Economic Psychology*, Vol. 54, pp. 164-176.

Webgrafia

<http://saldopositivo.cgd.pt/> Acedido em 01.08.2017 às 18:10

<http://saldopositivo.cgd.pt/educacao-financeira-em-portugal-o-que-ainda-falta-fazer/>

Acedido em 01.08.2017 às 18:20

<http://saldopositivo.cgd.pt/saldo-positivo-referido-em-estudo-europeu/> Acedido em 01.08.2017 às 18:20

<http://www.facm.pt/facm/facm/pt/servico-educacao/educacao-financeira> Acedido em 01.08.2017 às 19:34

http://www.financial-education.org/Portugal_National_Strategy_Financial_Education.html Acedido em 05.08.2017 às 11:57

http://www.apb.pt/press_room/financial_education/financial_education_in_europe/ Acedido em 05.08.2017 às 14:24

<http://www.ebf.eu/strategic-themes/financial-education/> Acedido em 01.09.2017 às 12:05

<http://www.boaspraticasboascontas.pt/boas-praticas-boas-contas.asp> Acedido em 01.09.2017 às 15:28

<http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Paginas/inicio.aspx> Acedido em 02.09.2017 às 13:15

<http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/CadernosBP/Paginas/CadernoBP.aspx> Acedido em 02.09.2017 às 13:50

<http://www.educacaofinanceirafacm.net/> Acedido em 03.09.2017 às 17:47

<http://www.jumpstart.org/> Acedido em 04.09.2017 às 10:28

Anexos

1. Inquérito

Inquérito à Literacia Financeira dos Jovens Portugueses

No âmbito do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e para obtenção de grau Mestre, estou a desenvolver um estudo sobre a Importância da Formação Financeira para Jovens. Este estudo tem como objetivo avaliar o nível de Literacia Financeira dos Jovens Portugueses e identificar os seus comportamentos de poupança e de consumo. Assim, solicito a sua colaboração através do preenchimento deste inquérito e informo que as suas respostas são confidenciais e serão tidas em conta apenas para este efeito.

O presente inquérito é composto por 3 partes e o seu preenchimento terá a duração de aproximadamente 7 minutos.

Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

1ª PARTE

1. Idade :

- ☐ 18 anos ☐ 19 anos ☐ 20 anos ☐ 21 anos ☐ 22 anos ☐ 23 anos
☐ 24 anos ☐ 25 anos

2. Sexo :

- ☐ Feminino ☐ Masculino

3. Habilitações Literárias :

☐ Ensino Primário ☐ Ensino Básico ☐ Ensino Secundário ou Profissional

☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento

3.1 Qual a sua área de estudos: _____

4. Situação Profissional :

☐ Estudante ☐ Trabalhador ☐ Trabalhador – Estudante ☐ Desempregado

5. Agregado Familiar :

5.1 O seu agregado familiar é composto por: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ mais de 4

5.2 Habilitações literárias do seu pai:

☐ Ensino Primário ☐ Ensino Básico ☐ Ensino Secundário/ Profissional

☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento

5.3 Habilitações literárias da sua mãe:

☐ Ensino Primário ☐ Ensino Básico ☐ Ensino Secundário/ Profissional

☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento

2ª PARTE

6. Consumo: (selecione apenas uma das opções)

6.1 Do seu rendimento mensal (ordenado, mesada ou outro) quanto reserva ao consumo:

☐ Nenhum ☐ Inferior a 5% ☐ Entre 5% e 24% ☐ Entre 25% e 49%

☐ Entre 50% e 75% ☐ Superior a 75% ☐ Não sabe

6.2 Quais os bens que caracterizam a maior parte do seu consumo:

☐ Bens de necessidade primária (ex.: alimentação, vestuário)

☐ Bens de necessidade secundária e terciária (ex.: leitura, entretenimento, viagens, tecnologia)

6.3 Tem conta bancária:

☐ Sim (avance para a questão 6.3.1) ☐ Não (avance para a questão 6.4)

6.3.1 Conhece as comissões (ex.: comissão de manutenção da conta) que estão associadas à sua conta à ordem: ☐ Sim ☐ Não

6.3.2 Se não, porquê: _____

6.4 Possui cartão de débito:

☐ Sim (avance para a questão 6.4.1) ☐ Não (avance para a questão 6.4.2)

6.4.1 Se sim, porquê: ☐ É simples ☐ É seguro ☐ Outro motivo

6.4.1.1 Sabe qual o valor cobrado pela anuidade do seu cartão de débito:

☐ Sim ☐ Não

6.4.1.2 Utiliza com frequência: ☐ Sim ☐ Não

6.4.2 Se não, porquê:

☐ Tem custos ☐ Não preciso/ não quero ☐ Não é seguro ☐ Não sabe utilizar

6.5 Possui cartão de crédito:

☐ Sim (avance para a questão 6.5.1) ☐ Não (avance para a questão 6.5.2)

6.5.1 Se sim, porquê:

☐ Permite adiar o pagamento ☐ Permite fracionar o pagamento

☐ Para efetuar compras na internet ☐ Outro motivo

6.5.1.1 Sabe qual o valor cobrado pela anuidade do seu cartão de crédito:

☐ Sim ☐ Não

6.5.1.2 Utiliza com frequência: ☐ Sim ☐ Não

6.5.1.3 Tem conhecimento das comissões e da TAEG aplicadas ao seu cartão de crédito:

☐ Sim ☐ Não

6.5.1.4 Alguma vez teve um incidente com o seu cartão de crédito: ☐ Sim ☐ Não

6.5.2 Se não, porquê:

☐ Tem custos ☐ Não preciso/ não quero ☐ Não é seguro ☐ Não sabe utilizar

6.6 Possui Cheques:

☐ Sim (avance para a questão 6.6.1) ☐ Não (avance para a questão 6.6.2)

6.6.1 Se sim, porquê:

☐ Permite adiar o pagamento ☐ Em compras de valor elevado

☐ Como comprovativo de transação ☐ Outro motivo

6.6.1.1 Utiliza com frequência: ☐ Sim ☐ Não

6.6.1.2 Alguma vez teve um incidente com cheques: ☐ Sim ☐ Não

6.6.2 Se não, porquê:

☐ Tem custos ☐ Não preciso/ não quero ☐ Não é seguro ☐ Não sabe utilizar

6.7 Qual o meio de pagamento que mais utiliza nas suas compras:

☐ Dinheiro ☐ Cartão de débito ☐ Cartão de crédito ☐ Cheque

7. Poupança : (selecione apenas uma das opções)

7.1 Considera importante ter uma poupança: ☐ Sim ☐ Não

7.1.1 Se sim, porquê:

☐ Reforma ☐ S.O.S ☐ Desemprego ☐ Segurança ☐ Doença

☐ Independência ☐ Investimento ☐ Estabilidade

7.2 Do seu rendimento mensal (ordenado, mesada ou outro) quanto reserva à poupança:

☐ Nenhum ☐ Inferior a 5% ☐ Entre 5% e 24% ☐ Entre 25% e 49%

☐ Entre 50% e 75% ☐ Superior a 75% ☐ Não sabe

7.3 Possui alguma conta poupança:

☐ Sim (avance para a questão 7.3.1) ☐ Não (avance para a questão 7.4)

7.3.1 Foi constituída por: ☐ Próprio ☐ Pais ☐ Outro Familiar

7.3.2 Com que frequência faz reforços na poupança:

☐ 1x mês ☐ 1x trimestre ☐ 1x semestre ☐ 1x ano ☐ Não faz reforços

7.3.3 Sabe qual o valor da taxa de juro associada à sua conta poupança:

☐ Sim ☐ Não

7.4 Utiliza outros métodos de poupança: ☐ Sim ☐ Não

7.4.1 Se sim, qual:

☐ Depósito a Prazo ☐ Depósitos Estruturados ☐ Seguro Financeiro

☐ Certificados de Aforro ☐ PPR ☐ Outro. Qual? _____

7.5 Investiria as suas poupanças numa aplicação de risco:

☐ Sim, se a taxa de juro é mais elevada

☐ Sim, se tiver capital garantido

☐ Sim, se for a curto prazo

☐ Sim, se o gestor de conta aconselhar

☐ Não, porque desconhece este tipo de produtos

☐ Não, porque não é seguro

☐ Não, porque já teve más experiências com este tipo de produtos

3ª PARTE

1. Suponha que tem 100€ numa conta poupança a uma taxa de juro de 2% ao ano. Após cinco anos, quanto pensa ter na sua conta se lá deixar o seu dinheiro a render:

☐ Mais de 102€

- ☐ Exatamente 102€
- ☐ Menos de 102€
- ☐ Não sabe / não responde

2. Imagine que a taxa de juro da sua conta poupança é de 1% por ano e a inflação é de 2% ao ano. Após um ano, poderá comprar com o dinheiro dessa conta:

- ☐ Mais do que compra agora
- ☐ Exatamente o mesmo que compra agora
- ☐ Menos do que compra agora
- ☐ Não sabe / não responde

3. Considere a seguinte afirmação:

“Comprar uma ação de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro que uma ação de um fundo mútuo.”

- ☐ Verdadeiro
- ☐ Falso
- ☐ Não sabe / não responde

Grata pela sua colaboração.

2. Resultados (*outputs*) do *software* de análise estatística SPSS

2.1 Medidas de Tendência Central

2.1.1 Características Sociodemográficas

Estatísticas de Tendência Central							
	Idade	Sexo	Habilitações Literárias	Área de Estudos	Situação Profissional	Composição do Agregado Familiar	Habilitações Literárias dos Pais
N Válido	175	175	175	164	175	175	175
Omisso	0	0	0	11	0	0	0
Moda	3	1	2	4	1	2	1

2.1.2 Avaliação de Literacia Financeira

Estatísticas de Tendência Central				
	Taxa de Juro	Inflação	Diversificação do Risco	Cômputo Geral
N Válido	175	175	175	175
Omisso	0	0	0	0
Moda	1	3	3	2

2.2 Medidas de Associação

2.2.1 Taxa de Juro

a) Idade

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Idade

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,147	,439
	V de Cramer	,104	,439
Nº de Casos Válidos		175	

b) Sexo

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Sexo

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,077	,597
	V de Cramer	,077	,597
Nº de Casos Válidos		175	

c) Habilitações Literárias

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Habilitações Literárias

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,260	,003
	V de Cramer	,260	,003
Nº de Casos Válidos		175	

d) Área de Estudos

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Área de Estudos

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,330	,007
	V de Cramer	,233	,007
Nº de Casos Válidos		164	

e) Situação Profissional

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Situação Profissional

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,129	,571
	V de Cramer	,091	,571
Nº de Casos Válidos		175	

f) Composição do Agregado Familiar

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Composição do Agregado Familiar

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,233	,009
	V de Cramer	,233	,009
Nº de Casos Válidos		175	

g) Habilitações Literárias dos Pais

Medidas de Associação: Taxa de Juro * Composição do Agregado Familiar

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,183	,210
	V de Cramer	,129	,210
Nº de Casos Válidos		175	

2.2.2 Inflação

a) Idade

Medidas de Associação: Inflação * Idade

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,159	,349
	V de Cramer	,113	,349
Nº de Casos Válidos		175	

b) Sexo

Medidas de Associação: Inflação * Sexo

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,103	,393
	V de Cramer	,103	,393
Nº de Casos Válidos		175	

c) Habilitações Literárias

Medidas de Associação: Inflação * Habilitações Literárias

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,115	,316
	V de Cramer	,115	,316
Nº de Casos Válidos		175	

d) Área de Estudos

Medidas de Associação: Inflação * Área de Estudos

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,355	,002
	V de Cramer	,251	,002
Nº de Casos Válidos		164	

e) Situação Profissional

Medidas de Associação: Inflação * Situação Profissional

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,119	,649
	V de Cramer	,084	,649
Nº de Casos Válidos		175	

f) Composição do Agregado Familiar

Medidas de Associação: Inflação * Composição do Agregado Familiar

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,092	,478
	V de Cramer	,092	,478
Nº de Casos Válidos		175	

g) Habilitações Literárias dos Pais

Medidas de Associação: Inflação * Habilitações Literárias dos Pais

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,229	,057
	V de Cramer	,162	,057
Nº de Casos Válidos		175	

2.2.3 Diversificação do Risco

a) Idade

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Idade

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,073	,920
	V de Cramer	,052	,920
Nº de Casos Válidos		175	

b) Sexo

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Sexo

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,042	,859
	V de Cramer	,042	,859
Nº de Casos Válidos		175	

c) Habilitações Literárias

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Habilitações Literárias

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,086	,520
	V de Cramer	,086	,520
Nº de Casos Válidos		175	

d) Área de Estudos

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Área de Estudos

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,509	,000
	V de Cramer	,360	,000
Nº de Casos Válidos		164	

e) Situação Profissional

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Situação Profissional

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,308	,002
	V de Cramer	,218	,002
Nº de Casos Válidos		175	

f) Composição do Agregado Familiar

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Composição do Agregado Familiar

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,094	,465
	V de Cramer	,094	,465
Nº de Casos Válidos		175	

g) Habilitações Literárias dos Pais

Medidas de Associação: Diversificação do Risco * Habilitações Literárias dos Pais

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,201	,132
	V de Cramer	,142	,132
Nº de Casos Válidos		175	

2.2.4 Cômputo Geral

a) Idade

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Idade

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,185	,198
	V de Cramer	,131	,198
Nº de Casos Válidos		175	

b) Sexo

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Sexo

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,076	,606
	V de Cramer	,076	,606
Nº de Casos Válidos		175	

c) Habilitações Literárias

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Habilitações Literárias

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,201	,029
	V de Cramer	,201	,029
Nº de Casos Válidos		175	

d) Área de Estudos

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Área de Estudos

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,509	,000
	V de Cramer	,360	,000
Nº de Casos Válidos		164	

e) Situação Profissional

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Situação Profissional

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,206	,116
	V de Cramer	,146	,116
Nº de Casos Válidos		175	

f) Composição do Agregado Familiar

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Composição do Agregado Familiar

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,248	,005
	V de Cramer	,248	,005
Nº de Casos Válidos		175	

g) Habilitações Literárias dos Pais

Medidas de Associação: Cômputo Geral * Habilitações Literárias dos Pais

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,236	,045
	V de Cramer	,167	,045
Nº de Casos Válidos		175	

2.3 Tabelas de Contingência (Crosstabs)

2.3.1 Idade

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Idade

		Idade			Total
		18 - 19 Anos	20 - 22 Anos	23 - 25 Anos	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	28	41	53
		Contagem Esperada	27,2	44,6	50,2
	Incorreta	Contagem	7	10	12
		Contagem Esperada	6,5	10,6	11,9
	Não sabe/ não responde	Contagem	4	13	7
		Contagem Esperada	5,3	8,8	9,9
Total	Contagem	39	64	72	175
	Contagem Esperada	39,0	64,0	72,0	175,0

b) Inflação

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Idade

		Idade			Total
		18 - 19 Anos	20 - 22 Anos	23 - 25 Anos	
Inflação	Correta	Contagem	15	19	27
		Contagem Esperada	13,6	22,3	25,1
	Incorreta	Contagem	4	17	14
		Contagem Esperada	7,8	12,8	14,4
	Não sabe/ não responde	Contagem	20	28	31
		Contagem Esperada	17,6	28,9	32,5
Total	Contagem	39	64	72	175
	Contagem Esperada	39,0	64,0	72,0	175,0

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Idade

			Idade			Total
			18 - 19 Anos	20 - 22 Anos	23 - 25 Anos	
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	9	20	22	51
		Contagem Esperada	11,4	18,7	21,0	51,0
	Incorreta	Contagem	8	11	13	32
		Contagem Esperada	7,1	11,7	13,2	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	22	33	37	92
		Contagem Esperada	20,5	33,6	37,9	92,0
Total	Contagem		39	64	72	175
	Contagem Esperada		39,0	64,0	72,0	175,0

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Idade

			Idade			Total
			18 - 19 Anos	20 - 22 Anos	23 - 25 Anos	
Cômputo Geral	Todas as respostas incorretas	Contagem	7	19	13	39
		Contagem Esperada	8,7	14,3	16,0	39,0
	Pelo menos 1 resposta correta	Contagem	29	34	48	111
		Contagem Esperada	24,7	40,6	45,7	111,0
	Todas as respostas corretas	Contagem	3	11	11	25
		Contagem Esperada	5,6	9,1	10,3	25,0
Total	Contagem		39	64	72	175
	Contagem Esperada		39,0	64,0	72,0	175,0

2.3.2 Sexo

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Sexo

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	68	54	122
		Contagem Esperada	69,7	52,3	122,0
	Incorreta	Contagem	16	13	29
		Contagem Esperada	16,6	12,4	29,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	16	8	24
		Contagem Esperada	13,7	10,3	24,0
Total	Contagem		100	75	175
	Contagem Esperada		100,0	75,0	175,0

b) Inflação

Tabela de Contingência: Inflação * Sexo

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Inflação	Correta	Contagem	34	27	61
		Contagem Esperada	34,9	26,1	61,0
	Incorreta	Contagem	17	18	35
		Contagem Esperada	20,0	15,0	35,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	49	30	79
		Contagem Esperada	45,1	33,9	79,0
Total	Contagem		100	75	175
	Contagem Esperada		100,0	75,0	175,0

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Sexo

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	29	22	51
		Contagem Esperada	29,1	21,9	51,0
	Incorreta	Contagem	17	15	32
		Contagem Esperada	18,3	13,7	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	54	38	92
		Contagem Esperada	52,6	39,4	92,0
Total	Contagem		100	75	175
	Contagem Esperada		100,0	75,0	175,0

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Sexo

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Cômputo Geral	Todas as respostas incorretas	Contagem	25	14	39
		Contagem Esperada	22,3	16,7	39,0
	Pelo menos 1 resposta correta	Contagem	61	50	111
		Contagem Esperada	63,4	47,6	111,0
	Todas as respostas corretas	Contagem	14	11	25
		Contagem Esperada	14,3	10,7	25,0
Total	Contagem		100	75	175
	Contagem Esperada		100,0	75,0	175,0

2.3.3 Habilitações Literárias

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Habilitações Literárias

			Habilitações Literárias		Total
			Ensino Básico e Secundário	Ensino Superior	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	34	88	122
		Contagem Esperada	43,9	78,1	122,0
	Incorreta	Contagem	15	14	29
		Contagem Esperada	10,4	18,6	29,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	14	10	24
		Contagem Esperada	8,6	15,4	24,0
Total	Contagem		63	112	175
	Contagem Esperada		63,0	112,0	175,0

b) Inflação

Tabela de Contingência: Inflação * Habilitações Literárias

			Habilitações Literárias		Total
			Ensino Básico e Secundário	Ensino Superior	
Inflação	Correta	Contagem	18	43	61
		Contagem Esperada	22,0	39,0	61,0
	Incorreta	Contagem	12	23	35
		Contagem Esperada	12,6	22,4	35,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	33	46	79
		Contagem Esperada	28,4	50,6	79,0
Total	Contagem		63	112	175
	Contagem Esperada		63,0	112,0	175,0

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Habilitações Literárias

			Habilitações Literárias		Total
			Ensino Básico e Secundário	Ensino Superior	
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	16	35	51
		Contagem Esperada	18,4	32,6	51,0
	Incorreta	Contagem	14	18	32
		Contagem Esperada	11,5	20,5	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	33	59	92
		Contagem Esperada	33,1	58,9	92,0
Total	Contagem		63	112	175
	Contagem Esperada		63,0	112,0	175,0

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Habilitações Literárias

			Habilitações Literárias		Total
			Ensino Básico e Secundário	Ensino Superior	
Cômputo Geral	Todas as respostas	Contagem	19	20	39
		Contagem Esperada	14,0	25,0	39,0
	Pelo menos 1 resposta correta	Contagem	40	71	111
		Contagem Esperada	40,0	71,0	111,0
	Todas as respostas corretas	Contagem	4	21	25
		Contagem Esperada	9,0	16,0	25,0
	Total	Contagem	63	112	175
		Contagem Esperada	63,0	112,0	175,0

2.3.4 Área de Estudos

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Área de Estudos

			Área de Estudos				Total
			Economia, Gestão e afins	Línguas e Letras	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	Outras Áreas	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	38	22	27	29	116
		Contagem Esperada	29,0	22,6	28,3	36,1	116,0
	Incorreta	Contagem	2	5	10	11	28
		Contagem Esperada	7,0	5,5	6,8	8,7	28,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	1	5	3	11	20
		Contagem Esperada	5,0	3,9	4,9	6,2	20,0
Total	Contagem		41	32	40	51	164
	Contagem Esperada		41,0	32,0	40,0	51,0	164,0

b) Inflação

Tabela de Contingência: Inflação * Área de Estudos

			Área de Estudos				Total
			Economia, Gestão e afins	Línguas e Letras	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	Outras Áreas	
Inflação	Correta	Contagem	26	11	10	13	60
		Contagem Esperada	15,0	11,7	14,6	18,7	60,0
	Incorreta	Contagem	8	5	8	11	32
		Contagem Esperada	8,0	6,2	7,8	10,0	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	7	16	22	27	72
		Contagem Esperada	18,0	14,0	17,6	22,4	72,0
	Total	Contagem	41	32	40	51	164
		Contagem Esperada	41,0	32,0	40,0	51,0	164,0

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Área de Estudos

		Área de Estudos				Total
		Economia, Gestão e afins	Línguas e Letras	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	Outras Áreas	
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	27	4	4	49
		Contagem Esperada	12,3	9,6	12,0	49,0
	Incorreta	Contagem	6	8	5	30
		Contagem Esperada	7,5	5,9	7,3	30,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	8	20	31	85
		Contagem Esperada	21,3	16,6	20,7	85,0
Total	Contagem	41	32	40	51	164
	Contagem Esperada	41,0	32,0	40,0	51,0	164,0

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Área de Estudos

		Área de Estudos				Total
		Economia, Gestão e afins	Línguas e Letras	Saúde, Engenharias, Ciências e Tecnologia	Outras Áreas	
Cômputo Geral	Todas as respostas	Contagem	2	8	9	35
		Contagem Esperada	8,8	6,8	8,5	35,0
	Pelo menos 1 resposta correta	Contagem	21	23	30	105
		Contagem Esperada	26,3	20,5	25,6	105,0
	Todas as respostas corretas	Contagem	18	1	1	4
		Contagem Esperada	6,0	4,7	5,9	7,5
Total	Contagem	41	32	40	51	164
	Contagem Esperada	41,0	32,0	40,0	51,0	164,0

2.3.5 Situação Profissional

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Situação Profissional

		Situação Profissional			Total
		Estudante	Trabalhador	Outras Situações	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	67	40	15
		Contagem Esperada	62,7	43,9	15,3
	Incorreta	Contagem	14	12	3
		Contagem Esperada	14,9	10,4	3,6
	Não sabe/ não responde	Contagem	9	11	4
		Contagem Esperada	12,3	8,6	3,0
Total	Contagem	90	63	22	175
	Contagem Esperada	90,0	63,0	22,0	175,0

b) Inflação

Tabela de Contingência: Inflação * Situação Profissional

			Situação Profissional			
			Estudante	Trabalhador	Outras Situações	Total
Inflação	Correta	Contagem	35	18	8	61
		Contagem Esperada	31,4	22,0	7,7	61,0
	Incorreta	Contagem	17	15	3	35
		Contagem Esperada	18,0	12,6	4,4	35,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	38	30	11	79
		Contagem Esperada	40,6	28,4	9,9	79,0
Total	Contagem		90	63	22	175
	Contagem Esperada		90,0	63,0	22,0	175,0

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Situação Profissional

			Situação Profissional			
			Estudante	Trabalhador	Outras Situações	Total
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	33	15	3	51
		Contagem Esperada	26,2	18,4	6,4	51,0
	Incorreta	Contagem	8	20	4	32
		Contagem Esperada	16,5	11,5	4,0	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	49	28	15	92
		Contagem Esperada	47,3	33,1	11,6	92,0
Total	Contagem	90	63	22	175	
	Contagem Esperada	90,0	63,0	22,0	175,0	

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Situação Profissional

			Situação Profissional			
			Estudante	Trabalhador	Outras Situações	Total
Cômputo Geral	Todas as	Contagem	16	18	5	39
	respostas	Contagem Esperada	20,1	14,0	4,9	39,0
	incorretas					
	Pelo menos 1	Contagem	57	37	17	111
	resposta correta	Contagem Esperada	57,1	40,0	14,0	111,0
	Todas as	Contagem	17	8	0	25
	respostas corretas	Contagem Esperada	12,9	9,0	3,1	25,0
Total	Contagem	90	63	22	175	
	Contagem Esperada	90,0	63,0	22,0	175,0	

2.3.6 Composição do Agregado Familiar

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Composição do Agregado Familiar

			Composição do Agregado Familiar		Total
			Até 3 Pessoas	Mais de 3 Pessoas	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	54	68	122
		Contagem Esperada	60,7	61,3	122,0
	Incorreta	Contagem	22	7	29
		Contagem Esperada	14,4	14,6	29,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	11	13	24
		Contagem Esperada	11,9	12,1	24,0
Total	Contagem	87	88	175	
	Contagem Esperada	87,0	88,0	175,0	

b) Inflação

Tabela de Contingência: Inflação * Composição do Agregado Familiar

		Composição do Agregado Familiar			
		Até 3 Pessoas	Mais de 3 Pessoas	Total	
Inflação	Correta	Contagem	29	32	61
		Contagem Esperada	30,3	30,7	61,0
	Incorreta	Contagem	15	20	35
		Contagem Esperada	17,4	17,6	35,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	43	36	79
		Contagem Esperada	39,3	39,7	79,0
Total	Contagem	87	88	175	
	Contagem Esperada	87,0	88,0	175,0	

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Composição do Agregado Familiar

		Composição do Agregado Familiar			
		Até 3 Pessoas	Mais de 3 Pessoas	Total	
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	25	26	51
		Contagem Esperada	25,4	25,6	51,0
	Incorreta	Contagem	13	19	32
		Contagem Esperada	15,9	16,1	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	49	43	92
		Contagem Esperada	45,7	46,3	92,0
	Total	Contagem	87	88	175
		Contagem Esperada	87,0	88,0	175,0

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Composição do Agregado Familiar

			Composição do Agregado Familiar		
			Até 3 Pessoas	Mais de 3 Pessoas	Total
Cômputo Geral	Todas as respostas incorretas	Contagem	27	12	39
		Contagem Esperada	19,4	19,6	39,0
	Pelo menos 1 resposta correta	Contagem	45	66	111
		Contagem Esperada	55,2	55,8	111,0
	Todas as respostas corretas	Contagem	15	10	25
		Contagem Esperada	12,4	12,6	25,0
	Total	Contagem	87	88	175
		Contagem Esperada	87,0	88,0	175,0

2.3.7 Habilitações Literárias do Pais

a) Taxa de Juro

Tabela de Contingência: Taxa de Juro * Habilitações Literárias dos Pais

		Habilitações Literárias dos Pais				
		Sem Ensino Superior	Pelos menos um com Ensino Superior	Ambos com Ensino Superior	Total	
Taxa de Juro	Correta	Contagem	94	12	16	122
		Contagem Esperada	96,9	11,9	13,2	122,0
	Incorreta	Contagem	25	1	3	29
		Contagem Esperada	23,0	2,8	3,1	29,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	20	4	0	24
		Contagem Esperada	19,1	2,3	2,6	24,0
	Total	Contagem	139	17	19	175
		Contagem Esperada	139,0	17,0	19,0	175,0

b) Inflação

Tabela de Contingência: Inflação * Habilitações Literárias dos Pais

			Habilitações Literárias dos Pais			
			Sem Ensino Superior	Pelos menos um com Ensino Superior	Ambos com Ensino Superior	Total
Inflação	Correta	Contagem	42	7	12	61
		Contagem Esperada	48,5	5,9	6,6	61,0
	Incorreta	Contagem	30	4	1	35
		Contagem Esperada	27,8	3,4	3,8	35,0
	Não sabe/	Contagem	67	6	6	79
	não responde	Contagem Esperada	62,7	7,7	8,6	79,0
Total	Contagem	139	17	19	175	
	Contagem Esperada	139,0	17,0	19,0	175,0	

c) Diversificação do Risco

Tabela de Contingência: Diversificação do Risco * Habilitações Literárias dos Pais

			Habilitações Literárias dos Pais			
			Sem Ensino Superior	Pelos menos um com Ensino Superior	Ambos com Ensino Superior	Total
Diversificação do Risco	Correta	Contagem	37	5	9	51
		Contagem Esperada	40,5	5,0	5,5	51,0
	Incorreta	Contagem	30	1	1	32
		Contagem Esperada	25,4	3,1	3,5	32,0
	Não sabe/ não responde	Contagem	72	11	9	92
		Contagem Esperada	73,1	8,9	10,0	92,0
Total	Contagem	139	17	19	175	
	Contagem Esperada	139,0	17,0	19,0	175,0	

d) Cômputo Geral

Tabela de Contingência: Cômputo Geral * Habilitações Literárias dos Pais

		Habilitações Literárias dos Pais				
		Sem Ensino Superior	Pelos menos um com Ensino Superior	Ambos com Ensino Superior	Total	
Cômputo Geral	Todas as respostas incorretas	Contagem	34	3	2	39
		Contagem Esperada	31,0	3,8	4,2	39,0
	Pelo menos 1 resposta correta	Contagem	89	12	10	111
		Contagem Esperada	88,2	10,8	12,1	111,0
	Todas as respostas corretas	Contagem	16	2	7	25
		Contagem Esperada	19,9	2,4	2,7	25,0
	Total	Contagem	139	17	19	175
		Contagem Esperada	139,0	17,0	19,0	175,0

2.4 Teste de Independência do Qui-Quadrado

2.4.1 Idade

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Idade

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	3,762 ^a	4	,439
Razão de verossimilhança	3,631	4	,458
Associação Linear por Linear	,226	1	,635
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,35.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Idade

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	4,443 ^a	4	,349
Razão de verossimilhança	4,725	4	,317
Associação Linear por Linear	,232	1	,630
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,80.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Idade

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	,930 ^a	4	,920
Razão de verossimilhança	,960	4	,916
Associação Linear por Linear	,409	1	,523
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,13.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Idade

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	6,019 ^a	4	,198
Razão de verossimilhança	6,173	4	,187
Associação Linear por Linear	,569	1	,451
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,57.

2.4.2 Sexo

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Sexo

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,033 ^a	2	,597
Razão de verossimilhança	1,056	2	,590
Associação Linear por Linear	,713	1	,398
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 10,29.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Sexo

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,868 ^a	2	,393
Razão de verossimilhança	1,865	2	,394
Associação Linear por Linear	,653	1	,419
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 15,00.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação * Sexo

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	,303 ^a	2	,859
Razão de verossimilhança	,302	2	,860
Associação Linear por Linear	,075	1	,784
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 13,71.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Sexo

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,002 ^a	2	,606
Razão de verossimilhança	1,014	2	,602
Associação Linear por Linear	,581	1	,446
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 10,71.

2.4.3 Habilitações Literárias

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Habilitações Literárias

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	11,809 ^a	2	,003
Razão de verossimilhança	11,550	2	,003
Associação Linear por Linear	11,058	1	,001
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 8,64.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Habilitações Literárias

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	2,303 ^a	2	,316
Razão de verossimilhança	2,314	2	,314
Associação Linear por Linear	2,268	1	,132
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 12,60.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Habilitações
Literárias

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,309 ^a	2	,520
Razão de verossimilhança	1,297	2	,523
Associação Linear por Linear	,162	1	,687
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 11,52.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Habilitações Literárias

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	7,078 ^a	2	,029
Razão de verossimilhança	7,568	2	,023
Associação Linear por Linear	6,808	1	,009
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 9,00.

2.4.4 Área de Estudos

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Área de Estudos

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	17,850 ^a	6	,007
Razão de verossimilhança	19,867	6	,003
Associação Linear por Linear	11,962	1	,001
Nº de Casos Válidos	164		

a. 2 células (16,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,90.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Área de Estudos

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	20,721 ^a	6	,002
Razão de verossimilhança	21,563	6	,001
Associação Linear por Linear	14,862	1	,000
Nº de Casos Válidos	164		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 6,24.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Área de Estudos

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	42,563 ^a	6	,000
Razão de verossimilhança	42,657	6	,000
Associação Linear por Linear	13,273	1	,000
Nº de Casos Válidos	164		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,85.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Área de Estudos

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	42,560 ^a	6	,000
Razão de verossimilhança	40,069	6	,000
Associação Linear por Linear	21,341	1	,000
Nº de Casos Válidos	164		

a. 1 células (8,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,68.

2.4.5 Situação Profissional

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Situação Profissional

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	2,920 ^a	4	,571
Razão de verossimilhança	2,935	4	,569
Associação Linear por Linear	1,775	1	,183
Nº de Casos Válidos	175		

a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,02.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Situação Profissional

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	2,477 ^a	4	,649
Razão de verossimilhança	2,538	4	,638
Associação Linear por Linear	,720	1	,396
Nº de Casos Válidos	175		

a. 1 células (11,1%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,40.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Situação Profissional

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	16,638 ^a	4	,002
Razão de verossimilhança	16,843	4	,002
Associação Linear por Linear	2,170	1	,141
Nº de Casos Válidos	175		

a. 1 células (11,1%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,02.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Situação Profissional

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	7,413 ^a	4	,116
Razão de verossimilhança	10,367	4	,035
Associação Linear por Linear	4,232	1	,040
Nº de Casos Válidos	175		

a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,14.

2.4.6 Composição do Agregado Familiar

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Composição do Agregado

	Familiar		Significância
	Valor	gl	Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	9,526 ^a	2	,009
Razão de verossimilhança	9,919	2	,007
Associação Linear por Linear	1,428	1	,232
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 11,93.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Composição do Agregado Familiar

	Familiar		Significância
	Valor	gl	Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,476 ^a	2	,478
Razão de verossimilhança	1,480	2	,477
Associação Linear por Linear	,735	1	,391
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 17,40.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Composição do

	Agregado Familiar		Significância
	Valor	gl	Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	1,530 ^a	2	,465
Razão de verossimilhança	1,537	2	,464
Associação Linear por Linear	,390	1	,532
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 15,91.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Composição do Agregado

	Familiar		Significância
	Valor	gl	Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	10,737 ^a	2	,005
Razão de verossimilhança	10,919	2	,004
Associação Linear por Linear	1,607	1	,205
Nº de Casos Válidos	175		

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 12,43.

2.4.7 Habilitações Literárias dos Pais

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Habilitações Literárias dos Pais

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	5,854 ^a	4	,210
Razão de verossimilhança	8,598	4	,072
Associação Linear por Linear	2,135	1	,144
Nº de Casos Válidos	175		

a. 4 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,33.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Habilitações Literárias dos Pais

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	9,190 ^a	4	,057
Razão de verossimilhança	9,338	4	,053
Associação Linear por Linear	5,790	1	,016
Nº de Casos Válidos	175		

a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,40.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Habilitações Literárias dos Pais

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	7,078 ^a	4	,132
Razão de verossimilhança	7,879	4	,096
Associação Linear por Linear	,817	1	,366
Nº de Casos Válidos	175		

a. 3 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,11.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Habilitações Literárias dos Pais

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	9,724 ^a	4	,045
Razão de verossimilhança	8,018	4	,091
Associação Linear por Linear	6,562	1	,010
Nº de Casos Válidos	175		

a. 4 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,43.

2.5 Teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo

2.5.1 Situação Profissional

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Situação Profissional								
	Valor	gl	Significância	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)		
			Assintótica (Bilateral)	Significância	Intervalo de Confiança 99% Limite inferior Limite superior	Significância	Intervalo de Confiança 99% Limite inferior Limite superior	
Qui-quadrado de Pearson	2,920 ^a	4	,571	,582 ^b	,569 ,594			
Razão de verossimilhança	2,935	4	,569	,596 ^b	,583 ,608			
Teste Exato de Fisher	3,123			,549 ^b	,536 ,562			
Associação Linear por Linear	1,775 ^c	1	,183	,207 ^b	,196 ,217	,111 ^b	,103	,119
Nº de Casos Válidos	175							

a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,02.

b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 792558341.

c. A estatística padronizada é 1,332.

b) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Situação Profissional								
	Valor	gl	Significância	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)		
			Assintótica (Bilateral)	Significância	Intervalo de Confiança 99% Limite inferior Limite superior	Significância	Intervalo de Confiança 99% Limite inferior Limite superior	
Qui-quadrado de Pearson	7,413 ^a	4	,116	,123 ^b	,114 ,131			
Razão de verossimilhança	10,367	4	,035	,046 ^b	,040 ,051			
Teste Exato de Fisher	7,784			,099 ^b	,091 ,106			
Associação Linear por Linear	4,232 ^c	1	,040	,047 ^b	,041 ,052	,026 ^b	,022	,030
Nº de Casos Válidos	175							

a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,14.

b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 792558341.

c. A estatística padronizada é -2,057.

2.5.2 Habilitações Literárias dos Pais

a) Taxa de Juro

Testes qui-quadrado: Taxa de Juro * Habilitações Literárias dos Pais								
	Valor	gl	Significância	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)		
			Assintótica (Bilateral)	Significância	Intervalo de Confiança 99% Limite inferior Limite superior	Significância	Intervalo de Confiança 99% Limite inferior Limite superior	
Qui-quadrado de Pearson	5,854 ^a	4	,210	,206 ^b	,196 ,217			
Razão de verossimilhança	8,598	4	,072	,109 ^b	,101 ,117			
Teste Exato de Fisher	5,826			,192 ^b	,181 ,202			
Associação Linear por Linear	2,135 ^c	1	,144	,155 ^b	,145 ,164	,080 ^b	,073	,087
Nº de Casos Válidos	175							

a. 4 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,33.

b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 2110151063.

c. A estatística padronizada é -1,461.

b) Inflação

Testes qui-quadrado: Inflação * Habilitações Literárias dos Pais								
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Significância	Intervalo de Confiança 99%		Intervalo de Confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior	Significância	Limite inferior Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	9,190 ^a	4	,057	,055 ^b	,049	,060		
Razão de verossimilhança	9,338	4	,053	,070 ^b	,063	,076		
Teste Exato de Fisher	8,602			,063 ^b	,056	,069		
Associação Linear por Linear	5,790 ^c	1	,016	,018 ^b	,014	,021	,010 ^b	,007 ,012
Nº de Casos Válidos	175							

a. 2 células (22,2%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,40.

b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 2110151063.

c. A estatística padronizada é -2,406.

c) Diversificação do Risco

Testes qui-quadrado: Diversificação do Risco * Habilitações Literárias dos Pais								
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Significância	Intervalo de Confiança 99%		Intervalo de Confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior	Significância	Limite inferior Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	7,078 ^a	4	,132	,133 ^b	,124	,142		
Razão de verossimilhança	7,879	4	,096	,127 ^b	,118	,135		
Teste Exato de Fisher	6,551			,158 ^b	,149	,167		
Associação Linear por Linear	,817 ^c	1	,366	,396 ^b	,384	,409	,198 ^b	,188 ,208
Nº de Casos Válidos	175							

a. 3 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,11.

b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 2110151063.

c. A estatística padronizada é -,904.

d) Cômputo Geral

Testes qui-quadrado: Cômputo Geral * Habilitações Literárias dos Pais								
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Significância	Intervalo de Confiança 99%		Intervalo de Confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior	Significância	Limite inferior Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	9,724 ^a	4	,045	,045 ^b	,039	,050		
Razão de verossimilhança	8,018	4	,091	,124 ^b	,116	,133		
Teste Exato de Fisher	7,855			,082 ^b	,075	,089		
Associação Linear por Linear	6,562 ^c	1	,010	,010 ^b	,008	,013	,005 ^b	,003 ,007
Nº de Casos Válidos	175							

a. 4 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,43.

b. Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente inicial 2110151063.

c. A estatística padronizada é 2,562.